



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX - SUP. "C" AO Nº 71 TERÇA-FEIRA, 19 DE MAIO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC)
1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR)
2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO)	1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
	3º Elmano Férrer (PTB-PI)
	4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16
Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 11 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – ATAS DE COMISSÃO PERMANENTE DO CONGRESSO NACIONAL

1.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Ata da 20ª Reunião, realizada em 16, 17, 18 e 22 de dezembro de 2014	4
Reunião de instalação da Mesa, realizada em 25 de março de 2015.....	101
Reunião de eleição da Mesa, realizada em 31 de março de 2015	110

**ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 54^a LEGISLATURA, DA
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,
REALIZADA EM 16, 17, 18 E 22 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Aos dezesseis, dezessete, dezoito e vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, foi convocada ordinariamente a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com o objetivo de apreciar as matérias constantes da Pauta. Durante esse período, foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Betinho Rosado, Cleber Verde, Devanir Ribeiro, Felipe Maia, Gastão Vieira, Geraldo Resende, Ivan Valente, Jaime Martins, João Leão, Luciano Castro, Luiz Alberto, Milton Monti, Moreira Mendes, Paulo Pimenta, Professora Dorinha Seabra Rezende, Waldenor Pereira e Wilson Filho; - **Senadores titulares:** Ana Amélia, Cyro Miranda, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Moacir Cavalcanti, Romero Jucá, Vicentinho Alves e Waldemir Moka; - **Deputados suplentes:** Cláudio Puty, Dr. Jorge Silva, Izalci, João Carlos Bacelar, João Magalhães, Júnior Coimbra, Lázaro Botelho, Professor Setimo e Reginaldo Lopes; - **Senadora suplente:** Angela Portela. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Alexandre Santos, Alexandre Toledo, Benjamin Maranhão, Beto Faro, Daniel Almeida, Givaldo Carimbão, Lucio Vieira Lima, Luiz Fernando Machado, Marcos Rogério, Nilson Leitão, Penna, Rodrigo de Castro, Sandra Rosado, Sandro Mabel, Silvio Costa, Urzeni Rocha e Vilson Covatti; - **Senadores:** Alfredo Nascimento, Eunício Oliveira, Jorge Viana e Zeze Perrella. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão, Deputados Domingos Sávio, Nelson Marquezelli e Valtenir Pereira, e do Senador José Pimentel. **ABERTURA:** às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, do dia 16 de dezembro de 2014, e havendo número regimental para abertura, de acordo com o disposto no art. 134 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente, Deputado Devanir Ribeiro (PT/SP), declarou iniciado os trabalhos. Aviso: o Presidente informou que no dia 18 de dezembro, quinta-feira, às 10 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, seria realizada reunião de audiência pública, com finalidade de ouvir o Secretário do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, Sr. Arno Hugo Augustin Filho, que prestaria esclarecimentos acerca da avaliação do cumprimento das metas fiscais referente ao segundo e terceiro quadrimestres de 2012; primeiro, segundo e terceiro quadrimestres de 2013; e primeiro e segundo quadrimestres de 2014, conforme disposto no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de responsabilidade Fiscal. Logo após, às quinze horas, o Presidente anunciou que suspenderia os trabalhos, e convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia 17 de dezembro, quarta-feira, às 14h30min, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às quatorze horas e trinta minutos, do dia 17 de dezembro, o Presidente reabriu os trabalhos, e anunciou que suspenderia a reunião. Antes, convocou a continuação da reunião ordinária, para o mesmo dia, 17 de dezembro, quarta-feira, após o término da Ordem do Dia nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Por orientação do Presidente, a reabertura da reunião foi transferida para o dia 18 de dezembro e às onze horas e cinquenta e três minutos, daquele dia, os trabalhos foram reiniciados pela Senadora Ana Amélia (PP/RS), no exercício da Presidência, conforme dispõe o caput do art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Em seguida, o Deputado Izalci (PSDB/DF) pronunciou-se favorável a votação do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015, e ressaltou a necessidade da presença dos Relatores Setoriais para que fosse possível a votação dos seus respectivos Relatórios. A Presidente em exercício, Senadora Ana Amélia, informou que suspenderia os trabalhos e convocou a continuação da reunião ordinária, para o dia 22 de dezembro, segunda-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às quatorze horas e onze minutos, do dia 22 de dezembro, o Presidente, Deputado Devanir Ribeiro, reabriu os trabalhos e informou que havia quórum para deliberação nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, propôs a apreciação das atas da 1^a Reunião Conjunta de Audiência Pública, 8^a Reunião Extraordinária e 4^a Reunião de Audiência Pública, entretanto, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO), não

concordou, em virtude da ausência de quórum presencial no recinto. Em seguida, o Presidente suspendeu os trabalhos e convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, 22 de dezembro, às 15 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Às quinze horas e nove minutos, do dia 22 de dezembro, o Presidente reiniciou a reunião. Apreciação das Atas das seguintes Reuniões: 1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 09/12/2014; 8ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 10/12/2014; e 4ª Reunião de Audiência Pública, realizada no dia 18/12/2014. Por consenso, foi dispensada a leitura das Atas que, em votação, foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPEDIENTE: conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, ficou dispensada leitura dos expedientes. O Presidente determinou ao Departamento de Taquigrafia a inclusão dos expedientes nas notas taquigráficas da reunião. Informou que a lista com os expedientes seria encaminhada, pelo correio eletrônico, aos membros e Lideranças Partidárias. **ORDEM DO DIA:** – Requerimento para inclusão na pauta da Alteração do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA-2015). Autor: Deputado Devanir Ribeiro, Presidente da CMO. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. **EXTRAPAUTA.** **Alteração do Parecer Preliminar ao Projeto de Lei nº 13/2014-CN**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”, aprovado em 10/12/2014. Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Exclua-se o item 10.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar, abaixo transcrito: “10.2. A emenda individual não incidirá sobre programação destinada à execução de despesa financeira, primária obrigatória ou primária discricionária relativa ao PAC.” Autor: Senador Romero Jucá. O Relator-Geral apresentou a **Alteração**. Não houve discussão. Em votação, a **Alteração** foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas I - Infraestrutura, II – Saúde, III - Integração Nacional e Meio Ambiente), IV - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, VI - Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, VII - Justiça e Defesa, VIII - Poderes do Estado e Representação, IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário e X - Trabalho, Previdência e Assistência Social, apresentados ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015)**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. Autor: Presidente da CMO, Deputado Devanir Ribeiro. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. – Requerimento para dispensa do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015)**, conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN. Autor: Presidente da CMO, Deputado Devanir Ribeiro. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Presidente esclareceu que os Relatórios Setoriais seriam apresentados pela ordem de entrega na CMO. O Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) solicitou apresentar o seu em primeiro lugar em virtude de compromissos e o Plenário concordou. O Deputado Moreira Mendes (PSD/RO) perguntou em qual ordem apresentaria o seu Relatório. E assim, o Presidente informou a possível ordem de apresentação de alguns dos Relatórios Setoriais. Apreciação dos **Relatórios Setoriais** apresentados ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015)**, que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte**. Relator Setorial: Senador Cyro Miranda (PSDB/GO) . O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda Coletiva nº 7109.0016, da Bancada do Espírito Santo, conforme indicação do Relator Setorial. Foram apresentados 03 destaques. O Senador

Waldemir Moka (PMDB/MS) mencionou que foi acordado que todos os destaques seriam encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento. O Presidente concordou com a informação e ao tentar esclarecer o acordo foi interrompido pelo Relator-Geral. O Senador Romero Jucá (PMDB/RR) esclareceu ao Presidente para não rejeitar os destaques, pois poderia haver recurso, e explicou que ficou acordado, que em todos os Relatórios Setoriais, os destaques que fossem apresentados seriam transpostos para o Relator-Geral do Orçamento sem nenhum tipo de apreciação, e os mesmos seriam analisados no Relatório Final do Orçamento, que seria apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015)**. O Presidente concordou com o Relator-Geral do Orçamento. O Deputado Valtenir Pereira (PROS/MT) informou ainda, que um Relator Setorial levaria os pleitos dos Parlamentares ao Relator-Geral. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VII – Justiça e Defesa**. Relator Setorial: Senador Vicentinho Alves (SD/TO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e foi aberto o prazo para apresentação de destaques. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas. O Deputado Izalci (PSDB/DF), teceu comentários sobre dois destaques de sua autoria e participaram da discussão o Relator Setorial, Senador Vicentinho Alves (SD/TO), que prestou esclarecimentos, o Deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP) e o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá. Logo após, o Presidente retornou a apreciação da dispensa da manifestação do CAE, que em votação, foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, o Senador Vicentinho Alves (SD/TO) agradeceu a todos que colaboraram para elaboração do Relatório Setorial, destacando os consultores Sr. Orlando de Sá Cavalcante, Sr. Diogo Antunes e Sr. Fidélis Fantim, e do seu chefe de Gabinete, Sr. Fernando Damasceno. A discussão foi encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. O Presidente declarou **inadmitidas** as emendas Coletivas de nºs 5013.0002, da Comissão de Defesa do Consumidor, e 5031.0004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, ambas da Câmara dos Deputados, conforme indicação do Relator Setorial. Foram apresentados 02 destaques de autoria do Deputado Izalci (PSDB/DF). Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano**. Relator Setorial: Senador Waldemir Moka (PMDB/MS). O Relator Setorial apresentou o Relatório e, finalizando, relembrou que os destaques que fossem apresentados aquele Relatório Setorial, conforme acordo, iriam para o Relator-Geral do Orçamento. A discussão foi iniciada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO) e o Relator Setorial prestou os devidos esclarecimentos. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foram apresentados 03 destaques que serão encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Logo após, o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS) teceu agradecimentos pela conclusão do Relatório Setorial à Consultoria do Senado Federal, especialmente aos consultores Sr. Rafael e Sr. Robson. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação**. Relator Setorial: Deputado João Leão (PP/BA). O Relator Setorial teceu comentários sobre os 16 anos que conviveu nesta Comissão e considerou como aprendizado para sua vida e que pretende levar para o Governo da Bahia como Vice-Governador e como Secretário de Planejamento do Estado. Prestou homenagem ao ex-Ministro Delfim Neto e ao ex-Presidente José Alencar, que considerou como duas figuras importantíssimas da República, e fez questão de citá-los em sua despedida de 20 anos desta Casa.

Em seguida, o Relator Setorial apresentou o Relatório e a Errata. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e de Relator Setorial, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda Coletiva nº 7103.0009, da Bancada de Alagoas, conforme indicação do Relator Setorial. O Presidente informou que foram apresentados 02 destaques que serão encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento. Em votação, o Relatório Setorial e a Errata foram **aprovados** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Senador Romero Jucá (PMDB/RR), explicou novamente que na votação dos Relatórios Setoriais não haveria ressalva para destaques, porque os destaques não seriam votados no Relatório Setorial, eles seriam encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento, caso contrário, o relatório ficaria pendente. O Presidente concordou com a explicação. O Deputado João Leão teceu comentários gerais e se despediu. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo**. Relator Setorial: Deputado Geraldo Resende (PMDB/MS). O Relator Setorial apresentou o Relatório, e finalizando, agradeceu os trabalhos prestados pelos consultores Sr. Edson Tubaki, da Câmara dos Deputados, e Sr. Joaquim Ornelas, do Senado Federal. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Não foram apresentados destaques. O Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) teceu comentários sobre a aprovação do orçamento, deixando claro o apoio do PSDB. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática X – Trabalho, Previdência e Assistência Social**. Relator Setorial: Deputado João Carlos Bacelar (PR/BA). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Não foram apresentados destaques. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário**. Relator Setorial: Deputado Moreira Mendes (PSD/RO). O Relator Setorial apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Foi apresentado 01 destaque. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Deputado Moreira Mendes (PSD/RO) comentou sobre os 12 anos no Congresso Nacional, em que exerceu um mandato de Senador e dois mandatos de Deputado Federal, fez agradecimentos aos servidores da Casa, aos Deputados que compõem a Bancada do PSD, aos quais tem a honra de liderar, e agradeceu pelos trabalhos prestados, ao consultor Sr. Wellington Pinheiro Araújo, aos auxiliares da Liderança do PSD, especialmente ao Sr. Lício Guerra. O Senador Romero Jucá (PMDB/RR) comunicou que fará emenda de Relator-Geral, conforme lhe faculta o *Item 18, II, “f”, do Parecer Preliminar*, para fazer emendas para beneficiar ações na faixa de fronteira, na região de fronteira do País, e foi apoiado pelo Deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP). Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática I – Infraestrutura**.

Relator Setorial: Deputado Waldenor Pereira (PT/BA). O Relator Setorial agradeceu a elaboração do Relatório Setorial ao consultor legislativo Sr. Edson Martins e apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Foram apresentados 05 destaques que serão encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvada a obra com indícios de irregularidades graves. Nos termos do art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente anunciou a votação da obra com indícios de irregularidades graves que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática III – Integração Nacional e Meio Ambiente**. Relator Setorial: Deputado Rodrigo de Castro (PSDB/MG). Ausente o Relator Setorial, e ausente o relator que foi sugerido para representa-lo, o Presidente solicitou ao Deputado Felipe Maia (DEM/RN) para apresentar o Relatório Setorial, e obteve sua concordância. Entretanto, antes de iniciar a apresentação, o Deputado Izalci (PSDB/DF), indicado anteriormente Relator *ad hoc*, retornou, e apresentou o Relatório Setorial. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. O Presidente informou que foram apresentados 02 destaques que serão apresentados ao Relator-Geral do Orçamento. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda Coletiva nº 7109.0004, da Bancada do Espírito Santo, conforme indicação do Relator Setorial. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Relatório Setorial da **Área Temática II – Saúde**. Relator Setorial: Senador Jorge Viana (PT/AC). Ausente o Relator Setorial, foi designado o Senador Romero Jucá (PMDB/RR) como relator *ad hoc*, que ressaltou o esforço elevado de todos os Relatores Setoriais que trabalharam no final de semana e conseguiram em tempo recorde, fechar os Relatórios Setoriais de forma muito abrangente e muito competente, destacando, em especial, o Relatório do Senador Jorge Viana. Em seguida, o Relatório Setorial foi apresentado. A discussão foi iniciada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Discutiu a matéria o Deputado Felipe Maia (DEM/RN) e o Presidente teceu alguns comentários. A discussão e o prazo para apresentação de destaques foram encerrados. Foi apresentado 01 destaque. Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Presidente declarou **inadmitida** a emenda Coletiva nº 7109.0013, da Bancada do Espírito Santo, conforme indicação do Relator Setorial. Em votação, o Relatório Setorial foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressalvada a obra com indícios de irregularidades graves. Nos termos do art. 70 inciso II da Resolução nº 1/2006-CN, o Presidente anunciou a votação da obra com indício de irregularidades graves que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Às 17h51min, após a aprovação dos Relatórios Setoriais, o Presidente suspendeu a reunião e comunicou a realização de reunião com o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, Relatores Setoriais e representantes do Colegiado de Líderes com assento na CMO, na sala da Presidência da CMO, para apresentação do esboço do Relatório Final que seria apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015)**. E convocou a continuação da reunião ordinária para o mesmo dia, 22/12/2014, às 19 horas. Às 20h38min, do dia 22 de dezembro, o Presidente reabriu os trabalhos. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta

do Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, para atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras com Indícios de Irregularidades Graves integrante do Projeto de Lei nº 13/2014-CN (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015). Autor: Deputado Devanir Ribeiro, Presidente da CMO. Não houve discussão. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Conforme o disposto no art. 24 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, o Presidente submeteu à apreciação do Plenário o **Relatório nº 1/COI/CMO, de 2014**, apresentado pelo Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI, que “Propõe Atualização do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves” integrante do **Projeto de Lei nº 13/2014-CN**, (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015). Relator: Comitê de Avaliação das Informações Sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI. Coordenador do COI: Senador Valdir Raupp (PMDB/RO). Não foram apresentadas emendas. Voto: pela aprovação deste Relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do **Projeto de Lei nº 13/2014-CN** (Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015), nos termos do Anexo 2 deste Relatório, que propõe o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: 1) Construção do Complexo Materno em Teresina, Piauí, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde – FNS (irregularidade: sobrepreço); 2) Construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte (irregularidade: ausência de estudo de viabilidade); e 3) Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí na Baixada Fluminense (obra incluída no PAC), Rio de Janeiro, sob responsabilidade do Ministério das Cidades (irregularidade: projeto básico deficiente). Ausente o Coordenador do COI, o Deputado Luiz Alberto (PT/BA), membro do COI, apresentou o Relatório. A discussão foi iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Não houve debate. Em votação, o Relatório foi **aprovado** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em seguida, para apresentação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN** (PLOA/2015), o Presidente passou a palavra ao Relator-Geral do Orçamento. O Senador Romero Jucá elogiou o trabalho dos Relatores Setoriais que proporcionou a aprovação de todos os Relatórios Setoriais. Relembrou que durante a apresentação de todos os Relatórios Setoriais, houve acordo, para que os destaques dos Parlamentares em vez de serem discutidos com os Relatores Setoriais fossem encaminhados ao Relator-Geral do Orçamento. E após a aprovação dos dez Relatórios Setoriais, o Relator-Geral informou que analisou todos os destaques apresentados àqueles Relatórios, conforme acordo, e rejeitaria a todos, entretanto, todos foram **prejudicados**, os de autoria do Deputado Jovair Arantes (PTB/GO), em virtude da ausência do autor, e os dois do Deputado Izalci (PSDB/DF), por terem sido atendidos através de Emenda de Relator-Geral. E desta forma, o Relator-Geral concluiu a análise dos destaques dos Relatórios Setoriais. Dando prosseguimento, o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, apresentou o **Relatório Final** ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN**. Durante a apresentação, o Relator-Geral respondeu aos questionamentos dos seguintes parlamentares: Deputados Izalci (PSDB/DF), Cláudio Puty (PT/PA), Felipe Maia (DEM/RN), Nelson Marquezelli (PTB/SP), Valtenir Pereira (PROS/MT), e do Senador José Pimentel (PT/CE), Líder do Governo no Congresso Nacional. Logo após, o Presidente apresentou Requerimento para dispensa do prazo regimental para apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN** (PLOA 2015), conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1/2006-CN. Autor: Presidente da CMO, Deputado Devanir Ribeiro. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas Representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação do Requerimento para inclusão na pauta do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN** (PLOA/2015). Autor: Senador Romero Jucá. Não houve debate. Em votação, o Requerimento foi **aprovado** por unanimidade nas Representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXTRAPAUTA. Apreciação do **Relatório Final** apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN**, que “Estima a receita e

fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015." (Projeto de Lei Orçamentária para 2015). Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 9.664 emendas. Voto: pela aprovação do Projeto de Lei, na forma do Substitutivo apresentado. O Relator-Geral já havia apresentado o Relatório Final, e a discussão já tinha sido iniciada e encerrada, assim como o prazo para apresentação de destaques. Foram apresentados 54 destaques. O Deputado Milton Monti (PR/SP) encaminhou a votação, teceu elogios aos Relatores Setoriais e ao Relator-Geral, e fez agradecimentos gerais. Nos termos do *parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, o Presidente solicitou autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e de Relator-Geral apresentadas, que foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Em votação, o **Relatório Final** foi **aprovado** por unanimidade, ressalvados os destaques e as obras com indícios de irregularidades graves. Nos termos do *art. 70 inciso II da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional*, as obras com indícios de irregularidades graves foram **aprovadas** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Apreciação dos 54 destaques apresentados. 1) Proposta do Presidente para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator-Geral. Em votação, a Proposta foi **aprovada** por unanimidade nas representações da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. 2) Destaques com voto do Relator-Geral pela rejeição: 01 a 54. Em votação em globo, os destaques foram **rejeitados** na representação da Câmara dos Deputados. Não foram apreciados na representação do Senado Federal, conforme o estabelecido no § 1º do art. 43 do *Regimento Comum*. Em seguida, o Senador Romero Jucá (PMDB/RR) agradeceu a todos os Parlamentares a confiança, aos Relatores Setoriais, às Lideranças do Governo, ao Senador José Pimentel (PT/CE) - Líder do Governo no Congresso Nacional, ao Deputado Cláudio Puty (PT/PA) - Vice-Líder do Governo no Congresso Nacional, aos Líderes e aos membros da Oposição que sempre lutaram e atuaram no sentido de melhorar os procedimentos do Orçamento. E por fim, agradeceu e louvou a condução dos trabalhos pelo Presidente da CMO, que o fez com competência, paciência e equilíbrio, culminando com a aprovação do Orçamento da República. Logo após, o Presidente teceu agradecimentos ao Relator-Geral do Orçamento pelo desempenho do seu trabalho, e aos Coordenadores de Bancada, Relatores Setoriais, e a todos os Parlamentares da Oposição e da Situação. O Deputado Izalci (PSDB/DF), relembrou que esta Comissão recebeu em reuniões de audiência pública dirigentes da área econômica, como o Secretário do Tesouro Nacional e o futuro Ministro da Fazenda e espera que na próxima gestão da CMO se possa discutir com profundidade a questão do Orçamento. Em virtude da inexistência de acordo do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, para deliberação das matérias constantes da Pauta, **deixaram de ser apreciadas** as seguintes matérias: - PAUTA. 1 - Relatório apresentado ao **Aviso nº 8/2014-CN**, que "Encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso nº 1444-Seses-TCU-Plenário, 11 de novembro de 2013, relativas às obras com indícios de irregularidades graves, nos termos do art. 103, § 6º da Lei 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (LDO)". Relator: Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves (COI). Coordenador do COI: Senador Valdir Raupp. Voto: no sentido que a Comissão Mista: a) tome conhecimento do Aviso nº 8/2014-CN, que encaminha a atualização das informações enviadas ao Congresso Nacional por meio do Aviso 1444-Seses-TCU-Plenário, de 11/11/2013, relativas às obras com indícios de irregularidades graves, nos termos do art. 103, § 6º, da Lei nº 12.919/2013 (LDO 2014); b) exclua, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado a este Relatório, o Convênio 553838 (Convênio 2386/2005) e o contrato sem número correspondente, para execução das obras do sistema de esgotamento sanitário no município de Pilar/AL, relacionados à Fundação Nacional de Saúde, do anexo da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves; c) exclua, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado a este Relatório, o Contrato 01/99, para construção da Av. Marginal Leste, margeando o Rio Poty, em

Teresina/PI, celebrado entre a Construtora OAS Ltda e o Governo do Estado do Piauí, com uso de recursos federais transferidos pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Integração, do anexo da Lei Orçamentária Anual que trata dos subtitulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves; e d) determine o arquivamento do Aviso nº 8/2014-CN. **2** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 30/2010-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 2590/2010 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo ao acompanhamento dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 1º quadrimestre de 2010, publicados pelos seguintes órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Órgãos da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho (TC 015.493/2010-5)". (Apensados: MCN 64/2010; MCN 65/2010; OFN 22/2010; OFN 23/2010; OFN 24/2010; OFN 25/2010; OFN 26/2010; OFN 27/2010; OFN 28/2010; OFN 29/2010 e OFN 31/2010). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias.**3** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 17/2011-CN** – que "Encaminha, nos termos do § 3º do art. 122 da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010), cópia do Acórdão nº 283, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF apresentados pelos Poderes e órgãos da esfera federal correspondentes ao 2º quadrimestre de 2010 (TC 028.002/2010-5)". (Apensados: MCN 163/2010; MCN 164/2010; OFN 37/2010; OFN 38/2010; OFN 39/2010; OFN 40/2010; OFN 41/2010; OFN 42/2010; OFN 43/2010; OFN 44/2010 e OFN 45/2010). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **4** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 10/2011-CN** – que "Encaminha cópia do Acórdão nº 1142, de 2011 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, relativo aos Relatórios de Gestão Fiscal - RGF referentes ao 3º Quadrimestre de 2010, publicados por órgãos e entidades dos Poderes da União (TC 002.764/2011-3)".(Apensados: MCN 9/2011; MCN 10/2011; OFN 3/2011; OFN 4/2011; OFN 5/2011; OFN 6/2011; OFN 7/2011; OFN 8/2011; OFN 9/2011; OFN 10/2011 e OFN 13/2011). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **5** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 19/2011-CN** – que "Encaminha cópia do Acórdão nº 2097, de 2011 - TCU - Plenário, referente aos Relatórios de Gestão Fiscal, relativos ao 1º quadrimestre de 2011, dos Poderes e órgãos federais, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - TC 015.497/2011-9".(Apensados: MCN 37/2011; MCN 38/2011; OFN 26/2011; OFN 27/2011; OFN 28/2011; OFN 29/2011; OFN 30/2011; OFN 31/2011; OFN 32/2011; OFN 33/2011 e OFN 34/2011). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **6** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 11/2012-CN** - que "Encaminha cópia do Acórdão nº 583/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 2º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 032.431/2011-2)". (Apensados: MCN 99/2011; MCN 100/2011; OFN 40/2011; OFN 41/2011; OFN 42/2011; OFN 43/2011; OFN 44/2011; OFN 45/2011; OFN 46/2011; OFN 47/2011; OFN 48/2011 e OFN 49/2011). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **7** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 12/2012-CN** - que "Encaminha cópia do Acórdão nº 726/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao 3º quadrimestre de 2011, das ações previstas nos dispositivos da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) que tratam dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) elaborados pelos poderes federais a que se refere o art. 54 da mencionada norma (TC 001.801/2012-0)". (Apensados: MCN 10/2012; MCN 11/2012; OFN 4/2012; OFN 5/2012; OFN 6/2012; OFN 7/2012; OFN 8/2012; OFN 9/2012; OFN 10/2012; OFN 11/2012; OFN 12/2012 e OFN 15/2012). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **8** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 2/2013-CN** - que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3376/2012 - TCU - Plenário, acompanhado

do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 1º quadrimestre de 2012 (TC 015.303/2012-8).)". (Apensados: MCN 57/2012; MCN 58/2012; OFN 33/2012; OFN 34/2012; OFN 35/2012; OFN 36/2012; OFN 37/2012; OFN 38/2012; OFN 39/2012; OFN 40/2012 e OFN 41/2012). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **9** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 3/2013-CN** - que "Encaminha cópia do Acórdão nº 3403/2012 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente à publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, correspondentes ao 2º quadrimestre de 2012 (TC 039.151/2012-3). (Apensados: MCN 103/2012; MCN 104/2012; OFN 45/2012; OFN 46/2012; OFN 47/2012; OFN 48/2012; OFN 49/2012; OFN 50/2012; OFN 51/2012 e OFN 53/2012). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **10** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 7/2014-CN** - que encaminha "relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2012". (Apensados: MCN 11/2013; MCN 12/2013; OFN 1/2013, OFN 2/2013; OFN 3/2013; OFN 4/2013; OFN 5/2013; OFN 6/2013; OFN 7/2013; OFN 8/2013 e OFN 10/2013) .Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **11** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 6/2014-CN**, que encaminha "Relatório de Acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, exercício 2013". 1º e 2º quadrimestre de 2013. (Apensados: MCN 41/2013; MCN 89/2013; OFN 18/2013; OFN 19/2013; OFN 20/2013; OFN 21/2013; OFN 22/2013; OFN 24/2013; OFN 25/2013; OFN 31/2013; OFN 33/2013; OFN 35/2013, OFN 36/2013; OFN 37/2013 e OFN 39/2013). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **12** - Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2014-CN**, que encaminha "Relatório de acompanhamento pelo Tribunal de Contas da União da Gestão Fiscal dos Poderes e Órgãos da União, do terceiro quadrimestre de 2013". (Apensados: MCN 1/2014; MCN 2/2014; OFN 1/2014; OFN 2/2014; OFN 3/2014; OFN 4/2014; OFN 5/2014; OFN 6/2014; OFN 7/2014 e OFN 8/2014). Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **13** – Relatório apresentado ao **Aviso nº 13/2011-CN**, que "Encaminha, nos termos do art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto 2010, combinado com o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2011"; **Aviso nº 09/2014-CN**, que "Encaminha, na forma prevista na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2011"; **Aviso nº 01/2012-CN**, que "Encaminha, em cumprimento ao art. 121 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010, combinado com art. 5, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal referente ao 3º quadrimestre de 2011"; **Aviso nº 10/2012-CN**, que "Encaminha ao Congresso Nacional, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2012"; **Aviso nº 28/2012-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, combinado com art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2012"; **Aviso nº 04/2013-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 118 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2012"; **Aviso nº 14/2013-CN**, que "Encaminha em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5º inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º quadrimestre do exercício de 2013"; **Aviso nº 19/2013-CN**, que "Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 5º inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2013"; **Aviso nº 03/2014-CN**, que

"Encaminha, em atendimento ao art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, c/c o art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas da União referente ao 3º quadrimestre do exercício de 2013". Relator: Deputado Cláudio Puty. Voto: pelo arquivamento das matérias. **14 – Relatório apresentado ao Ofício nº 36/2010-CN**, que "Encaminha o Relatório de Resultados e Impactos - Exercício de 2009, sobre as atividades desenvolvidas pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE". (Apensados: OFS 6/2010 e OFS 21/2010). Relatora: Senadora Angela Portela. Voto: pelo arquivamento das matérias. **15 – Requerimento nº 6/2014-CMO**, que "Solicita seja convocada a Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, no âmbito desta Comissão, para prestar esclarecimentos acerca da edição do Decreto Presidencial s/n, de 7 de outubro de 2013, que autoriza a contratação direta da GEAP – Autogestão em Saúde, sem a necessária realização de licitação". Autor: Deputado Nilson Leitão. **16 – Requerimento nº 8/2014-CMO**, que "Solicita ao Poder Executivo informações sobre os procedimentos que serão tomados para a retificação dos quadros de receitas mencionados no Projeto de Lei nº 3, de 2014-CN – Lei de Diretrizes Orçamentárias, para incluir as receitas das entidades integrantes do Sistema "S". Autor: Senador Ataídes Oliveira. **17 - Requerimento nº 9/2014 – CMO**, que "Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, para a colheita de elementos que venham a subsidiar a discussão e o aperfeiçoamento do Projeto de Lei nº 3/2014-CN - LDO e do Projeto de Lei nº 13/2014-CN - LOA 2015". Convidando: Sr. Paulo Ricardo de Souza Cardoso, Subsecretário de Tributação e Contencioso da Receita Federal; Sr. Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União; Sr. Fábio Barros, Secretário da SECEX Previdência do Tribunal de Contas da União; Sra. Eva Maria Cella Dal Chiavon, Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Autor: Senador Ataídes Oliveira. **ENCERRAMENTO:** Concluída a apreciação do Relatório Final apresentado ao **Projeto de Lei nº 13/2014-CN**, Proposta Orçamentária para 2015, o Presidente encerrou os trabalhos, às vinte e uma horas e vinte e nove minutos do dia vinte e dois de dezembro de 2014. Para constar, eu, Maria do Socorro de Lacerda Dantas, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Devanir Ribeiro, Presidente.** xxx

Em 16.12.2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro iniciada a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada a apreciação de matérias constantes da pauta.

Suspendo a presente Reunião Ordinária e convoco sua continuação para amanhã, dia 17 de dezembro, às 14 h30min.

Mas, antes de suspender a reunião, eu quero lembrar aqui que, na quinta-feira, dia 18 de dezembro, às 10 horas, haverá reunião com o Secretário do Tesouro Nacional aqui na CMO. Então, lembrando: dia 18 de dezembro, às 10 horas, aqui na nossa Comissão Mista de Orçamentos, reunião com o Secretário do Tesouro Nacional.

Estão suspensos os trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

Em 17.12.2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a 20^a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização destinada à apreciação de matérias constantes da pauta.

Suspendo a presente Reunião Ordinária e convoco sua continuação a partir do encerramento da sessão do Congresso Nacional de hoje à noite.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 18.12.2014.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Ana Amélia) - Declaro reiniciada a 20^a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta, e também dos relatórios setoriais ao Orçamento de 2015.

Eu vou suspender, por determinação da Presidência, a presente Reunião Ordinária, convocando a sua continuidade, a sua continuação, para o dia 22, segunda-feira, às 14 horas, neste mesmo plenário.

Pela ordem, Deputado Izalci Lucas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, só para registrar que, evidentemente, nós temos todo o interesse, e acordamos até, de votar a LOA. Mas, para isso, na segunda-feira, nós precisamos votar aqui os relatórios setoriais. Então, o Governo precisa — para cumprir, inclusive, o acordo e mostrar que, realmente, está disposto a votar — colocar aqui os Relatores para a gente poder votar essa matéria, senão, não tem como. Ao mesmo tempo, precisa convocar a base para votar no plenário, se é que vão conseguir fazer o relatório final, que eu já tenho as minhas dúvidas, também, com relação a isso. Pelo menos todo o discurso do Governo foi nesse sentido, e a Oposição colaborou para fazer um acordo para a gente poder votar.

Então, é só pedir à Presidência que convoque os Relatores Setoriais para que eles, na segunda-feira, façam... Senão, não tem como votar os Relatórios Setoriais.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Ana Amélia) - Foi bem observado pela Oposição, na palavra do Deputado Izalci Lucas, a ponderação sobre isso, que é um

compromisso, e compromissos e acordos são para serem cumpridos. Foi o acordo firmado, e isso será feito na segunda-feira.

Então, eu estou suspendendo, renovo a reunião, convocando a continuidade dela para segunda-feira, às 14 horas, neste mesmo plenário.

Obrigada, Deputado Izalci Lucas.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

Em 22.12.2014, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a 20ª Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes da pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais eletrônicos localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação e apresentação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Em primeiro lugar, apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, nós não temos quórum para começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Como?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Nós não temos condição de começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Depois V.Exa. pede. Vamos aprovar as atas da sessão anterior.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Hum?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - V.Exa. disse que iria suspender, aguardar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Ah, V.Exa. quer que suspenda?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - É, está evidente a falta de quórum. Com exceção do nobre Senador Vicente, nós não temos Senadores aqui. O número de Deputados também é insuficiente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tem três.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sim. Embora sejamos muito importantes, nós não somos suficientes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, vamos fazer o seguinte. Eu até preciso mesmo ir no oftalmologista, porque estou ficando meio cego.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Também estou achando. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu suspenso, então, até às 15 horas. Tudo bem?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos apressar os assessores dos Parlamentares para que eles venham para cá rapidamente.

Estão suspensos os trabalhos até às 15 horas.

(*A reunião é suspensa.*)

Em 22.12.2014, às 15 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a nossa 20ª Reunião, às 15h10min.

Apreciação das atas.

Havendo concordância do Plenário, proponho a dispensa da leitura das atas, por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme o estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, coloco em votação as atas das seguintes reuniões:

1ª Reunião Conjunta de Audiência Pública, realizada no dia 9 de dezembro de 2014;

8ª Reunião Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2014;

4ª Reunião de Audiência Pública, realizada em 18 de dezembro de 2014.

As atas estão em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas.

Expediente.

Conforme decidido na 4ª Reunião Extraordinária, realizada em 17 de abril de 2008, fica dispensada a leitura dos expedientes, que serão transcritos nas notas taquigráficas desta reunião. Informo ainda que a lista com os expedientes será enviada através do correio eletrônico aos gabinetes dos membros e às Lideranças partidárias nesta data.

Correspondência recebida.

Não vou ler, para nós ganharmos tempo. Os ofícios estão todos aqui.

Há um requerimento para inclusão em pauta da Alteração do Parecer Preliminar ao PLN 13, de 2014, do Congresso Nacional (PLOA 2015). O autor é o Senador Romero Jucá, que está com a palavra para a apresentação do requerimento.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, quero apenas registrar que no Relatório Preliminar havia um artigo que proibia emenda individual que impactasse o primário e tivesse algumas questões operacionais. A redação terminou podendo prejudicar as emendas de custeio da saúde, porque também de transferências obrigatórias. O custeio da saúde é classificado no Orçamento como transferência obrigatória. Houve um erro técnico da assessoria, e eu estou fazendo esta errata exatamente para tirar essa proibição e permitir o custeio da saúde, que significa mais recursos para o PAB ou para a média e alta complexidade. Existem emendas que podem fazer isso, que estão sendo acatadas, então é preciso que não haja nenhum óbice.

É este o ajuste que estou fazendo, para possibilitar que os Parlamentares possam ter suas emendas atendidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, a discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Sr. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado Federal.

Os Sr. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento para inclusão na pauta dos Relatórios Setoriais das Áreas Temáticas I (Infraestrutura), II (Saúde), III (Integração Nacional e Meio Ambiente), IV (Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte), V (Planejamento e Desenvolvimento Urbano), VI (Fazenda, Desenvolvimento e Turismo), VII (Justiça e Defesa), VIII (Poderes do Estado e Representação), IX (Agricultura e Desenvolvimento Agrário) e X (Trabalho, Previdência e Assistência Social), apresentados ao Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional (PLOA 2015), que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”.

Em votação a inclusão na pauta.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovada.

Em votação no Senado Federal.

Os Srs. Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006-CN, proponho a dispensa do prazo regimental para apreciação dos Relatórios Setoriais apresentados ao PLOA 2015.

A dispensa do prazo regimental está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Vou dar uma explicação. Nós fizemos uma consulta a todos aqueles que apresentaram relatório. Como vai ser rápido, nós fizemos por ordem de chegada. O Deputado Vicentinho foi o primeiro que entrou, e ele também tem um compromisso. Como V.Exa. também tem um compromisso, eu gostaria que expusesse suas razões.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA - Eu ia pedir vênia, Sr. Presidente, porque hoje é uma data significativa para mim. Faço 45 anos de casado e tenho em Goiânia, às 17 horas, uma missa de família e um festejo. Eu me comprometo a ler muito rapidamente o relatório. Agradeço aos meus pares. Isso seria um presente dado a mim, senão não vou estar presente nas minhas bodas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não é todo dia que se faz 45 anos de casamento. Parabéns!

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - É uma vez só!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É uma vez só! Noventa não vai dar.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Sr. Presidente, enquanto ele se dirige à mesa, apenas um esclarecimento: qual será o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O próximo...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Eu sou o Relator da Área Temática da Agricultura e quero saber quando será minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Olha, primeiro o nosso...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Pela troca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para que possamos agraciar o nosso colega que está fazendo 45 anos de casamento. Depois vem o Deputado Vicentinho, que era o próximo, e depois o Deputado João Carlos Bacelar, do Trabalho e Previdência Social.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Em que posição está a Agricultura, que é da minha sub-relatoria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O terceiro é o Senador Waldemir Moka, do Planejamento e Desenvolvimento Urbano. O quarto é o

Deputado João Leão, Poderes do Estado e Representação. O quinto é Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - É o quinto?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É o quinto.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O.k. Agricultura é comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra o Senador Cyro Miranda, Relator da Área IV.

O SR. SENADOR CYRO MIRANDA - Pois não, Sr. Presidente:

“Da Relatoria da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte sobre o Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015, no tocante aos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Esporte.

4 - Das emendas apresentadas.

Foram apresentadas 1.389 emendas à programação dos Ministérios que integram a Área Temática IV, sendo 1.283 individuais e 106 coletivas. Das 106 emendas coletivas, 103 são de apropriação e 3 de remanejamento. As bancadas estaduais apresentaram 92 emendas de apropriação e 3 de remanejamento. Já as Comissões Permanentes apresentaram 11 de apropriação.

4.1 - Dos recursos para o atendimento às emendas.

Para atendimento das emendas individuais apresentadas nesta Área Temática IV foram utilizados os recursos destinados a essa finalidade, conforme disposto no item 25.I do Parecer Preliminar — Parte Especial. Já para atender as emendas coletivas de apropriação, esta Relatoria utilizou os recursos transferidos pelo Relator-Geral, conforme previsto no Item 26.I do mencionado Parecer, no montante de R\$ 1.034,7 milhões.

Cabe destacar que, com exceção das modificações necessárias para atender às duas emendas de remanejamento aprovadas, preservamos inalteradas as programações dos quatro Ministérios integrantes desta Área Temática.

A quantidade e o valor das emendas coletivas e individuais de apropriação propostas e aprovadas estão demonstrados na tabela apresentada a seguir.

Indicamos para inadmissão a Emenda de Remanejamento nº 71090016, da bancada do Espírito Santo, por conflitar com os arts. 38 e 48 da Resolução nº 1, de 2006, que estabelecem, respectivamente, a impossibilidade de emenda de remanejamento oferecer como cancelamento as dotações da reserva da contingência; e que o cancelamento da dotação proposta na emenda deve se restringir ao âmbito da respectiva Unidade da Federação.

4.2 - Dos critérios de atendimento das emendas.

Todas as emendas individuais foram analisadas, ajustadas, quando necessário, e atendidas exatamente pelo valor solicitado.

No caso das emendas coletivas de apropriação, diante da impossibilidade de conseguir aprovar integralmente as demandas apresentadas pelas bancadas, decidimos usar os valores inversos do Índice de Desenvolvimento Humano — IDH como critério base para alocar os recursos, de maneira a dar uma atenção especial à população que reside nas Unidades da Federação menos desenvolvidas. Além disso, em alguns casos foram realizados ajustes, considerando-se o mérito de cada proposta e as prioridades indicadas pelas bancadas.

4.3 - Dos ajustes técnicos das emendas.

Na elaboração dos respectivos pareceres, foi necessário efetuar ajustes em algumas emendas, seja para adequá-las às normas vigentes, seja para corrigir inadequações técnicas. De todo modo, restou preservada a intenção manifestada pelos autores nas justificativas das proposições. Na maioria dos casos, contatamos os gabinetes dos Sr. Parlamentares ou dos representantes das bancadas ou das Comissões, que encaminharam solicitações de alteração por meio do sistema destinado a essa finalidade (Sistema de Solicitações de Ajuste a Emendas — SISEL). Contudo, registre-se que, devido ao curto prazo para elaboração do relatório, em algumas situações não foi possível estabelecer o contato.

Convém apontar que, conforme autorização constante do item 40 do Parecer Preliminar — Parte Especial, o Relator-Geral elaborou emendas para efetuar troca de fontes nas programações dos Ministérios desta Área Temática, sem, todavia, alterar o montante da programação originalmente proposta pelo Poder Executivo. Essas alterações constam do anexo *Alterações do Relator-Geral na Programação por Unidade Orçamentária*.

5 - Recomendação ao Relator Geral.

Esta Relatoria recomenda ao Relator-Geral que examine a possibilidade de adequar o valor da complementação da União ao FUNDEB ao que determina a legislação, conforme exposto no item 2.6 deste relatório. De fato, a proposta orçamentária para 2015 destina apenas 85% (R\$ 11,03 bilhões) do montante mínimo constitucionalmente previsto para a complementação em 2015, que é de R\$ 12,97 bilhões (correspondente a 10% do valor estimado para o FUNDEB em 2015). Portanto, há necessidade de alocar mais R\$ 1,94 bilhão.

II - Voto do Relator.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo, relativamente aos órgãos orçamentários integrantes da Área Temática IV, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas e das aprovadas parcialmente.

Sala da Comissão Mista, dezembro de 2014.”

Este é o Relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Antes de passarmos para o segundo relatório, eu tenho que proceder à votação, sem a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovada.

Relatório Setorial da Área Temática IV — Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte. O Relator é o Senador Cyro Miranda, que já apresentou o relatório. O prazo para destaques já se encerrou.

Declaro inadmitida a Emenda nº 71090016.

Foram apresentados três destaques. De quem são os três destaques?

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Pela ordem, Sr. Presidente. O que foi acordado é que todos seriam encaminhados ao Relator-Geral, porque, se formos votar destaques, não vamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Concordo com V.Exa., Senador Waldemir Moka. Aqui há 3 destaques do Deputado Jovair Arantes, a gente encaminha ao Relator-Geral...

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Foi feito um acordo para que os destaques fossem vistos na Relatoria-Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O Relator Setorial rejeita e nós encaminhamos ao Relator-Geral.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Nem rejeita, Sr. Presidente, se não tem que ter recurso. Ficou acordado que os destaques serão transpostos para o Relator-Geral, de plano, sem nenhum tipo de apreciação, e a gente aprecia no Relatório Geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Isso. Tudo bem.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, ficou acordado o seguinte: que um Relator Setorial, automaticamente, levaria os nossos pleitos ao Relator-Geral, que é o caso do Deputado João Magalhães, lá de Minas Gerais, que trata dos poderes. A bancada de Mato Grosso não fez nenhum destaque nesse caso, porque foi o combinado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Fica combinado assim?
(Pausa.)

Como não há destaque, em votação na Câmara dos Deputados.

Os Deputados que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Leitura do parecer do Relatório Setorial da Área Temática VII, Justiça e Defesa. O Relator Setorial é o Senador Vicentinho Alves.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, Sr. Relator-Geral, Sras. e Srs. Deputados e Deputadas, "o parecer em análise trata da Área Temática

VII, Justiça e Defesa, no âmbito do Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

Por designação do Presidente da CMO, coube a mim a missão de apreciar a proposta orçamentária da Área Temática VII, que abrange os órgãos Ministério da Justiça e Ministério da Defesa.

A Proposta Orçamentária para 2015 consigna dotação total de R\$ 91 bilhões e 117 milhões para os dois órgãos da Área Temática VII. Desse total, cabem ao Ministério da Justiça R\$ 12 bilhões e 307 milhões e ao Ministério da Defesa, R\$ 78 bilhões e 810 milhões.

É importante observar que este é um dos setores com maior valor de execução de projetos de investimento na esfera federal. Podemos citar projetos na área de Segurança Pública e de Defesa, como por exemplo:

a - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras — ENAFRON, e o aprimoramento da infraestrutura e modernização do Sistema Criminal e Penitenciário, no âmbito do Ministério da Justiça.

b - a implantação de estaleiro e base naval para construção e manutenção de submarinos convencionais e nucleares; a aquisição de aeronaves de caça e sistemas afins — Projeto FX-2; o desenvolvimento de cargueiro tático militar de 10 a 20 toneladas (Projeto KC-X); a aquisição de helicópteros de médio porte, de emprego geral (Projeto 1- IXBR); e a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras — SISFRON, por parte das Forças Armadas.

Citei apenas algumas.

Falaremos agora sobre as emendas apresentadas. Foram apresentadas 531 emendas, sendo 527 emendas de apropriação e 4 emendas de remanejamento. Das emendas de apropriação, 36 são de bancada estadual, 21 são de Comissão e 470 são emendas individuais.

Para subsidiar os atendimentos dos pleitos e também os cancelamentos realizados, foram utilizados especialmente os critérios de relevância estratégica nacional, necessidades setoriais e regionais e a expectativa de execução de cada ação.

Emendas Individuais.

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. Em todos os casos, buscou-se manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Emendas Coletivas.

Para o atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria evitou ao máximo promover cancelamentos, ciente dos prejuízos que reduções nas dotações provocam no planejamento dos órgãos. Houve, contudo, eventual necessidade de cancelamento para atendimento das emendas de apropriação no valor de R\$ 501 milhões, bem como cancelamento para remanejamento de R\$ 7 milhões.

Esclarecemos que grande parte dos cancelamentos trata da regionalização de dotações nacionais constantes do projeto de lei com o objetivo de atender a emendas coletivas.

Em virtude de conflito com o art. 43 da Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, receberam indicação pela inadmissibilidade a Emenda nº 50130002, da Comissão de Defesa do Consumidor, e a Emenda nº 50310004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, ambas da Câmara dos Deputados.

Foram apresentadas 4 emendas coletivas de remanejamento. Três emendas receberam parecer pela aprovação parcial e uma, a Emenda nº 50330008, recebeu parecer pela rejeição. Essa emenda, da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, pretendia remanejar recursos do Ministério da Defesa para o Comando da Marinha.

Manifestamo-nos pela rejeição com o objetivo de não comprometer o planejamento do Ministério da Defesa.

Voto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, diante do exposto, somos:

a - pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, na parte referente aos órgãos afetos à Área Temática VII — Justiça e Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas e aprovadas parcialmente, conforme discriminado nos anexos deste parecer;

b - pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 50130002 e 50310004;
c - pela rejeição da emenda 50330008."

Sr. Presidente, é esse o nosso relatório e voto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Seguiremos a mesma formalidade do nosso Regimento, sem manifestação do CAE.

Nos termos do Parágrafo Único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, há 2 destaques, o 3.398 e o 3.399, que vamos discutir depois, que são aqueles dois sobre os quais conversei com V.Exa.

V.Exa. disse que o valor não altera, mas foi contemplado como emenda de bancada.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - É com relação ao exército. Nós não retiramos recurso do exército; apenas contemplamos Parlamentares e regionalizamos o recurso.

O SR. DEPUTADO IZALCI - A diferença, Relator, é que tradicionalmente as emendas de bancada não são realizadas. Entendeu? Esse é o problema. A gente faz um destaque depois.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Mas pela deferência deste Relator com os Parlamentares, Deputados e Senadores, eu não poderia... Por exemplo, o Pará do Senador Flexa Ribeiro, que é inclusive do partido de V.Exa., foi contemplado com 70 milhões, e eu iria contemplá-lo com 3,5. Eu acho que eu teria que ter uma deferência com os congressistas também. Inclusive, dos quinhentos e poucos milhões de recursos, nós destinamos a maior parte para o Exército, com 283.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só quero pegar esses dois destaques...

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Então, não foi retirado recurso do Exército, mas apenas remanejado de forma regional.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - É, não pode. V.Exa. sabe que já é enxuto o orçamento deles. E se a gente fizer um corte aqui, dificulta mais ainda. Lá estão em andamento vários projetos, inclusive na Aeronáutica também.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Não, a Aeronáutica foi atendida em 100%, porque era apenas uma emenda de 120 milhões. Atendemos à Marinha, com 175 milhões, do pleito que eles pretendem de 300 e poucos. Ainda há o Relator-Geral que vai contemplá-los. E ao Exército com aproximadamente 49% do orçamento.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Veja, há um desejo de quase todos aqui que não se efetue corte de jeito nenhum nas Forças Armadas.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Não, não. Nenhum corte, apenas um remanejamento regional.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Esse é o problema, emenda de bancada, no ano passado, não saiu nada, não se realiza.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Como os destaques é o Relator-Geral que vai...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu só queria deixar o destaque aberto para depois discutir com o Relator, porque, na prática, na boa vontade de atender aos Parlamentares, acaba prejudicando, porque o Governo não atende às emendas de bancada. Tirou de um lugar e colocou em outro. Não perdeu em nada, mas, na execução, não acontece.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Não é colocar na bancada, é deixar no orçamento mesmo, delas.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu queria sugerir que o Deputado Izalci apresentasse o destaque, e a gente, no Relatório Geral, analisa com muito cuidado essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Para encaminhar aqui a votação.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Na representação do Senado, em votação.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se estão. (*Pausa.*)

E não há problema nenhum apresentar as emendas ao Relator.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Aprovado na Câmara e no Senado.

O SR. SENADOR VICENTINHO ALVES - Presidente, pela ordem, só para este Relator aqui agradecer aos consultores que colaboraram muito para elaborarmos este relatório: Consultor Orlando de Sá Cavalcante; Consultor Diogo Antunes, que está aqui ao nosso lado; o Consultor Fidélis Fantim; assim também como o nosso Chefe de Gabinete, Fernando Damasceno.

Agradeço a todos que se debruçaram durante muitas horas de trabalho para que a gente pudesse chegar até aqui.

Com relação ao nosso Exército, não foi retirado nenhum centavo. Pelo contrário, nós tivemos uma preocupação e uma atenção em colocar o Exército com maior valor de recursos na nossa relatoria.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sabe que isso é importante. Nós vamos fazer o destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O Relatório está em discussão. A discussão e o prazo para apresentação dos destaques estão encerrados.

Declaro inadmitidas, como o próprio Relator Setorial já anunciou, as emendas de nº 50, nº 130, nº 002, da Comissão de Defesa do Consumidor e da Câmara dos Deputados, e as de nº 50, nº 310, nº 004, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados. Estão inadmitidas.

Relatório Setorial da Área Temática III, Justiça e Defesa.

Está em votação a representação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Presidente, calma, eu estou levantando o braço. Tinha que dar entrada nos dois destaques lá. Já dei entrada, levaram. É só para considerar, porque daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Está considerado, nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - O.k. É só para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É que V.Exa. estava aqui atrás e não ouviu.

Está acrescentado aqui que foram apresentados dois destaques do Deputado Izalci.

Em votação na representação do Senado.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Relatório Setorial da Área Temática V.

Planejamento e Desenvolvimento Urbano. Relator Setorial, Senador Waldemir Moka.

O Relator Setorial está com a palavra para apresentação do relatório. O prazo de destaques está iniciado e será formalizado ao término da discussão, conforme estabelecido no inciso I do art. 60 do Regimento Interno da Casa. Com a palavra o nosso Relator Setorial.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é claro que o relatório é muito amplo. Evidentemente, eu não vou ler o relatório na íntegra, mas vou ler um relatório que exatamente sintetiza tudo o que nele foi feito.

Para clarear, é um relatório que diz respeito ao Ministério do Planejamento e ao Ministério das Cidades.

Vamos ao relatório:

“Trata-se da análise e da avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que ‘estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015’, referente à Área Temática V — Planejamento e Desenvolvimento Urbano, a qual abrange assuntos atinentes aos Ministérios das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão, incluindo seus órgãos, entidades e fundos, conforme previsto no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

O Projeto de Lei Orçamentária de 2015 propõe despesas da ordem de R\$ 49,0 bilhões para esses órgãos, para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, divididos em R\$ 21,2 bilhões para o Ministério do Planejamento e R\$ 27,8 bilhões para o Ministério das Cidades.

De acordo com o disposto no art. 70, I, alínea “e”, e II, da Resolução nº 1, de 2006-CN, cumpre-nos informar que existe uma obra na administração direta do

Ministério das Cidades com indícios de irregularidades graves. Trata-se de obra relativa ao ‘Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense-RJ (IG-P)’, cuja suspensão deve-se por projeto básico deficiente.” Para essa obra não veio recurso, e a relatoria não destina nenhum recurso, uma vez que essa obra foi considerada irregular.

“As emendas apresentadas no âmbito da Área Temática V totalizaram 1.232, cuja divisão se apresentou conforme abaixo, todas no âmbito do Ministério das Cidades.”

No Ministério do Planejamento, nós não tivemos emendas. Todas as emendas que este relator recebeu se devem ao Ministério das Cidades. Vamos lá:

“No Programa Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, são 2 emendas coletivas, solicitando R\$ 124 milhões; e 5 emendas individuais, solicitando R\$ 2 milhões. Total de emendas: 7. Valor pleiteado total: R\$ 126 milhões.

No programa Mobilidade Urbana e Trânsito, tivemos 13 emendas coletivas, solicitando R\$ 3.186,0 milhões; e também 13 emendas individuais, solicitando um valor de R\$ 9,4 milhões. A quantidade total de emendas coletivas e individuais é 12, totalizando R\$ 509,4 milhões.

Planejamento Urbano: 33 emendas coletivas, solicitando R\$ 3.837,5 milhões; e 1.127 emendas individuais, totalizando R\$ 1.739,9 milhões. Quantidade total de emendas: 1.160, totalizando R\$ 5.577,4 milhões.

Saneamento básico: 10 emendas coletivas, solicitando R\$ 1812,9 milhões; e 17 emendas individuais, solicitando R\$ 20,4 milhões. Quantidade total de emendas: 27, totalizando R\$ 1.833,3 milhões.

Portanto, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, nós tivemos 60 emendas coletivas e 1.172 emendas individuais. Valor solicitado de emendas coletivas: R\$ 9.460,4 milhões. Valor solicitado de emendas individuais: R\$ 1.781,0 milhões. Total: R\$ 11.241,4 milhões.

Houve grande interesse dos Parlamentares nesta Área, com 1.172 emendas individuais apresentadas, que totalizaram solicitações no montante de R\$ 1,7 bilhão de reais e derivam de iniciativas de 423 Deputados Federais e 55 Senadores. As ações com maior concentração de emendas foram as vinculadas ao programa Planejamento Urbano, que concentraram 94% do total de emendas. As emendas

individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados, cujos recursos necessários derivaram da Reserva de Recursos, administrada pelo Relator-Geral, no montante de R\$ 1,78 bilhão.

Este Relator recebeu do Relator-Geral o valor para atender integralmente todas as emendas individuais.

Em relação às emendas coletivas, o pleito das Comissões e das bancadas estaduais totalizou R\$ 9,5 bilhões. Dada a relevância da Área Temática e o grande interesse dos Parlamentares, no intuito de preservar as programações esta Relatoria decidiu por cortes lineares nas programações, respeitando os limites do Parecer Preliminar. Esses cortes representaram 10% para as programações do PAC e 20% para as demais programações, conforme os itens 29 e 30 do Parecer Preliminar, e foram efetuados linearmente para evitar o prejuízo de uma programação em especial. Ademais, vale salientar que foram realizados cortes exclusivamente em Fonte 100 (recursos ordinários), com o intuito de preservar programações vinculadas ao Ministério das Cidades.

Os atendimentos das emendas coletivas firmaram-se no mérito das programações propostas pelos autores, nas prioridades apresentadas pelos Ministérios envolvidos e na análise de mérito, conveniência e oportunidade por parte desta Relatoria Setorial, com atenção especial às ações de Planejamento Urbano e Manejo de Resíduos Sólidos.

Eu quero pedir a atenção do Relator-Geral, que não se encontra aqui na bancada. Quero dizer aos Srs. Parlamentares que eu faço um apelo ao Relator-Geral.

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais essa Relatoria contou e não obstante os esforços direcionados para garantir o atendimento satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aportes de recursos em ações estratégicas são grandes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento do País, ainda que todas as emendas coletivas tenham sido atendidas com pelo menos R\$ 10 milhões. Eu tirei uma média, de R\$ 10 milhões, e nenhuma emenda coletiva ficou com menos de R\$ 10 milhões. Nesse sentido, solicitamos especial atenção à Relatoria-Geral, a fim de que adicione

recursos para as emendas apresentadas pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, cujos recursos parcios não permitiram o atendimento desejado.

Agora quero dar uma explicação. Emendas de Comissões ficaram todas com R\$ 10 milhões. Das emendas coletivas, de bancadas de Estados, nenhuma ficou com menos de R\$ 20 milhões, nenhuma! Eu fiz um esforço muito grande no sentido de, é claro, priorizar as emendas de bancada em detrimento das emendas de Comissão.

II - VOTO.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, relativamente à programação da Área Temática V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.

Sr. Presidente, é este o relatório. Os destaques a este relatório, conforme está combinado, irão para o Relator-Geral, Senador Romero Jucá. Mas podem ter certeza V.Exas. de que este Relator fez o máximo possível. Não há discriminação. Não há valores discrepantes entre uma emenda de bancada e outra. Eu fiz uma distribuição rigorosamente a mais equitativa possível."

É este o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão.

Tem a palavra a Deputada Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE -
Senador Moka...

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Deputado Nelson Marquezelli, eu priorizei não o Estado, mas a quantidade de emendas. Tem Estado que tem cinco emendas. Evidentemente, o Estado que apresentou cinco emendas tem que ter um recurso maior do que aquele que apresentou uma única emenda, porque quem apresentou uma única emenda neste tema apresentou outras emendas a outros relatórios, V.Exa. há de convir comigo. Por isso o critério foi por emenda e não por Estado. Não sei se fui claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE -

Senador, na verdade me chama a atenção o fato de que, em todas as Regiões, no comparativo, houve uma redução significativa na parte de investimento e uma concentração, um crescimento de quase 30% no investimento nacional. Eu queria saber qual foi o critério, por que não se manteve a distribuição regional e, ao contrário, centrou-se o investimento no nacional, ficando a critério, à discreção do próprio Ministro alocar os recursos.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Professora Dorinha, o que eu fiz foi aumentar, não houve nenhuma diminuição. Eu só aumentei. Na verdade, o relatório que chegou teve um acréscimo de R\$ 2,3 bilhões. E onde foram alocados esses recursos? Principalmente nas emendas de bancada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom, Senador, o comparativo que eu tenho em relação a 2014 e 2015 indica redução, sim: de 42% na Região Norte, 72% no Nordeste, 77% no Centro-Oeste, 46% no Sudeste, tudo de decréscimo, e crescimento de 64% no nacional. Quando se vai para o geral, é esse o indicativo.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Professora Dorinha, depende dos Parlamentares. As emendas de bancada podem ter sido mais concentradas nessas Regiões. Mas V.Exa. pode verificar no relatório que nenhuma emenda coletiva tem menos de 20 milhões de reais.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Na verdade, o que eu estou colocando está no relatório. Agora, o senhor está dizendo que adotou o critério de seguir o que as emendas individuais apresentaram.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sim. Todas as emendas individuais foram atendidas, 100%. As emendas individuais foram 100% atendidas, e as emendas coletivas ficaram com, no mínimo, R\$ 20 milhões.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Só para esclarecer, Senador, eu estou me referindo ao que veio do Executivo. V.Exa. manteve a lógica do Executivo de redução nas Regiões...

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sim, evidentemente. O que veio do Executivo eu mantive. Apenas acrescentei emendas individuais e emendas coletivas.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Executivo — isto me chama atenção — reduziu das Regiões e ficou com mais recursos para si, para alocar de acordo com sua vontade.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Bom, eu tinha limitação também no relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - A discussão e a apresentação de destaques estão encerradas. Foram apresentados três destaques, que serão encaminhados ao Relator-Geral.

Novamente, nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara.

Os Srs. Deputados que a aceitam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Sr. Presidente, por favor, só mais 1 minuto.

Eu queria agradecer à Consultoria do Senado, na pessoa dos Consultores Rafael e Robson. Sem esses dois craques lá da Consultoria, eu não teria conseguido fechar o relatório, para ser lido e aprovado nesta reunião. Então quero agradecer-lhes e elogiar mais uma vez a competência e a qualidade da Consultoria que temos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado.

Senador Moka, V.Exa. tem sempre razão.

O Relatório Setorial da Área Temática V - Planejamento e Desenvolvimento Urbano está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Relatório Setorial da Área Temática VIII - Poderes do Estado e Representação. Relator: Deputado João Leão. Ou melhor, agora não mais Deputado, porque João Leão é Vice-Governador da Bahia e está se despedindo de nós.

O Relator Setorial está com a palavra, para a apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu estou nesta Casa há 20 anos e acredito que este talvez seja o último relatório que eu vá ler na minha vida nesta Casa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Vice-Governador, depois vai ser Senador pela Bahia...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não, eu prefiro continuar pelo outro lado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não seja tão humilde, Deputado João Leão, V.Exa. retornará a esta Casa do outro lado, no outro salão, mas retornará.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Nestes 20 anos, passei 16 anos aqui nesta Comissão. Não esqueço nunca o meu primeiro dia nesta Comissão. Estava sentado na terceira fila o ex-Ministro Delfim Netto, que era um dos papas desta Comissão. Eu me sentei ao seu lado e perguntei: “*Ministro, eu posso ficar aqui ao seu lado?*” Ele olha para mim com cara de espanto e diz: “*Lógico que pode*”. “*Não, mas eu quero ficar ao seu lado para aprender com V.Exa.*” “*Não tem problema nenhum*”. “*Eu queria ter com o senhor porque, algumas dúvidas que eu tiver eu ficaria lhe perguntando, e o senhor me explicando*”. E eu levei aqui mais ou menos uns 3 anos ao lado de Delfim aprendendo as coisas desta Comissão.

Eu tive o prazer, alguns anos depois, de receber o nosso Senador José Alencar, que foi Vice-Presidente do nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva. José Alencar sentou ao meu lado e perguntou: “*Deputado João Leão, eu posso sentar ao seu lado?*” “*Que prazer, Senador!*” “*Mas eu queria que, quando eu tivesse alguma dúvida, o senhor me explicasse*”. E assim eu fiz uma grande amizade com o ex-Vice-Presidente, *in memoriam*, nosso companheiro José Alencar, que me ensinou muita coisa, viu, Senador Romero? Aprendi com ele, e ele aprendeu comigo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Aprendeu com V.Exa. o que não devia.
(Riso.)

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu fiz grandes amizades aqui, tive grandes companheiros, e esse aprendizado eu quero levar agora para o Governo da Bahia, como Vice-Governador e como Secretário de Planejamento do Estado, espero eu inspirado em Delfim Netto.

Presto uma homenagem ao ex-Ministro Delfim Netto, meu professor nesta Comissão, e ao nosso ex-Presidente José Alencar, duas figuras importantíssimas da República, nesta minha despedida de 20 anos desta Casa, lendo meu último relatório.

Vamos lá, senhores.

Preciso ler, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado João, segundo o Relator, o penúltimo relatório. Nunca será o último.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - "A Área Temática VIII trata das programações dos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, do Ministério Público da União, da Defensoria Pública da União, do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República, todos de essencial importância para a manutenção do Estado Democrático de Direito, conforme previsto em nossa Constituição Federal. Ao lado disso, cuida também de importantes áreas sociais, como políticas para as mulheres, para a proteção e defesa dos direitos humanos e para a promoção da igualdade racial.

Foram apresentadas 425 emendas nesta Área Temática, das quais 67 coletivas e 358 individuais. Das coletivas, 41 foram apresentadas por bancadas estaduais e 26 por Comissões Permanentes.

A Relatoria-Geral repassou os valores necessários ao atendimento integral das emendas individuais, R\$ 135,8 milhões, acrescidos de R\$ 622,8 milhões para atendimento parcial das emendas coletivas.

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos ajustes nas emendas apresentadas, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração. Não houve mudança nas finalidades pretendidas pelos autores.

(...)

Análise e atendimento das emendas coletivas.

O relatório do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE sobre as emendas coletivas ainda em elaboração identificou vício insanável na emenda de remanejamento 7103.0009, o que nos levou a propor a inadmissão da emenda.

Quanto à análise das demais emendas coletivas, primeiro nos reportamos às de remanejamento, que somente podem ser atendidas com as fontes indicadas em cada pleito, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38).

Restaram duas emendas de remanejamento nesta área (emendas 5024.0006 e 5025.0002).

Eu estou aqui dando entrada numa errata à Emenda de nº 5024.006, que eu tinha atendido no valor de 10 milhões e eu estou baixando para 500 mil, em função da correspondência que nos foi remetida pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Portos pedindo para não mexer nesse remanejamento. Deixo a critério do meu Relator-Geral o futuro atendimento, ou o não atendimento, dessa emenda.

(...)

Foram apresentadas 64 emendas coletivas de apropriação. Duas emendas, as de nºs 5025.0001 e 6008.0002, tratam de despesa com pessoal e serão analisadas pelo Relator Geral.

(...)

A um grupo de nove emendas foi possível estabelecer critério diferenciado, tanto seguindo nosso critério político, quanto visando contemplar os órgãos que pessoalmente nos contataram e tornaram claras suas dificuldades de implementação das políticas públicas no âmbito de suas responsabilidades. A essas emendas alocamos valores maiores que a média, entre R\$ 15 e R\$ 20 milhões, no máximo. Não ultrapassamos esse valor. Ressalvados esses casos, atendemos duas emendas de Comissão e a maioria das emendas de bancada estadual com R\$ 10 milhões, e as demais emendas de Comissão com R\$ 6,8 milhões.

Esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos disponíveis, de modo que não há fontes remanescentes para atender eventuais destaques. Todavia, as emendas coletivas de apropriação poderão receber maiores somas na Relatoria-Geral — e eu tenho certeza de que o nosso grande Relator-Geral, o Senador Romero Jucá vai atender as bancadas com uma maior consubstância.

(...)

Realizamos ainda ajuste no subtítulo da Emenda nº 6002.0003, restringindo-a à aquisição de material permanente e equipamentos, a fim de torná-la compatível com as normas da Resolução nº 1/2006.

(...)

Indicações à Relatoria Geral

Solicitamos ao Relator Geral:

a) requerer aos autores de emendas individuais com destinação de recursos para despesas obrigatórias que efetuem o remanejamento dos recursos para outras emendas de sua autoria, caso a alteração do Parecer Preliminar que exclui o item 10.2 não seja aprovada;

b) contemplar as emendas coletivas de apropriação, cujo atendimento por nós realizado ficou muito aquém da solicitação dos órgãos e do previsto nas emendas;

(...)

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, na parte abrangida pela Área Temática VIII — Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste relatório.”

Este é o nosso relatório, senhores.

Estamos às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

O prazo para apresentação dos destaques está encerrado.

Declaro inadmitida a Emenda nº 71030009, da bancada do Estado de Alagoas.

Foram apresentados dois destaques que serão apresentados ao Relator-Geral.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O Relatório Setorial da Área Temática VIII...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, solicito 30 segundos.

Senhoras e senhores, as minhas despedidas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Depois o senhor se despede. Vou dar meia hora para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não quero tudo isso não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deixe-me só colocar a matéria em votação, Deputado João. Desculpe-me.

O Relatório Setorial da Área Temática VIII — Poderes do Estado e Representação e a errata que V.Exa. apresentou estão em votação na representação na Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Em votação, na representação do Senado Federal.

Os Senadores que os aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados.

Com a palavra V.Exa.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Pela ordem. Eu não sei se foi apresentado algum destaque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Foram apresentados dois destaques.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Então, eu queria que a votação não ressalvasse o destaque, porque o destaque não será votado aqui no Relatório Setorial. O destaque é encaminhado ao Relator-Geral e, portanto, não há essa ressalva da votação do destaque, senão o relatório vai ficar pendente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Está bom. Nossa colega...

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Sr. Presidente, meu caro Relator Romero Jucá, funcionários desta Casa, todos aqueles com os quais convivi por todos estes anos, apresento-lhes as minhas despedidas.

Quero dizer a todos vocês que vou levar muitas saudades. Aqui eu aprendi a conviver. Aqui eu vivi uma vida de felicidade. Aqui eu consegui transformar muitas coisas no Brasil e na Bahia, em particular. Aqui nós fizemos muitas leis que foram importantes para a população brasileira.

Poderia destacar algumas dezenas, mas destaco uma em particular que modificou muito a vida do povo brasileiro: o PAC — Programa de Aceleração do Crescimento. Eu, como Relator da LDO de 2007, criei o PPI. Daí veio todo o incentivo para a criação do PAC.

Eu fico feliz de ter podido servir ao meu País, ao meu Estado, ao povo brasileiro e a toda a população deste magnífico País que é o Brasil.

Quero dizer aos senhores que, nos 16 anos em que fui membro desta Comissão, dos 20 anos em que estive nesta Casa, jamais participei nem vi absolutamente nada — absolutamente nada, repito! — que viesse desabonar a figura de qualquer Parlamentar.

Hoje, no País, querem jogar a culpa de muita coisa neste Parlamento, mas eu lhes digo: ou eu sou besta, ou eu sou idiota, ou, então, eu só convivi aqui com pessoas decentes, honestas e direitas.

Duvido que, na minha vida política, alguém diga que o Deputado João Leão se envolveu com isto ou com aquilo.

Deixo aqui, finalmente, um abraço a todos os companheiros e a todos aqueles que nos ajudaram e ajudaram este País a ir para frente.

Um abraço, amigos!

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - Mas V.Exa. tem que dizer para onde vai, Deputado João Leão!

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Está todo mundo convidado pelo Deputado para o carnaval na Bahia.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - No camarote da Governadoria...

O SR. DEPUTADO LÁZARO BOTELHO - O Deputado João Leão agora é Vice-Governador da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não vai ter camarote, não, vai todo mundo para a rua. Uma salva de palmas para o nosso amigo Deputado João.

Deputado João, V.Exa. só não aprendeu uma coisa nem com o Delfim, nem com nosso Vice-Presidente. Devia ter falado para V.Exa. parar de fumar — eu fumava muito. É por isso que V.Exa. estava tossindo aqui. Espero que V.Exa. cuide melhor da sua saúde. Eu quero ir à Bahia e vê-lo são; senão, V.Exa. não chega ao Senado.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Vou dizer aqui para a TV: eu fumo há 54 anos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Está na hora de parar.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Veja bem: comprometi-me no palanque, em Barreiras, a, a partir do dia 1º de janeiro, largar de fumar.

Mas não estou tossindo por causa do cigarro, e sim porque fiz uma operação e estou muito gripado. O cigarro nunca me...

O SR. DEPUTADO JÚNIOR COIMBRA - Para voltar a fumar, só se for escondido, não é, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Nem escondido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O Deputado João é inteligente. Obrigado, Deputado João.

Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo.

Relator Setorial: Deputado Geraldo Resende, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O Sr. Relator está com a palavra, para apresentação do seu relatório.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Vou direto ao relatório, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização pela nossa designação como Relator Setorial.

Passo a ler o meu parecer:

“Em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Parecer Preliminar, coube-nos examinar, no âmbito da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, a programação dos órgãos do Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério do Turismo, Secretaria da Micro e Pequena Empresa, encargos financeiros da União, transferência entre Estados, Distrito Federal e Municípios, operações oficiais de crédito, refinanciamento da dívida pública mobiliária federal e respectivas unidades orçamentárias.

Na condução desta Relatoria deparamo-nos com temas relevantes, que fazem parte do debate atual sobre os grandes problemas econômicos do País, como dívida pública, transferências financeiras a Estados e Municípios, financiamento do setor produtivo, entre outros. A fim de contribuir com estes debates, inserimos neste relatório algumas análises sobre os temas mencionados.

Porém, como nossa principal preocupação foi a de buscar alternativas e caminhos que conduzam o País à superação das atuais dificuldades, a maior ênfase do nosso trabalho esteve centrada em apontar e, na medida do possível, corrigir distorções da Proposta Orçamentária para 2015. Esse sentimento permeou a análise das emendas apresentadas no âmbito desta Área Temática e nos fez dar especial atenção àquelas ações que julgamos mais efetivas na promoção do desenvolvimento econômico e social.” Assim, seguiremos diretamente para o Item 4, intitulado *Atuação da Relatoria Setorial*:

“Atuação da Relatoria Setorial.

Junto a esta Área Temática, foi apresentado um total de 411 emendas de apropriação, não tendo sido apresentadas emendas de remanejamento.

As emendas de apropriação compreendem 377 emendas individuais e 34 coletivas, sendo 13 emendas de Comissões e 21 de bancadas estaduais.

Não foram apresentadas emendas ao orçamento de investimento das empresas estatais subordinadas aos órgãos integrantes deste setor.

4.1. Recursos para o atendimento das emendas

Segundo o que estabelece o item 30, I, da Parte Especial do Parecer Preliminar, no âmbito das áreas temáticas, esta Relatoria Setorial poderia realizar cancelamentos em dotações consignadas a despesas com investimentos (GND 4) até o limite global de 20% do total programado, sendo o limite máximo para cada subtítulo de 50% da dotação, para programações com identificador de resultado primário igual a dois (RP 2), e de no máximo 10%, no caso de programação com identificador de resultado primário igual a três (RP 3).

Já de acordo com o item 30, II, da mesma Parte Especial, o total dos cancelamentos em dotações consignadas a despesas com inversões financeiras (GND 5) deveria ter como limite global o percentual de 10% do total programado, podendo os cancelamentos em cada subtítulo incidirem até o percentual de 50%.

Após minucioso exame das dotações das unidades orçamentárias desta Área Temática, esta Relatoria decidiu não promover cancelamentos de qualquer natureza, buscando não prejudicar as já comprimidas programações de investimentos dos Ministérios em análise.

Ou seja, nós não fizemos nenhum cancelamento de qualquer dotação da nossa Relatoria.

Os demais recursos utilizados provieram da revisão das estimativas de receitas orçamentárias para 2015.

4.2. Critérios de atendimento das emendas.

4.2.1. Emendas individuais.

As emendas individuais propostas nesta Área Temática têm por objetivo, em sua grande maioria, a assistência financeira da União para iniciativas locais, tais como: apoio a projetos de infraestrutura turística, promoção e *marketing* do turismo, apoio a projetos de desenvolvimento na Amazônia, fomento a projetos de qualificação profissional setorial, promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas, etc.

Em alguns casos, observadas as normas legais e regimentais que regem a matéria, os pareceres das emendas requereram ajustes e correções, com o propósito de adequá-las à boa técnica orçamentária e sanar erros ou defeitos de elaboração que eventualmente pudessem constituir óbice à sua aprovação ou ulterior execução.

Dessa forma, foram realizadas adequações de classificação funcional-programática, ação, subtítulo, GND e modalidade de aplicação.

Assim, quando da análise dos dados apresentados, caso necessário, foram procedidos pequenos ajustes em parâmetros relativos à técnica orçamentária, de forma a tornar as emendas compatíveis com a programação estabelecida no Projeto da LOA e do Plano Plurianual, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo do orçamento e a execução orçamentária. Buscou-se, aí, sempre manter os objetivos pretendidos pelos Parlamentares em suas proposições.

Dado o exíguo tempo de que dispusemos, nem sempre foi possível contatar os gabinetes para informar acerca dos referidos ajustes. Sendo assim, recomenda-se que os autores verifiquem atentamente como se acham aprovadas as suas

propostas, a fim de que possam tempestivamente provocar a revisão das mesmas, caso não atendam à intenção parlamentar.

Considerando as disposições do Parecer Preliminar, esta Relatoria recomenda a aprovação de todas as emendas individuais.

4.2.2. Emendas coletivas.

No que se refere ao atendimento das emendas coletivas, diante das restrições orçamentárias e na busca de uma alocação de recursos o mais eficiente possível, mantivemo-nos disponíveis para ouvir os autores dessas emendas no sentido de ter ciência das mais prioritárias, tendo em vista que não se poderia atender a todas em níveis ideais. Procuramos também levar em consideração as informações disponíveis sobre as condições socioeconômicas da população a ser beneficiada em cada unidade da Federação, o mérito de cada emenda, sua abrangência, sua relevância, levando-se em conta também os recursos já disponíveis no Projeto de Lei Orçamentária de 2015.

Considerando as aspirações que fundamentaram os pleitos das bancadas estaduais, esta Relatoria procurou ter em conta um conjunto de critérios, de modo a buscar uma equilibrada distribuição dos recursos. Dessa forma, para a alocação dos recursos às emendas de apropriação das bancadas estaduais, levamos em consideração o inverso de indicadores socioeconômicos como a renda *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano — IDH, a população a ser beneficiada, bem como o número de emendas apresentadas na Área Temática.

Como ocorreu com as emendas individuais, houve a necessidade de se promoverem ajustes nos subtítulos, assim como de efetivar adequações de caráter estritamente técnico, para sanar conflitos constitucionais, legais e regimentais. Nesse caso, seguimos as orientações emanadas do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE desta Comissão, buscando sempre manter os objetivos pretendidos pelos autores em suas proposições.

Cabe mencionar em particular a emenda 71070002, da bancada do Ceará, que propõe o ‘Apoio a Ações de Infraestrutura Turística no Estado do Ceará’. Da forma proposta, esta emenda conflitaria com o que dispõe a Resolução nº 1, de 2006-CN, em seu art. 47, II, que estabelece que ‘as emendas de bancada estadual deverão identificar de forma precisa o seu objeto, vedada a designação genérica de programação que possa contemplar obras distintas ou possa resultar, na execução,

em transferências voluntárias, convênios ou similares para mais de um ente federativo ou entidade privada'.

Considerando a exiguidade de tempo em que foi elaborado este Relatório, que não possibilitou o adequado contato com a bancada; o fato de, até o momento da sua conclusão, não ter sido verificado registro de solicitação, recebida pela CMO, de alteração da referida emenda no SISEL — Sistema de Solicitações de Ajustes a Emendas; e para evitar a inadmissão da emenda, ajustamos o seu subtítulo, a partir da leitura atenta da justificativa, delimitando o seu escopo à Região Metropolitana de Fortaleza, com o objetivo, único e exclusivo, de sanar o referido conflito regimental e não cercear o prosseguimento de sua análise pela Relatoria-Geral. Alertamos a bancada em questão para que, caso a adequação realizada não atenda aos objetivos originais da emenda, proceda ao seu ajuste tempestivamente, pelos instrumentos regimentais apropriados.

Os recursos disponíveis ficaram muito aquém do que seria preciso para se atender de modo razoável as numerosas e relevantes demandas. No entanto, apesar das dificuldades e da pequena disponibilidade de tempo para manter os necessários contatos com os agentes e setores interessados, esta Relatoria espera ter alcançado seus objetivos realizando a distribuição mais justa e objetiva possível.

Quanto ao parecer sobre as emendas coletivas, recomendamos a nossos pares a aprovação parcial de 21 emendas de bancadas estaduais e de 13 emendas de Comissões.

Ressalte-se que, em estrito cumprimento aos termos do Parecer Preliminar aprovado por esta Comissão, não foram apresentadas emendas de Relator Setorial.

4.3. Obras com indícios de irregularidades.

De acordo com o item 34, II, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão levar em consideração, para fins de alocação de recursos, as orientações emanadas do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, devendo justificar a inclusão, o acréscimo ou a manutenção de dotação em subtítulo correspondente. Já de acordo com o item 34, III, do Parecer Preliminar, os Relatores Setoriais deverão indicar, para votação em separado, os subtítulos que contenham contrato, convênio, parcela, trecho ou subtrecho em que foram identificados, de acordo com informações do Tribunal de Contas da União, indícios de irregularidades.

De acordo com as informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União ao Congresso Nacional, até o momento, na programação das unidades orçamentárias que integram esta Área Temática, não constam obras que sejam objeto de questionamentos.

4.4. Indicações à Relatoria-Geral.

Em face da escassez de recursos disponíveis ao atendimento das emendas, e dada a magnitude dos valores envolvidos, muitas foram as demandas que deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento nacional.

Assim sendo, considerando que os valores pretendidos pelas emendas coletivas estavam muito além das possibilidades desta Relatoria Setorial, procedeu-se a um atendimento que possibilitasse dar sequência à análise das proposições pela Relatoria-Geral, para a qual indicamos, na medida de suas possibilidades, que realize um atendimento mais apropriado e condizente com as reais necessidades das proposições apresentadas.

II. Voto do Relator.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, relativamente às unidades orçamentárias afetas a esta Área Temática, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas."

Eu também queria agradecer, Sr. Presidente, a contribuição enorme que nos deram o Consultor da Câmara dos Deputados Sr. Edson Tubaki e o Consultor do Senado Federal Joaquim Ornelas, que me acompanha na apresentação do Relatório Setorial.

São essas as nossas observações.

Pedimos a aprovação do Relatório Setorial como foi encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado, Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Peço 1 minutinho só para formalizarmos aqui.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

A discussão e o prazo para apresentação estão encerrados.

Não há nenhum destaque.

V.Exa., Deputado Domingos Sávio, pediu 2 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, eu quero, aproveitando para cumprimentar o Deputado Geraldo Resende, dirigir-me a V.Exa., ao Deputado Geraldo Resende e aos demais pares para dizer que, na linha que o PSDB adotou logo que estabelecemos, por acordo, a disposição de fazer um cronograma, com um grande esforço desta Comissão para aprovar os Relatórios Setoriais e, obviamente, o relatório da peça orçamentária, nós mantivemos essa linha hoje na reunião prévia que tivemos com V.Exa. e com o Relator, Senador Romero Jucá.

Nós compreendemos que, para atender ao interesse nacional, acima de tudo olhando para o interesse do País, nós estamos relevando alguns princípios regimentais, alguns prazos que poderíamos observar e principalmente os destaques que poderíamos fazer — e fizemos, mas não teríamos tempo hábil para debater cada um deles, para fazer a adequação dos Relatórios Setoriais.

Em razão disso, houve o acordo do Senador Romero Jucá, referendado por V.Exa. e por todas as Lideranças de que se compromete em rever o relatório e fazer um adendo a ele, antes de colocá-lo para apreciação do Plenário, no ano que vem obviamente, para que nós possamos atender às bancadas adequadamente, para que possamos, de maneira mais equânime, mais justa, distribuir algum recurso que ainda exista como, por exemplo, do art. 18.

Obviamente nós vamos cumprir esse ritual, deixando para, no momento adequado, garantir o atendimento a cada bancada. Em Minas Gerais, por exemplo, nós não abrimos mão — já disse a ele diretamente — de buscar uma ampliação que atenda melhor ao Anel Rodoviário de Belo Horizonte, ao trecho da BR-262, entre Nova Serrana e Uberaba, e algumas outras. Eu não vou elencar todas as demandas que temos, mas há também o norte de Minas, na BR-251, e outras que precisam ser mais bem aquinhoadas. Há na área educacional o Instituto Federal de Salinas, que precisa concluir o seu hospital veterinário. Eu não vou detalhar. O Relator se mostrou inteiramente aberto a discutir conosco e contemplar esses destaques no relatório final.

O Deputado Izalci, que fez um trabalho intenso, e o Deputado Rodrigo de Castro, que pediu inclusive ao Deputado Izalci para fazer a leitura do seu relatório,

também referendaram essa posição, assim como o Deputado Nilson Leitão e os Senadores Flexa e Cyro.

Portanto, eu concluo, Sr. Presidente, dizendo que aquilo que nós tratamos com V.Exa. e com os demais pares, levando em conta o interesse nacional, será cumprido, mas fica claro que nós não abriremos mão de acompanhar com o Relator as adequações, para que o relatório final, ao ser apresentado no plenário, contemple adequadamente as bancadas estaduais e algumas questões que o PSDB considera extremamente relevantes.

Era isso o que eu tinha para posicionar. Nós deixamos claro aqui então que, no que depende do PSDB, no que depende da Oposição — eu sinto que também é o sentimento dos demais partidos de oposição —, nós não faremos obstrução ou oposição ao País. Nós queremos que o País tenha o Orçamento. Só não o terá antes do recesso, que começa hoje, por omissão, em minha opinião, do próprio Governo, que demorou a agir e atuar em prol de termos o Orçamento aprovado, não por culpa de V.Exa., que foi zeloso.

Aqui estive em muitas sessões em que não havia quórum. Nós da Oposição aqui estávamos. Portanto, que fique registrado para o País: a Oposição não impediu o País de ter o Orçamento. Já demos ao País, felizmente, a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias. Agora, estaremos atentos para que a redação final, que vai ao plenário, contemple adequadamente cada Estado da Federação. Eu particularmente estarei atento, defendendo as questões de Minas Gerais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado Domingos Sávio, na condição de Presidente desta Comissão, eu agradeço a compreensão da Oposição, inclusive de V.Exa., falando em nome da Oposição. Eu sempre acreditei na palavra do homem e na disposição de trabalharmos pelo nosso País.

Eu acho que o Orçamento é o maior projeto que esta Casa vota, é o projeto que diz o que nós vamos fazer lá na frente com aquilo que arrecadamos e como nós vamos gastar. Então, eu agradeço muito a compreensão de V.Exas. Eu sei que têm todo o direito de se posicionar. Eu já fui Oposição, já fui e hoje sou Situação, mas eu os entendo e lhes agradeço. Francamente, acho que V.Exas. tomaram uma posição interessante não para o Governo, mas para o País. Eu também reconheço essa parte e fico muito agradecido, na condição de Presidente.

Seguindo, nós temos o parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional. Solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade das Emendas com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

O Relatório Setorial da Área Temática VI — Fazenda, Desenvolvimento e Turismo, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade no Senado Federal.

Vamos agora para a Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Quero chamar o nosso Relator Setorial, Deputado João Carlos Bacelar, do PR da Bahia.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - O Presidente pulou outra vez. (*Pausa.*) Presidente, V.Exa. trocou novamente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Não, ele estava na frente.

Se formos olhar aqui, pela apresentação da Mesa, vamos mudando. Nós mudamos o do Deputado Geraldo porque ele precisa viajar agora, correndo. Essa é a única que nós mudamos. E mudamos no primeiro, com o Vicentinho, que trocou com o Cyro Miranda. Mas agora estamos seguindo a lista: no VI. Depois, ainda tem o...

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Mas o senhor chamou o X. Daí a confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tá. É o Deputado João Carlos Bacelar.

V.Exa. tem o tempo necessário para apresentar seu relatório.

O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e Deputados, vamos ao relatório:

“Resumo do Relatório da Área Temática X.

Trata-se de análise de avaliação da programação orçamentária do Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que “estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015”, referente à Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social. Essa área cuida de matérias relativas ao Ministério do Trabalho e Emprego — MTE, da Previdência Social — MPS e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome — MDS.

Salientamos, desde logo, que não foram identificadas obras com indícios de irregularidades na programação desta Área Temática nas informações encaminhadas pelo Tribunal de Contas da União, razão pela qual deixamos de fazer menção a essa questão ao longo deste relatório.

A Área Temática X, prevista no art. 26 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, compreende a programação dos órgãos Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, incluindo seus órgãos, entidades e fundos.

O projeto de Lei Orçamentária de 2015 propõe despesas da ordem de R\$ 599,7 bilhões para esses órgãos, abrangendo os orçamentos fiscal e da seguridade social, sendo R\$ 450,7 bilhões para o Ministério da Previdência Social, R\$ 75,4 bilhões para o Ministério do Trabalho e Emprego e R\$ 73,4 bilhões para o Ministério de Desenvolvimento Social. As dotações previstas para os órgãos em análise representam 30% do total de dotações dos orçamentos fiscal e da seguridade social do PLOA 2015 (excluído o refinanciamento da dívida).

Vale destacar que o valor do salário mínimo considerado no PLOA de 2015 correspondeu a R\$ 788,06, refletindo um reajuste nominal de 8,85%, que contempla uma variação esperada do INPC de 6,20%, em 2014, e crescimento real do PIB de

2,49%. Contudo, em novembro foi apresentada pelo Poder Executivo nova grade de parâmetros, com uma previsão do INPC superior à anteriormente estimada. Em face da nova previsão, de 6,45%, a estimativa do valor do salário mínimo para 2015 foi elevada para R\$ 789,91.

Emendas.

No âmbito da Área Temática X, foram apresentadas 212 emendas, sendo 250 (*sic*) individuais e 7 coletivas de apropriação.

A maior parte das emendas beneficia o Fundo Nacional de Assistência Social, destinando-se ao atendimento das ações relativas à estruturação da Rede de Serviços de Proteção Básica e Especial, que representam 70,8% das emendas apresentadas.

As emendas individuais foram atendidas integralmente, segundo os valores solicitados. Os recursos necessários derivaram da Reserva de Recursos, administrada pelo Relator-Geral, no montante de R\$ 95,9 milhões.

No que tange às emendas coletivas, vale destacar que, conforme os itens 29 e 30 do parecer preliminar, esta Relatoria Setorial poderia realizar corte global de até 20% nas dotações consignadas a investimentos e de 10% nas dotações consignadas a inversões financeiras. No entanto, não consideramos adequado utilizar essa prerrogativa de corte, tendo em vista: a) os parcisos recursos previstos para investimento — cerca de 5% das despesas discricionárias na Área; b) a impossibilidade de cancelamento das inversões financeiras, por destinarem-se a cumprimento de despesa obrigatória no âmbito das transferências do FAT para o BNDES; e c) o inegável mérito dos gastos sociais que compõem a programação. Dessa forma, foram utilizados para o atendimento das emendas coletivas somente os R\$ 70,3 milhões que nos foram repassados pelo Relator-Geral provenientes da Reserva de Recursos.

Os atendimentos das emendas coletivas firmaram-se no mérito das programações propostas pelos autores, nas prioridades apresentadas pelos Ministérios envolvidos e na análise de mérito, conveniência e oportunidade por parte desta Relatoria Setorial.

Indicação à Relatoria Geral.

Tendo em vista a escassez de recursos com os quais esta Relatoria contou e não obstante todos os esforços por nós direcionados para garantir um atendimento

satisfatório das emendas apresentadas na Área Temática, é forçoso reconhecer que as necessidades de aporte de recursos em ações estratégicas são grandes. Algumas das demandas certamente deixaram de receber dotações compatíveis com sua importância na promoção do desenvolvimento do País.

Nesse sentido, solicitamos especial atenção da Relatoria Geral, a fim de adicionar R\$ 15 milhões à Emenda 50210001, da Comissão de Seguridade Social e Família, destinada à Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS, a fim de possibilitar a construção de pelo menos mais dez agências do INSS, ao custo de R\$ 1,5 milhão por agência. Solicitamos ainda especial atenção ao Relatoria Geral para destinar maiores recursos à Emenda 2022001, de autoria da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, destinada ao Fomento ao Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Empresas de Médio Porte. Tal ação destina-se, dentre outros, à implantação de Estações de Trabalho, um complexo que oferece diversos serviços ao trabalhador, como acesso ao seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e cursos de qualificação profissional. Também é um centro de negócios destinado a agências bancárias, casas lotéricas e à comercialização da produção de micro e pequenos empreendedores, além de reservar espaço para eventos culturais e turísticos.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, relativamente à programação da Área Temática X — Trabalho, Previdência e Assistência Social, nos termos apresentados pelo Poder Executivo com as alterações decorrentes das emendas apresentadas e aprovadas.”

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

Não foi apresentado nenhum destaque.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006-CN, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas, com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Obrigado, Deputado João Carlos Bacelar, pelo seu relatório.

Agora vamos apreciar a Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário, cujo Relator é o Deputado Moreira Mendes.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Moreira Mendes, do PSD de Rondônia. S.Exa. dispõe do tempo necessário para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Obrigado, Sr. Presidente. Tenho a impressão de que serei o mais breve de todos os que me antecederam.

Cumprimento todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas presentes, bem como as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores.

Considerando que o relatório completo já se encontra disponibilizado na Rede Câmara, vou ler apenas uma síntese do relatório:

“Da Relatoria da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 — PLOA 2015, na parte referente aos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, do Desenvolvimento Agrário — MDA e da Pesca e Aquicultura — MPA, seus órgãos, entidades e fundos.

Análise das emendas.

Considerações gerais.

A Relatoria da Área Temática IX recebeu 588 emendas para análise, sendo 563 individuais e 25 coletivas.

Análise de admissibilidade.

A Resolução nº 1, de 2006-CN, prevê o exame e a apreciação preliminar da admissibilidade das emendas antes do início da sua discussão do correspondente Relatório Setorial. Porém, verifica-se que, até a apresentação deste relatório, o Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas — CAE não havia emitido parecer sobre as emendas coletivas de apropriação. Deste modo, com respaldo no

art. 70, III, "c", da Resolução nº 1, de 2006-CN, esta Relatoria promoveu a análise de admissibilidade das emendas coletivas.

Com ajustes, consideramos que todas as emendas individuais e coletivas estão em conformidade com as leis e normas orçamentárias e financeiras vigentes.

Analise de mérito das emendas

As emendas coletivas, por se constituírem em instrumento de inegável valor para o aperfeiçoamento da ação do Estado em termos de políticas públicas de caráter nacional ou regional, mereceram nossa atenção especial.

Pelo inegável mérito, mas em razão da limitação de recursos, nós as acolhemos parcialmente. Os recursos foram distribuídos de forma equilibrada com a dimensão da oferta e da demanda dos setores agrícola, agrário e da pesca de cada Estado. Consideramos, também, na referida distribuição, o princípio da redução das desigualdades inter-regionais. Utilizamos, no modelo de simulação, indicadores construídos com informações oficiais do IBGE, tais como a área utilizada com lavouras, população total residente e produto interno bruto *per capita*. A motivação política das diversas bancadas em apresentar emendas a esta Área Temática foi por nós interpretada como critério adicional para promover ajustes no atendimento de suas respectivas demandas.

As emendas individuais foram aprovadas em sua totalidade."

Eu quero chamar a atenção do Relator Senador Romero Jucá para uma recomendação especial desta Sub-Relatoria à S.Exa.

"Recomendações à Relatoria-Geral.

Em face da inexistência de proposições para o atendimento de algumas demandas, esta Relatoria viu-se impossibilitada de contribuir para amenizar a carência de recursos em algumas áreas estratégicas para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Diante disso, considerando a autorização constante do item 18, II, "f", do Parecer Preliminar, solicitamos especial empenho por parte da Relatoria-Geral na apreciação dos seguintes pleitos para a melhoria das condições de atuação da Companhia Nacional de Abastecimento — CONAB: conforme valores expressos no relatório", que está circunstanciado.

"Voto do Relator.

O voto deste Relator é pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2015, na forma do PLN nº 13, de 2014-CN, relativa aos órgãos e unidades orçamentárias da Área Temática IX - Agricultura e Desenvolvimento Agrário, encaminhada pelo Poder Executivo na Mensagem Presidencial nº 251, de 2014, na origem, com as alterações decorrentes das emendas cuja aprovação total ou parcial estamos propondo."

Este é o voto.

Eu queria pedir a V.Exa. que, em seguida à votação, me concedesse 1 minuto para eu fazer algumas considerações, porque eu também estou me despedindo da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, está encerrada a discussão.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foi apresentado um destaque.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade em relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Relatório Setorial da Área Temática IX — Agricultura e Desenvolvimento Agrário está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Moreira Mendes, por 2 minutos, para seus agradecimentos.

O SR. DEPUTADO MOREIRA MENDES - Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, diferentemente do Deputado João Leão, que passou aqui 20 anos, eu passei apenas 12 anos. Fui Senador, tive a honra de estar ao lado do Senador Romero Jucá e estou concluindo o meu segundo mandato de Deputado Federal.

Dispusi eleições para o Senado Federal, mas disputar uma vaga só é como disputar eleição para Governador, com uma diferença: o Governador ainda tem a possibilidade de disputar no segundo turno; o Senador não tem.

Mas combati um bom combate, fiz o meu papel e estou, portanto, deixando esta Casa com a absoluta certeza de que cumprí com o meu dever ao longo de meus três mandatos — um de Senador e dois de Deputado Federal. Deixo nesta Casa muitos e bons amigos.

Quero fazer um agradecimento especial a todos os servidores da Casa que, durante esse tempo todo, estiveram do nosso lado nos auxiliando. Faço também um agradecimento especial aos Deputados que compõem a bancada do PSD, a quem tenho a honra de liderar — a minha liderança se encerra no dia 31 de janeiro de 2015.

Sr. Presidente, estou nesta sub-relatoria cumprindo um dever de Líder, substituindo o Deputado Eduardo Sciarra, que vai assumir um cargo de absoluta relevância no Governo do Estado do Paraná e, portanto, pediu seu afastamento da Câmara dos Deputados. Por isso, estou cumprindo este papel.

Não fosse a ajuda do consultor Wellington Pinheiro de Araújo, que está aqui, a quem eu quero agradecer, e dos nossos auxiliares da Liderança do PSD, na pessoa do Lício Guerra, talvez eu não tivesse conseguido trazer a esta Comissão este relatório com tanta presteza.

Quero finalmente agradecer a acolhida de todos, o carinho e o apreço de todos os Deputados, de todas as Deputadas. Esta é uma Casa extraordinária, onde aprendemos muito.

Na Liderança do PSD há uma tradição: quando de lá sai um Líder, inauguram-se uma fotografia e uma frase. Pediram-me que eu escrevesse uma

frase. Vou apenas lembrar o início da frase: “*Poucos são os que se dão conta da importância do Congresso Nacional, da importância da representação popular*”. E a gente vê hoje, lamentavelmente, o Congresso Nacional às vezes ser jogado na lama sem que a população consiga entender o valor extraordinário, para a democracia, que é o Parlamento.

Então, muito obrigado a todos. Muito obrigado Sr. Presidente pela deferência de me permitir que usasse aqui a palavra.

Aqui fica o meu apreço carinhoso a todos os Deputados e Deputadas, aos funcionários da Casa, aos Srs. Senadores, enfim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu queria quebrar um pouco o protocolo e referir-me ao relatório do Deputado Moreira Mendes. Quero fazer um registro aqui, já inclusive comunicando à Casa que o Deputado Moreira Mendes, Relator da Área da Agricultura, registrou uma questão que é importante, que é exatamente a ausência das emendas da Comissão de Agricultura da Câmara.

A Comissão de Agricultura da Câmara tem direito a quatro emendas e, por um problema técnico, a Comissão de Agricultura não apresentou essas emendas, não registrou essas emendas. Nós não poderíamos mais abrir prazo para apresentá-las, porque não poderíamos quebrar a legislação. O Deputado Moreira Mendes, então, levantou algumas questões importantes que essas emendas cobririam.

O que vou propor no meu relatório, mas eu já queria dizer aqui, inclusive em homenagem a ele, que indica essa questão no item 18, que ressaltou. Nas atribuições do Relator-Geral, existe a faculdade de o Relator-Geral fazer emendas para beneficiar ações na faixa de fronteira, na região de fronteira do País, como forma de não atender tudo o que seria atendido. Um dos atendimentos seria a estruturação do sistema da CONAB, que é extremamente importante, sobretudo nas áreas mais deprimidas, porque é um sistema que tem um programa de aquisição de alimento, tem um programa de armazenagem, tem um programa de assistência técnica e, na verdade, é muito ligado principalmente ao pequeno e médio agricultor — a CONAB foi uma das prejudicadas pela ausência dessas emendas da Comissão.

Então, dentro da faculdade de Relator, de poder apresentar emenda para a faixa de fronteira, eu vou sugerir, quero aqui registrar ao Deputado Moreira Mendes, que nós tenhamos uma emenda de Relator sobre a estruturação da CONAB nas regiões de faixa de fronteira, para as quais nós vamos colocar 40 milhões, e para o desenvolvimento da agricultura familiar na faixa de fronteira nós vamos destinar também 40 milhões.

Dessa forma, pelo menos, cobrir-se-ia uma parte daquilo que a Comissão de Agricultura iria atender e que não foi atendido, por ausência dessas emendas.

Então, Deputado, a sua indicação, em parte, será atendida, desde que haja concordância do Plenário quando for votado o meu relatório.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Há concordância.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Mas eu procurarei suprir essa deficiência da Comissão para essas duas propostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O Deputado Nelson Marquezelli concorda?

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Até no abastecimento de milho nas Regiões Norte e Nordeste há concordância e será necessário. Foi uma bobeada da Comissão não ter colocado a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Obrigado, Deputado Moreira Mendes. Obrigado, Relator.

Agora vamos para a Área Temática I — Infraestrutura.

Por gentileza, Deputado Waldenor Pereira, do PT da Bahia. S.Exa. tem o tempo necessário para apresentar o seu relatório, que é extenso, mas a capacidade de síntese de V.Exa. vai nos ajudar muito.

Deputado Nelson Marquezelli, quando V.Exa. falou “norte e nordeste”, também falou do Estado de São Paulo, porque lá temos também norte e nordeste do Estado. Mas V.Exa. é de onde? Da Mogiana, não é?

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Mas o milho é de São Paulo. O milho que vai para o Norte e Nordeste é de São Paulo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Por gentileza, Deputado Waldenor Pereira. V.Exa. tem o prazo necessário para apresentar o seu relatório. Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente Deputado Devanir Ribeiro, Sr. Relator-Geral Senador Romero Jucá, prezados colegas Parlamentares, Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, antes de prolatar o nosso parecer, eu quero agradecer ao consultor legislativo Edson Martins, que, com muito denodo, muita competência, muita atenção, ajudou-nos a elaborar este nosso relatório setorial. Trata-se do relatório setorial da Área Temática I — Infraestrutura.

“Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na forma estabelecida no art. 15, V, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, coube-nos analisar a programação orçamentária dos órgãos que compõem a Área Temática I — Infraestrutura, a qual compreende a programação orçamentária dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações.

Das emendas apresentadas.

Considerações gerais.

Foram apresentadas 84 emendas coletivas e três emendas individuais à programação orçamentária dos órgãos componentes da Área Temática I. Entre as emendas coletivas, 69 foram apresentadas por bancadas estaduais e 15 por Comissões Permanentes.

Com amparo no disposto no art. 70, III, ‘c’, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, realizamos a análise das emendas individuais apresentadas à programação desta Área Temática e concluímos por considerá-las admissíveis.

Quanto às emendas coletivas, em face da ausência de um posicionamento tempestivo e conclusivo do Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE ao tempo do fechamento deste relatório, resolvemos admitir todas as emendas nesta fase setorial e remeter o exame de sua admissibilidade ao CAE ou, na sua falta, ao Relator-Geral.

Foram ajustadas as emendas coletivas que apresentavam inadequações passíveis de serem saneadas diretamente por este Relator, estritamente dentro dos limites do objeto de cada proposição. Nesse sentido, em conformidade com a recomendação técnica e em observância às imposições e limitações legais e regimentais, acertaram-se descritores de ação e subtítulo, indicadores de resultado

primário, modalidades de aplicação e funcionais programáticas, entre outros atributos de programação orçamentária.

Dos recursos utilizados para o atendimento das emendas.

Para a aprovação das emendas apresentadas à Área Temática I, utilizaram-se:

a) recursos transferidos pelo Relator-Geral, no valor de R\$ 3,2 milhões, para aprovação das emendas individuais;

b) recursos da Reserva de Recursos, no valor de R\$ 502,3 milhões, para atendimento das emendas coletivas;

c) recursos decorrentes de cancelamento linear (proporcional) de dotações constantes da proposta orçamentária dos órgãos desta Área Temática referentes a despesas com investimentos (GND 4) e com RPs igual a 2 e 3, no valor total de R\$ 1.372.900 mil reais, para atendimento de emendas coletivas de apropriação e de remanejamento;

d) recursos decorrentes de cancelamento linear da programação da unidade orçamentária 32334 - Petrobras Biocombustível S.A., consignada no Orçamento de Investimento, para atender especificamente à Emenda de nº 50180004, no valor de R\$ 6,5 milhões. Neste caso, por imposição do Parecer Preliminar, a aprovação de emenda teve que se efetivar com o cancelamento internamente no âmbito da proposta orçamentária da própria empresa estatal.

Do atendimento das emendas.

Diante das restrições orçamentárias e dentro das limitações regimentais, realizamos os cancelamentos já mencionados, embora em montante inferior ao autorizado pelo Parecer Preliminar, com o cuidado de não inviabilizar a execução das programações originalmente previstas e destinadas a obras e serviços em todas as unidades federativas. No caso de dotações com GND 4 e RP 2, o cancelamento linear foi de 20% e, no caso de GND 4 e RP 3, houve cancelamento linear de 10%, sendo todos os cortes limitados às fontes 100, 111 e 250 (do DNIT).

Mesmo tendo sido autorizados pelo Parecer Preliminar a realizar cortes de até 10% na programação desta Área Temática, classificada como GND 5 (inversões financeiras), decidimos preservá-la, por estarem envolvidas, sobretudo, operações de participação acionária da União em empresa estatal.

Excetuaram-se dos cancelamentos citados as dotações financiadas com fontes vinculadas a aplicações específicas, cujo eventual corte não encontraria utilização possível no acatamento de emendas.

No caso particular do atendimento das emendas coletivas de remanejamento, levou-se em consideração que elas somente poderiam ser aprovadas com a anulação das dotações indicadas na própria emenda, observada a compatibilidade de fontes e outras restrições constantes da Resolução nº 01, de 2006, do Congresso Nacional.

A esse respeito, cumpre-nos apontar para a existência de casos em que diferentes emendas de remanejamento de um mesmo autor indicaram cortes compensatórios em uma mesma dotação. Por conseguinte, em razão da obrigatoriedade de se observarem os limites percentuais de cancelamento por subtítulo constantes do Parecer Preliminar, vimos eventualmente reduzida nossa possibilidade de aprovar tais emendas em valores mais elevados.

Outras informações exigidas por normas internas.

Obras e serviços com indícios de irregularidades graves.

Tendo em vista que o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves não publicou, até o presente momento, relatório com orientações concernentes à análise de referidas obras e serviços, indicamos, para votação em separado, o seguinte subtítulo relativo a obras e serviços com indícios de irregularidades graves apontadas pelo Tribunal de Contas da União — TCU, o qual não foi objeto de emenda parlamentar, mas consta do projeto de lei na programação do DNIT. '26.782.2075.1 OL 7.0043 — Construção do trecho rodoviário Porto Alegre-Esteio-Sapucaia, na BR-448/RS'.

Créditos Adicionais Especiais e Extraordinários abertos nos últimos 4 meses do exercício

Em cumprimento ao disposto no art. 70, I, 'c', da Resolução nº 001, de 2006, do Congresso Nacional, relacionamos, no Anexo I deste relatório, os créditos especiais e extraordinários que contemplam os órgãos desta Área Temática, que foram aprovados pelo Congresso Nacional nos últimos 4 meses do exercício ou que permanecem em apreciação.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação da parte do Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, relativa à programação das unidades orçamentárias da Área Temática I — Infraestrutura, com as alterações ora propostas e decorrentes das emendas aprovadas por esta Relatoria.”

Este é o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Foi rápido. É um relatório importante.

O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem o queira discutir, está encerrado o prazo para a apresentação de destaques.

Não foi apresentado nenhum destaque.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e do Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade.

O Relatório Setorial da Área Temática I — Infraestrutura está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Nos termos do art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, em votação as obras com indícios de irregularidades graves na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas por unanimidade.

Encerrado.

O Deputado Rodrigo de Castro, que apresentaria agora o seu relatório, delegou a apresentação ao Deputado Izalci, que se retirou. V.Exa. pode apresentar o relatório?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Posso, Sr. Presidente? O relatório está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Está aí?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, por gentileza.

Eu consegui juntar PSDB, DEM e PPS. Agora vamos tentar juntar PT, PMDB e o restante: PR, PL, PSD. Vocês se juntaram rápido. Eu consegui isso.

Com a palavra o Deputado Felipe Maia, em substituição ao Relator, Deputado Rodrigo de Castro, pelo prazo necessário, para apresentar o relatório.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - O Deputado Izalci chegou!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vou fazer uma correção na votação da Área Temática I — Infraestrutura, que nós aprovamos anteriormente. Houve um erro cometido pela nossa Comissão Técnica, em razão do qual eu disse que não havia destaques, mas, na verdade, foram apresentados cinco destaques, que serão apresentados ao Relator-Geral.

Com a palavra o Deputado Izalci para apresentar o relatório do Deputado Rodrigo de Castro. S.Exa. tem o tempo necessário para a apresentação do relatório.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Obrigado, Sr. Presidente.

"1 - Relatório.

1.1 - Introdução.

Em cumprimento ao disposto no art. 84. XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitárias — ADCT, a Excelentíssima Presidente da República, por meio da Mensagem nº 251, de 2014-CN, submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 13, de 2014-CN, que *'estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015'*.

Por designação do Presidente desta Comissão, Deputado Devanir Ribeiro, coube-me, na condição de Relator-Setorial, apreciar a proposta orçamentária relativa à Área Temática III, constituída dos Ministérios da integração Nacional e do Meio Ambiente, com suas respectivas Unidades Orçamentárias e Fundos.

1.2 - Considerações sobre a Proposta do Poder Executivo.

1.2.1 Ministério da Integração Nacional.

O Ministério da Integração Nacional é o principal executor da Política Nacional do Desenvolvimento Regional (PMDR), que, entre outros objetivos, pretende dotar as regiões do País de recursos essenciais ao aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para o seu desenvolvimento, tais como infraestrutura, crédito, tecnologia e capacitação de recursos humanos. Para a consecução desses objetivos, o Ministério prioriza suas ações em espaços sub-regionais de baixo dinamismo e renda, identificados em todo o território nacional.

Além desses objetivos, merece também destaque o fato de esse Ministério ser o responsável por conduzir a Política Nacional de Irrigação e por realizar obras contra as secas e de infraestrutura hídrica, bem como por promover obras de prevenção a desastres naturais.

Cabe-lhe também estabelecer diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste (respectivamente, FNO, FNE e FCO) bem como dos Fundos Regionais de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO). Nada obstante, embora estejam legalmente vinculados ao Ministério da Integração Nacional, esses fundos têm suas dotações consignadas no anexo *Operações Oficiais de Crédito*, em cuja Área Temática (VI) serão analisados.

Além da administração direta, o Ministério conta, efetivamente, com as seguintes entidades supervisionadas para a realização de suas atividades: a

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca — DNOCS, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, a do Nordeste SUDENE e a do Centro-Oeste — SUDECO.

Para o exercício de 2015, a proposta orçamentária do Ministério da Integração Nacional é de R\$ 5,95 bilhões. A Tabela 1 demonstra, por unidade orçamentária, a distribuição desses recursos. Além disso, compara-os com os valores orçamentários para 2014, considerando, respectivamente, o valor constante do projeto, a dotação inicial e o valor autorizado, bem como evidencia a comparação entre os valores propostos em 2015 e a despesa executada em 2013.

No tocante à natureza das despesas, conforme a Tabela 2 a seguir, verifica-se que o principal gasto do Ministério situa-se no grupo de investimentos, com dotação de R\$ 4,18 bilhões para 2015, representando 70,52% do total programado. Esse valor é 36,81% menor do que a proposta para 2014 e, também, 24,49% menor que a despesa executada em 2013. Verificamos também que esse valor é 44,66% inferior ao montante autorizado até novembro de 2014.

No grupo de investimentos, vale salientar que os gastos previstos pelo Ministério com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) representam, pela proposta para 2015, 96,91% do total desse grupo, alinhado, assim, com os 96,69% constantes da proposta para 2014. Nada obstante, nos valores orçamentários autorizados até dezembro do exercício corrente, a participação dos gastos com o PAC, até novembro de 2014, representa 79,51%; menor, portanto, que o inicialmente previsto. A Tabela 3, abaixo, evidencia essas informações.

O principal programa de investimento do Ministério para 2015 é o Programa Oferta de Água (2051), com R\$ 2,85 bilhões, representando 68,26% dos investimentos previstos nesse órgão. Esse valor apresenta diminuição de 28,1% em relação ao autorizado para 2014 e de 24,92% em relação à proposta para 2014. O principal empreendimento nesse programa é a Integração do Rio São Francisco, com R\$ 909 milhões programados nas ações de código 5900 — Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) e 12EP — Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste).

Outro investimento que se destaca do Ministério é a ação Implementação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água (Programa Água para Todos) — 12QC —, no âmbito do Programa 2069 — Segurança Alimentar e Nutricional, com R\$ 400 milhões propostos para 2015, o que corresponde a 9,55% do total de investimentos previstos. Relativamente ao exercício de 2014, esse valor proposto é inferior em 61% ao montante autorizado até novembro de 2014. Vale ressaltar, conforme informação do Poder Executivo, que essa ação faz parte do Plano Brasil sem Miséria.

As programações relacionadas à irrigação, no âmbito do Programa 2013 — Agricultura Irrigada — também merecem destaque nesse Ministério, com R\$ 341,82 milhões propostos para o exercício de 2015. Esse valor é inferior ao autorizado até novembro de 2014 em 26,60%.

Outra área prioritária de atuação do Ministério da Integração Nacional é a defesa civil, objeto específico do Programa 2040 — Gestão de Risco e Resposta aos Desastres. Até novembro de 2014, o Poder Executivo autorizou investimentos no total de R\$ 1,02 bilhão. Para 2015, o montante proposto para esse programa é de R\$ 314,46 milhões, o que evidencia uma redução de 69,34% em relação ao autorizado para 2014. Essa redução é explicada pela imprevisibilidade de desastres, que, quando ocorrem, levam à abertura de créditos extraordinários.

As ações que se destacam no âmbito do Programa Saneamento Básico são as seguintes: Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco e Parnaíba (Ação 10RM), para a qual o PLOA/2015 alocou R\$ 125 milhões, e Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rio São Francisco — Água para Todos (Ação 116F), com R\$ 20 milhões.

Para a promoção do desenvolvimento regional, o Ministério conta especificamente com o Programa 2029 — Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Se comparado com o valor autorizado até novembro de 2014. De R\$ 712,96 milhões, nota-se que o valor proposto pelo Poder Executivo para 2015, de R\$ 40,34 milhões, sofreu forte redução de 94,34% em relação àquele montante. Essa diferença deve-se, sobretudo, à aprovação de emendas ao Orçamento da União pelo Congresso Nacional.

A Tabela 4, a seguir, demonstra, sinteticamente, o perfil dos principais Investimentos do Ministério da Integração Nacional na Proposta para 2015, bem como evidencia os pontos anteriormente destacados. Tudo isso na Tabela 4.

1.2.1.1 Dos recursos destinados à irrigação.

No tocante aos recursos totais destinados à irrigação, o art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 43, de 2004, estabelece a obrigatoriedade de aplicação de 20% desses recursos na Região Centro-Oeste e 50% na Região Nordeste, na forma que se segue:

Art. 42. Durante 25 anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação:

I - vinte por cento na Região Centro-Oeste,

II - cinquenta por cento na Região Nordeste, preferencialmente no Semiárido.

Observa-se que esse prazo de 25 anos, estipulado no texto da Constituição de 1988, não mais vigora, tendo expirado no ano de 2013. Ainda assim, para efeito de programação de alocação de recursos, demonstramos, na Tabela 5, a seguir, a distribuição regionalizada, tendo por critério a seleção das programações classificadas na Subfunção 607 — Irrigação.

É possível se observar um predomínio dos gastos com irrigação na Região Nordeste, concentrando 44,58% do total. A Região Centro-Oeste, em contrapartida, deverá receber somente 1,25% dos recursos nessa categoria de despesa. Destaque-se, ademais, o montante representativo classificado com o localizador nacional: 35,21%. Tal estratégia de alocação, portanto, destina parte considerável dos recursos a dotações genéricas, sem definição prévia das prioridades de alocação de recursos nessa categoria de programação.

1.2.2 Ministério do Meio Ambiente.

Ao Ministério do Meio Ambiente compete formular e executar as políticas de preservação ambiental e de recursos naturais renováveis. Incluem-se na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, além da Administração Direta, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade — ICMBio, a Agência Nacional de Águas — ANA, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro — JBRJ, o Serviço Florestal Brasileiro — SFB, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional do Meio Ambiente — FNMA.

A proposta orçamentária do Ministério do Meio Ambiente para o exercício de 2015 encontra-se demonstrada pelas unidades orçamentárias que o compõem na Tabela 6, a seguir, sendo comparada aos valores propostos, dotação inicial e valores autorizados para 2014 e, também, aos montantes executados em 2013.

Na proposta orçamentária para 2015, 43% dos recursos são direcionados ao IBAMA, 19% ao ICMBIO, 18% ao Ministério do Meio Ambiente e 14% à ANA, totalizando 93% dos recursos.

Nota-se que a proposta para 2015 apresenta acréscimo de 7,66% em relação aos valores propostos para 2014 (R\$ 220 milhões). Esse aumento aproxima-se dos valores autorizados para 2014. Comparando-se os valores propostos para 2015 com as autorizações para 2014, observa-se um decréscimo de 6,10%. Já em relação às despesas executadas em 2013, percebe-se elevação de 20,80% dos recursos.

A Administração Direta do MMA foi a única a apresentar decréscimo na proposta de 2015 em relação à proposta de 2014 — 3,49%. Com relação à despesa executada em 2013, observa-se um acréscimo de 40,93%.

No IBAMA, o acréscimo da proposta para 2015 em relação à de 2014 corresponde a 5,98% — 74,72 milhões. No ICMBIO, na ANA e no Serviço Florestal Brasileiro, o aumento nos valores propostos no PLOA/2015, em comparação com os valores propostos para 2014, representam, respectivamente, incremento de 13,51% — R\$ 68,15 milhões; 11,41% — 43,69 milhões; e 27,50%, correspondente a 20 milhões. Tudo isso na Tabela 7.

Note-se que os principais grupos de despesa nesse Ministério são: 1 - Despesa com Pessoal — R\$ 1,493 bilhão de reais; 2 - Despesas Correntes — R\$ 1,306 bilhão de reais.

No grupo de investimentos está alocado na proposta para 2015 o montante de R\$ 143,33 milhões, o que representa uma redução de 11,91% em comparação à proposta para 2014. Em relação à despesa executada em 2013, há decréscimo de 1,08%.

Conclui-se, portanto, que, se desconsiderarmos o aumento da reserva de contingência, observa-se que houve um aumento, em relação à proposta de 2014, de quase 6% para as ações a serem desenvolvidas pelo Ministério.

1.3 Dos créditos especiais e extraordinários.

Em atenção ao disposto na art. 70, I, 'c' da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, constatamos que nos últimos 4 meses de 2014, até a presente data, não foram abertos créditos especiais e extraordinários.

1.4 Da atuação da Relatoria.

1.4.1 Das emendas individuais e coletivas.

Foram apresentadas, nesta Área Temática, 327 emendas, assim distribuídas: Bancada estadual. Tipo de emenda. Apropriação — 32 — R\$ 4,300 milhões; remanejamento — 6 — R\$ 345 milhões.

Comissão da Câmara dos Deputados. Apropriação — 7 — R\$ 1,522 milhão; remanejamento — 1 — R\$ 50 milhões.

Comissão do Senado Federal. Apropriação — 2 — R\$ 400 milhões; remanejamento — 1 — R\$ 100 milhões.

Congressistas —. Apropriação — 278 — R\$ 365 milhões.

Soma — Quantidade: 327 — Valor total — R\$ 7,081 milhões.

1.4.2 Análise de admissibilidade das emendas apresentadas.

De acordo com o art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, cabe ao Comitê de Admissibilidade de Emendas — CAE propor a inadmissibilidade das emendas apresentadas ao PLOA/2015. Nada obstante, no processo orçamentário corrente, dado os exiguos prazos, não houve tempo hábil para que esse Comitê se manifestasse tempestivamente.

Por isso, promovi as adequações das emendas, em especial as coletivas, com pedidos de alteração formalmente registrados pelos autores em sistema específico desta CMO.

Os ajustes foram realizados em conformidade com as regras regimentais vigentes e alinhados com as decisões e orientações prévias da CAE, efetuados os processos orçamentários passados.

Dessa forma, as emendas coletivas que inicialmente apresentavam inadequação quanto a sua admissibilidade foram ajustadas de forma a viabilizar sua aprovação, com exceção da Emenda de Remanejamento nº 7109.0004, de autoria da bancada do Espírito Santo.

Nesse caso, as inconsistências apresentadas na sua formulação não puderam ser sanadas até a elaboração do presente relatório. Sua regularização, se

julgada cabível, depende de decisões ulteriores, tanto do Comitê de Admissibilidade de Emendas quanto do Presidente da CMO, de acordo com as normas em vigor.

Assim sendo, conforme atribuições regimentais conferidas a esta Relatoria Setorial, a emenda teve a admissibilidade prejudicada.

1.4.3 Dos Remanejamentos de Dotações.

O Parecer Preliminar, no item 30.1, Parte B - Especial, permitiu o cancelamento de dotações consignadas em investimentos (GND 4), até o limite global de 20%, podendo os cancelamentos, em cada subtítulo, incidirem em até 50% para programação com resultado primário igual a dois (RP 2) e de no máximo 10% para programação com resultado primário igual a três (RP 3 - PAC).

Não utilizei a totalidade do limite global de cancelamentos permitido. Em razão da predominância de investimentos em RP-3, promovi o cancelamento dessas programações no limite autorizado, preservando parcialmente os investimentos em RP-2. Também preservei as programações de baixo valor constantes da Proposta Orçamentária, a fim de não prejudicar os já escassos recursos alocados pelo Poder Executivo. Procedi do mesmo modo com as programações financiadas com recursos de aplicação de fonte vinculada.

No atendimento às demandas apresentadas, tendo em vista as competências dos órgãos desta Área Temática, procurei priorizar aquelas de maior alcance social, sobretudo destinadas ao desenvolvimento regional, à prevenção de desastres e à oferta de água. Além dessas, reforcei dotações destinadas à regularização ambiental de unidades de conservação. Não deixei também de observar a situação das obras solicitadas, dando maior ênfase às em andamento.

Em termos de valores, atendi integralmente os valores solicitados nas emendas individuais, totalizando R\$ 365,2 milhões e às coletivas de apropriação, no valor total de R\$ 821,4 milhões. Para atendimento às emendas de remanejamento foram realocados R\$ 27 milhões.

Por vezes, procedi a correções nos subtítulos das emendas, por provocação dos autores ou por iniciativa própria, de modo a adequá-los às normas regimentais e à boa técnica orçamentária. Tais alterações, contudo, respeitaram sempre a vontade expressa pelos autores.

1.4.4 Padrões de Custo Unitário Médio.

Em relação aos padrões de custo unitário médio, sempre que possível, utilizei como referenciais para acolhimento de emendas os custos informados pelo Poder Executivo na proposta orçamentária e, em sua ausência, os custos implícitos nas emendas apresentadas.

1.4.5 Das Obras com Indícios de Irregularidades.

Não constou do PLOA 2015 nenhuma obra com indício de irregularidade para a Área Temática III.

1.5 Das Indicações ao Relator Geral.

Impossibilitado de atender a programação relativa à Emenda de Remanejamento 7109.0004, de autoria da bancada do Espírito Santo, por razões regimentais, indico o seu acolhimento ao nobre Relator-Geral, caso seja promovida sua ulterior regularização conforme regras vigentes.

2 Voto do Relator.

Ante o exposto, voto pela aprovação da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2015, no que concerne às Unidades Orçamentárias constantes da Área Temática III, nos termos apresentados pelo Poder Executivo, com as alterações decorrentes das emendas aprovadas, e pela indicação de inadmissibilidade da Emenda nº 7109.0004, de autoria da bancada do Espírito Santo.

Sala da Comissão.

Deputado Rodrigo de Castro, PSDB-MG."

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, a discussão e o prazo para a apresentação de destaques estão encerrados.

Foi declarada inadmitida a Emenda 7109.0004, da bancada do Espírito Santo.

Foram apresentados quantos destaques? Dois destaques. Será apresentado ao Relator-Geral.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito a autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

O relatório setorial da Área Temática III — Integração Nacional e Meio Ambiente está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que oprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que oprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Eu só queria fazer uma ressalva do Relator. Deputado Izalci? Embora V.Exa. represente o Relator, eu queria fazer uma ressalva. Eu e o Deputado Nelson Marquezelli, quando vocês falaram da reintegração do Rio São Francisco, nós de São Paulo queremos que reintegre para a nossa seca — vamos nos enquadrar na SUDENE também. Nós queremos agora ter o Tietê, o Mogi-Guaçu, Piracicaba — qual o outro? — porque estamos vivendo um problema de seca no Estado de São Paulo. Então no próximo relatório, que tenho certeza que V.Exa. vai cuidar dessa região para nós, porque a falta de água lá é muito grande.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Bem lembrado, bem lembrado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - É uma reivindicação nossa, não é, Nelson?

Então vamos agora ao décimo relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Já está votado.

O Relator, Senador Jorge Viana, enviou o relatório, mas teve que viajar para o seu Estado. Como tem que ser um Senador para apresentar, porque é do Senado, eu pedi ao nosso Relator-Geral que apresente o relatório.

V.Exa. tem o tempo necessário para apresentar o nosso relatório.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro eu quero ressaltar o esforço muito grande de todos os Relatores Setoriais, que se debruçaram no final de semana sobre essas matérias e conseguiram, em tempo recorde nesta Comissão, fechar os relatórios de forma muito abrangente e muito competente. É importante a gente registrar isso.

Quero ressaltar especialmente o relatório do Senador Jorge Viana porque, dos Relatórios Setoriais, o da Saúde é o que historicamente recebe o maior número de emendas e de demandas, e se debruça sobre o maior número de problemas vividos com recursos poucos.

Então, o Senador Jorge Viana trabalhou no final de semana, fez um excelente trabalho, que está consubstanciado no relatório que eu, rapidamente, vou registrar para as Sras. e Srs. Parlamentares presentes.

Primeiro, vou registrar que o relatório apresentado versa sobre recursos da ordem de 109 bilhões de reais, portanto um valor extremamente importante, com um crescimento real do que foi empenhado, se comparado com 2012 e 2013, de 25% e 17%.

Desses recursos, dos 109 bilhões de reais, 87 bilhões de reais dizem respeito a despesas do GND 3, ou despesas de custeio, exatamente o que sustenta o atendimento da saúde no Brasil.

Em relação ao Orçamento de 2014, o GND 3 de 2015, a despesa de custeio, cresce nesse Orçamento 9,1%. Portanto, nós temos um crescimento real da transferência e do aporte de recursos para custeio da saúde pública.

Se formos relatar quais as principais fontes de recursos para o Orçamento da Saúde, vamos ver que a principal fonte é o COFINS, contribuindo com 51 bilhões de reais na arrecadação da saúde; e, em segundo lugar, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, com 45 bilhões de reais.

Portanto, a gente soma aqui e vê que 96 bilhões dos 109 bilhões se cingem a duas fontes de recurso extremamente importantes para o financiamento da saúde pública.

Outro detalhe importante é que, na área do gasto, os principais relacionados no relatório são, primeiro, procedimentos de média e alta complexidade, com 37 bilhões de reais; depois, Saúde da Família, Piso da Atenção Básica — PAB, 11 bilhões e 800 milhões de reais e, em terceiro, pessoal ativo da União, com 7 bilhões de reais. São as três principais despesas desse Orçamento.

Além dos programas naturais de financiamento da saúde, é importante registrar o financiamento de programas como o Mais Médicos e o Crack, é Possível Vencer, que são também tocados pelo Ministério da Saúde.

Os principais repasses automáticos para Estados e Municípios — é importante que se registre — são também recursos para média e alta complexidade, com 40 bilhões e 800 milhões; segunda despesa, atenção básica, com 18 bilhões 894 milhões e a terceira despesa, medicamentos com 7 bilhões e 700 milhões. Aí, temos aqui o piso de média e alta complexidade.

Registro que o relatório e a dotação orçamentária seguem o preceito constitucional e o preceito que tem sido praxe nesta Casa de o crescimento ser o orçamento do ano anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto — PIB. Portanto, temos esse cumprimento no relatório.

Ao relatório foram apresentadas 4.139 emendas, das quais 3.565 individuais completamente atendidas com 4 bilhões e 900 milhões e 89 emendas de bancada estadual, três emendas de Comissão da Câmara dos Deputados e quatro emendas das Comissões do Senado. O atendimento das emendas resultou em recursos da ordem de 6 bilhões e 400 milhões, dos quais, é importante ressaltar, 5 bilhões e 990 milhões — portanto, em torno de 6 bilhões —, são recursos novos, de crescimento da receita e de transferência da reserva de contingência, portanto, extra orçamento da saúde. O orçamento da saúde está crescendo, nesta dotação, em 6 bilhões de reais da proposta originária.

O Relator Jorge Viana apresenta um quadro que demonstra uma distribuição equilibrada das emendas por bancada. Essa matéria vai ser distribuída às Sras. e Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, este é o relatório, louvando o trabalho do Senador Jorge Viana e pedindo a aprovação da forma com ele se apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O Relatório está em discussão.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sr. Presidente, não fique assustado porque não votarei contrário ao relatório, mas eu não posso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - A nossa intenção aqui é acolher todos os Relatórios Setoriais, apenas observando algumas coisas que nos deixam preocupados com uma área que eu repto como uma das mais importantes para o crescimento de um país além da educação, a da saúde.

Entendo que houve crescimento orçamentário em diversas áreas, mas algumas coisas me preocupam, como, por exemplo, no parecer do Senador Jorge Viana, no que se refere à construção e ampliação de unidades básicas de saúde, ou seja, UBS. Estou muito atento a esse programa, porque nós temos, na qualidade de Oposição, que acompanhar as promessas feitas em campanha e as realizações feitas no mandato. A Presidente Dilma se comprometeu com o povo brasileiro a construir 8.600 unidades básicas de saúde. Até onde me consta, apenas 24% dessas UBS foram realmente entregues, concluídas, e, este ano, nós temos aqui uma redução da ordem de 55% em relação ao ano anterior — estão previstos 704 milhões de reais; no ano anterior, tínhamos 1 bilhão e 578 milhões. Na área, por exemplo, de Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, há uma queda de 6,9% em relação ao ano anterior; estruturação de unidades de atenção especializada em saúde, nós temos uma queda de 88,9% — cai de 3 bilhões e 310 milhões para 400 milhões de reais.

Eu posso até entender que essa queda no orçamento de algumas áreas se deve à proposta do orçamento impositivo, que foi aprovada nesta Casa, onde 50% do valor das nossas emendas serão destinados à área da Saúde, mas, por exemplo, o crack seria talvez uma das políticas mais debatidas em todo o País. É uma epidemia nacional; é uma preocupação de todas as famílias brasileiras. Eu não sei, ou, pelo menos, não me consta que haja um grande número de Parlamentares destinando emendas para políticas de combate ao crack, e nós temos aqui uma redução de 56% do orçamento destinado entre o ano de 2014 para o ano de 2015, de 219 milhões para 100 milhões de reais.

Portanto, deixo minha observação em relação a alguns números que vejo e a minha preocupação com as futuras gerações, quando, por exemplo... E eu falo não só da saúde, mas de programas de combate à epidemia da droga, como o Crack, é

Possível Vencer. Eu não sei se será possível vencer reduzindo orçamento para o combate, para políticas e programas, na ordem de 55% de um ano ao outro.

Então, esta é a minha observação em relação aos números que estão colocados aqui no parecer setorial do Senador Jorge Viana, mas, claro, vamos nos debruçar...

Aos outros Parlamentares que desejarem fazer uso da palavra, deixo aqui registradas as minhas observações e preocupações em nome do Democratas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Só discordo de V.Exa. porque a questão da droga não é mais uma epidemia, já virou endemia, e não é só o crack. Há alguns anos, era só nas grandes cidades, nas grandes metrópoles. Hoje, há nos canaviais do Estado de São Paulo. Em todos os locais, das menores às maiores cidades, é um problema seríssimo.

Eu concordo com V.Exa., é para nos preocupar com isso — estou respondendo aqui quando o Relator deveria fazê-lo, mas também sou interessado nesse assunto. Nós precisávamos ter o interesse de todos, do Deputado Estadual, do Deputado Federal, do Senador que tem a representação do Estado para defender o interesse do Estado, dos Prefeitos. Precisávamos estar todos unidos, porque, se não combatermos isso, não sei aonde vamos parar. Hoje, é na minha família; amanhã, na sua; depois, na outra e na outra.

Ontem, vi uma reportagem feita na Paulista, a maior, mais conceituada e mais conhecida avenida da minha cidade, mostrando o crack e todas as drogas. As pessoas saem gritando na rua: "Você quer pó? Você quer pó? Você quer pó?" E ao lado da Polícia! Está todo mundo ali e virou uma epidemia, uma endemia.

Acho que V.Exa. tem razão. Agora, precisávamos que todos nós... Inclusive, V.Exa. alertou que poucos Deputados apresentaram emendas para essa questão. A gente cuida mais da festa, da brincadeira, da estrada, do transporte. Precisamos também cuidar de tudo isso, mas é com essa endemia — não tem Estado, não tem cidade, não tem tamanho — que nós estamos preocupados. É uma luta de todo nós, além também da questão da saúde.

O relatório está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Declaro inadmitida a Emenda nº 7109.0013 da bancada do Espírito Santo.

Foi apresentado um destaque.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e de Relator Setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

O Relatório Setorial da Área Temática II — Saúde está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvadas as obras com indícios de irregularidades graves.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Nos termos do art. 70, inciso II, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, anuncio a votação das obras com indícios de irregularidades graves.

Em votação na representação da Câmara dos Deputados.
Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.
Os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovadas por unanimidade.

Encerrando aqui, conversando com o nosso Relator Geral, vou suspender por talvez 1 hora e vamos nos reunir na minha sala com os Deputados, principalmente os Relatores, os Líderes, todos nós, para que o Relator-Geral possa nos apresentar um esboço do relatório para que depois seja publicado, colocado na informática, e que seja dado conhecimento a todos. Depois voltaremos para cá, aprovamos e votaremos o relatório final.

Antes, consultamos todos os Parlamentares e as Parlamentares. (Pausa.)

Está suspensa por 1 hora a reunião. Às 19 horas estaremos aqui.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

(A reunião é suspensa.)

Em 22.12.2014, às 19 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Declaro reiniciada a 20^a Reunião Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes na pauta.

Informo que as matérias estão acessíveis nos terminais da pauta eletrônica localizados nas bancadas.

Há quórum para deliberação na representação da Câmara dos Deputados e na do Senado.

Enquanto nosso Relator vai preparando o relatório final, informo que há sobre a mesa requerimento para inclusão na pauta do Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI, “*atualização do Anexo VI — subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves*” integrante do Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015).

O autor do requerimento sou eu, Deputado Devanir Ribeiro, Presidente da CMO.

O autor, portanto, já está com a palavra para a apresentação do requerimento.

O requerimento está em discussão. Alguém quer discutir? (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação o requerimento na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado o requerimento, por unanimidade, nas duas representações.

Apreciação do Relatório nº 1 do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves – COI, “*atualização do Anexo VI — subtítulos relativos a obras e serviços com indícios de irregularidades graves*” integrante do Projeto de Lei nº 13/2014-CN (PLOA 2015).

O autor é o Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves — COI. Coordenador: Senador Valdir Raupp.

O voto é pelo bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos: construção do Complexo Materno em Teresina, Piauí, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde (irregularidade: sobrepreço); construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte (irregularidade: ausência de estudo de viabilidade); e controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense (obra incluída no PAC), Rio de Janeiro, sob responsabilidade do Ministério das Cidades (irregularidade: projeto básico deficiente), conforme Anexo II do Relatório.

O representante do COI, Deputado Luiz Alberto, está com a palavra para apresentação do relatório. S.Exa. tem 3 minutos para justificar o voto.

O SR. DEPUTADO LUIZ ALBERTO - Sr. Presidente, é um relatório extenso. Vou ler aqui só o voto para cumprir essa determinação de V.Exa. de usar apenas 3 minutos.

Vamos ao voto:

“Considerando as informações prestadas pelo TCU, pelos gestores, bem como as obtidas em audiência pública, e levando em consideração a metodologia de

trabalho do COI e as determinações da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2014, propomos o bloqueio da execução física, orçamentária e financeira dos seguintes empreendimentos:

- 1) Construção do Complexo Materno em Teresina, Piauí, sob responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde — FNS (irregularidade: sobrepreço);
2. Construção da Vila Olímpica em Parnaíba, Piauí, sob responsabilidade do Ministério do Esporte (irregularidade: ausência de estudo de viabilidade); e
3. Controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí, na Baixada Fluminense (obra incluída no PAC), Rio de Janeiro, sob responsabilidade do Ministério das Cidades (irregularidade: projeto básico deficiente).

o bloqueio relativo à construção do Complexo Materno em Teresina, Piauí, fundamenta-se em declaração do gestor estadual no sentido de que ele havia se decidido por anular todo o procedimento, uma vez que, em assim sendo, não haveria dano ao erário. Essa declaração foi dada no âmbito de processo de fiscalização do TCU. Soma-se a isso o estágio preliminar do empreendimento, haja vista que a obra não foi iniciada, ou seja, não há custos de desmobilização ou preservação das instalações; deterioração de materiais e equipamentos; perda de empregos ou impacto no custo de oportunidade do capital empregado.

Vale ressaltar que os gestores do empreendimento não compareceram à audiência pública para discutir a obra e não encaminharam ao Congresso Nacional suas manifestações sobre as irregularidades apontadas pelo TCU.

A inclusão dos programas de trabalho relativos às obras da Vila Olímpica de Parnaíba/PI decore do fato de o gestor estadual não ter concluído o estudo de viabilidade do empreendimento, medida que foi indicada como necessária ainda em 2013. Em que pese a informação prestada pelo gestor durante a audiência pública de 26/11/2014 de que o estádio não mais será construído, de forma que não mais é requerido estudo de sua viabilidade, ainda se faz necessário o estudo de viabilidade para construção da vila olímpica.

Sobre as obras para controle de inundações, urbanização e recuperação ambiental das bacias dos Rios Iguaçu/Botas e Sarapuí na Baixada Fluminense, concluímos não haver dúvidas a respeito das irregularidades identificadas pelo TCU, haja vista que tanto o órgão estadual beneficiário dos recursos federais, quanto o

órgão repassador, Ministério das Cidades, reconhecem tal fato. Ambos os órgãos se manifestaram flitoravelmente à anulação da licitação e do contrato afetados pelos indícios de irregularidades constatados pelo TCU. Diante disso, propomos a inclusão do empreendimento (mais especificamente do edital e do contrato evitados de vícios) no Anexo VI do PLOA 2015. Lembramos que tal fato implica bloqueio da execução física, orçamentária e financeira do edital e do contrato com irregularidades e não de todo o programa de trabalho. Dessa forma, novas licitações ou contratos que sigam as orientações do TCU não são afetados pela presente decisão.

De outro lado, propomos que não seja incluído no Anexo VI da PLOA 2015 apenas o empreendimento relativo à BR 448, no Rio Grande do Sul, tendo em vista se tratar de obra já concluída, com 100% de execução e com os contratos expirados, conforme informado pelo próprio TCU (TC 009.388/2012-5).

Nessas condições, a inclusão da obra no Anexo VI constituir-se-ia em medida meramente burocrática e sem nenhuma eficácia para os objetivos preventivos de controle de obras públicas por meio do bloqueio de dotações orçamentárias, razão pela qual não acolhemos a recomendação do TCU.

Isso porque, nos termos do art. 98 da LDO 2014, a classificação dos indícios de irregularidades em IGP, IGR e IGC tem por objetivo subsidiar o Congresso Nacional na elaboração da lei orçamentária anual, que é um processo com dinâmica própria e exíguo cronograma para deliberação, à vista da necessidade de aprovação do PLOA até o término de cada sessão legislativa (22 de dezembro, hoje), nos termos do art. 57 da Constituição Federal.

É de se ressaltar, entretanto, que a classificação atribuída aos indícios de irregularidades ou à indústria ou não das obras no Anexo VI da LOA em nada deve afetar o julgamento do mérito dos achados de auditorias. Pelo contrário, a confirmação desses achados, a quantificação de eventuais danos ao erário e a imputação de responsabilidades aos envolvidos dependerá das provas e evidências carreadas aos autos.

Não é incomum que as discussões para o desenlace de tais questões se estendam por meses e até anos, em razão da necessidade de se assegurar aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

Não é por outra razão que o § 3º do art. 102 da Lei 12.919/2013 (LDO 2014) determina que a decisão pela paralisação ou pela continuidade das obras e serviços

não interfere na continuidade das ações de fiscalização e de apuração de responsabilidades: (...)

Registre-se, a propósito, que a classificação como IGP de obras com contratos vencidos, rescindidos ou com elevado estágio de execução, que é exatamente o caso da BR-448/RS, contraria ampla jurisprudência firmada no âmbito do TCU, como se verifica do excerto do Acórdão 1997/2013, abaixo transcrito, entre outros (Acórdãos 1771/2013, 3273/2012, 2459/2014, 1936/2014, 2.700/2013, 1022/2014, 3376/2013, todos do Plenário). (...)

Diante do exposto, votamos pela aprovação deste relatório, com proposta de atualização do Anexo VI do PLN 13, de 2014, do Congresso Nacional — Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 —, nos termos do Anexo 2 a este Relatório, e o submetemos à apreciação do Plenário desta Comissão, na forma prevista no art. 24 da Resolução 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Brasília, dezembro de 2014.

Senador Valdir Raupp."

Esse é o voto do Coordenador do COI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O relatório está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

Senador, V.Exa. vai apresentar o relatório...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A consolidação do... O relatório final da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Final da Comissão.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, primeiro registro, como já fiz anteriormente, o profícuo, rápido, decisivo e competente trabalho dos Relatores Setoriais, que apresentaram, num esforço muito grande, os Relatórios Setoriais num prazo muito curto, mas que, efetivamente, puderam ser aprovados nesta tarde e nesta manhã.

Logo após a aprovação dos Relatórios Setoriais, durante a discussão, nós discutimos que os destaques dos Parlamentares, em vez de discutidos com os Relatores Setoriais, esses destaques viriam para o Relator-Geral.

Os destaques foram apresentados; todos foram negados. Todos os destaques eram de autoria do Deputado Jovair Arantes, que inclusive não se encontrava presente; os destaques já estavam prejudicados, mas nós analisamos os destaques.

Aliás, dois destaques do Deputado Izalci discutiam que se anulasse o atendimento de duas emendas feitas dentro do programa das Forças Armadas exatamente porque esses recursos estavam saindo da programação da Força e estavam atendendo emendas de bancadas. Essas emendas de bancada poderiam, em tese, ser contingenciadas e, na verdade, na prática, estaria ocorrendo um prejuízo para as Forças Armadas, já que se estaria retirando recursos da programação e se colocando recursos na bancada.

Expliquei ao Relator Setorial e ao autor do destaque que, para não macular e não desfazer o atendimento das emendas dos Parlamentares, em que foi usada essa fonte, nós estamos aprovando, como emenda de Relator, a recomposição dos cortes das Forças Armadas, e não só desse caso específico, mas das três Forças. Nós estamos recompondo os recursos que foram cortados das Forças Armadas, além de apresentar, como emenda de Relator, calcados no art. 18 do Relatório Preliminar, recursos para o fortalecimento estratégico das Forças Armadas, tanto da Marinha quanto do Exército e da Aeronáutica.

Portanto, o pleito do Deputado Izalci referente ao destaque foi atendido de uma forma diferente. O destaque, portanto, se encontra prejudicado, por conta já do seu atendimento.

Então, nós não temos destaques para analisar.

Dando prosseguimento ao Relatório, registro que nos dez Relatórios Preliminares, as emendas acatadas pelos Relatores, quer individuais, quer de bancada, nenhuma delas foi diminuída no Relatório-Geral. O Relatório-Geral

mantém, claro, todas as emendas individuais e agrega valor às emendas de bancada.

De acordo com meu relatório preliminar, as emendas de bancadas estaduais estão sendo acrescidas em 2 bilhões, 461 milhões, 111 mil e 850 reais, que é o cálculo decorrente do recurso que deve ser distribuído na equalização das bancadas. Esse é o valor mínimo de atendimento às bancadas.

Esse valor foi aberto em quadros aqui, rubricados por mim, que criam o patamar mínimo de atendimento por bancada. Esse atendimento nós combinamos aqui, no início da discussão, que seriam feitos de duas formas. A bancada que apresentou um pedido de readequação ou de equalização de fortalecimento de determinadas emendas que foram menos aquinhoadas, essa bancada seria atendida de acordo com o pedido — algumas bancadas fizeram isso. No caso das bancadas que não apresentaram nenhum tipo de pleito, até porque nem todos os Coordenadores de bancada estão aqui, nós fizemos a seguinte combinação: nós estamos dividindo igualitariamente o valor pelas emendas, levantando a questão de que esse relatório será votado em fevereiro pelo Plenário do Congresso. Até lá, as bancadas que preferirem, em vez da distribuição equivalente, um remanejamento de qualidade entre as emendas, o Coordenador da bancada poderá encaminhar para mim, como Relator-Geral, que apresentarei um adendo no relatório a ser votado pelo Plenário do Congresso.

Portanto, não há nenhum prejuízo para ajuste em qualquer bancada, mas quero registrar também que, atendendo alguns pleitos e procurando melhorar a condição das bancadas, estamos atendendo, além desses 2 bilhões e 400, mais alguns valores, reforçando o pleito dos Parlamentares nas bancadas, porque em alguns Estados o atendimento deste ano ficou menor do que o atendimento de anos anteriores, ou da média dos anos anteriores.

Então, nós estamos também buscando a economização desse tipo de equalização, desse tipo de atendimento, porque a gente sabe da importância das bancadas estaduais terem condição de chegar aos Estados com recursos que possam apresentar à sociedade que os Parlamentares representam. Então, nós estamos fazendo esse atendimento através dessa questão.

Outro ponto importante é falar sobre o art. 18, as emendas de Relator, o que foi questionado aqui. A maior emenda de Relator é a emenda da Lei Kandir, em que

nós estamos repetindo os 3 bilhões e 900 milhões de reais; estamos arredondando o valor do salário mínimo e fixando seu valor em 790 reais. Portanto, do valor inicial para cá, estamos fazendo um atendimento de emenda de Relator para completar o valor do salário mínimo.

Da mesma forma, tive que fazer um atendimento de quase 2 bilhões de reais para melhorar a condição da emenda individual, do atendimento, porque a reserva de contingência encaminhada pelo Governo foi menor do que o pactuado com o Congresso, que é 1,2 da receita corrente líquida. Nós buscamos o atendimento desse valor. Por isso, a emenda individual foi para 16 milhões e 400 mil reias.

Então, nós estamos fazendo essa questão...

O SR. DEPUTADO IZALCI - E o salário mínimo é quanto?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Setecentos e noventa.

O SR. DEPUTADO IZALCI - E o reflexo disso na emenda total?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Um bilhão duzentos e um quebrado. Eu estou... Em torno de 1 bilhão e 200.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A emenda individual é de 16 milhões e 432 mil.

(Não identificado) - Trezentos e vinte e quatro e seiscentos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Complemento?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu tive que complementar.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Oitocentos e vinte e quatro.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Quase 2 bilhões para poder chegar ao valor de 1,2, porque a proposta que veio da LOA veio só com 8 bilhões, e nós estamos usando 9 bilhões e 800 milhões. Então, eu tive que fazer, como emenda de Relator, essa transferência para atender.

Outra questão importante é a do teto remuneratório. Nós estamos atendendo quase 900 bilhões de teto remuneratório da votação que foi feita aqui para que a remuneração dos Poderes pudesse ser equalizada.

Estamos também fazendo a recomposição das Forças Armadas e programas estratégicos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército. V.Exas. receberão as emendas de Relator com os valores específicos recompondo para cada...

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. tem o valor, mais ou menos, total?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Na Marinha algo em torno de 530 milhões, no Exército... É porque alguns atendimentos... Eu tive que mandar ajustar o valor porque alguns atendimentos saíram em emenda de Comissão, então a gente está fazendo em emenda de Relator a complementação do que tinha sido pactuado dentro dos programas estratégicos que as Forças apresentaram.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - A Aeronáutica pediu...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A Aeronáutica está sendo atendida também nos projetos estratégicos da Aeronáutica, e a Marinha e o Exército. Todos os três. O Programa ASTROS, o Programa PROTEGER, o Programa de Guerra Cibernética; nós temos uma série de programas que estão sendo atendidos exatamente porque são importantes de serem tocados.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Chega a 2 bi, não? Mais ou menos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Com as emendas de Comissão vai chegar...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Só do art. 18?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Essa diferença é que estou recebendo agora, porque mandei abater as emendas de Comissão. Alguns atendimentos nós fizemos grande pelas emendas de Comissão também. Como os Parlamentares e as Comissões tinham solicitado, eu não quis deixar de atender as Comissões, então nós estamos só complementando os valores que devem chegar.

Outra questão importante que eu quero aproveitar para registrar aqui, Presidente, são alguns ajustes de GND que alguns Parlamentares solicitaram. Então, por exemplo, o Deputado Eurico Junior pediu para fazer... Ele foi atendido numa emenda da bancada do Rio de Janeiro em 7 milhões para a construção de infraestrutura esportiva no Município de Vassouras, mas no Relatório Setorial saiu GND 3, que na verdade é custeio, não é investimento, e saiu modalidade 90, que é aplicação federal. Na verdade, eu estou fazendo a correção para a modalidade 40, que é Município, e o GND 4. Portanto fica registrado. Vai sair no relatório, mas eu estou falando aqui para registrar na ata também.

Na questão do Ministério da Educação, o atendimento à emenda de educação superior, graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, há emenda nacional de mais 15 milhões que não tinham sido atendidos por conta de erro formal

da Relatoria Setorial. Então, nós estamos ajustando também a emenda nacional do Ministério da Educação.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Que é o caso também daquela da Marinha, 15 também, tá aí contigo.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Na Marinha, nós estamos atendendo, pelo Programa Nacional da Marinha, um pleito que deveria ter sido feito pelo GDF, pela bancada do GDF. Nós estamos atendendo através da programação nacional mais 15 milhões no sentido de dotar a Marinha das estruturas necessárias no GDF. Isso está relatado na emenda de Relator na questão da reestruturação da Marinha.

Aqui são os Estados, bancada do Mato Grosso, bancada de Minas Gerais, a Comissão de Transportes, também bancada do Piauí...

Esses Estados vão sair no relatório e apresentar uma programação...

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Sr. Relator, tem também no Ministério a Emenda 7107.0012 em que o GND veio 3 e é 4.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Então eu registro a mudança na Emenda...

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Setenta e um.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É da bancada do Ceará?

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - É da bancada do Ceará.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Bancada do Ceará, Emenda nº 71...

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Emenda 7107.0012.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Emendas 7107.0012.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - O GND veio 3 e é 4.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ – GND 3 e é 4.

Eu quero registrar aos Parlamentares que nós vamos fazer esse relatório, que será publicado, haverá tempo para que todos os detalhes possam ser avaliados e eu estarei à disposição para fazer os ajustes necessários na votação do Relatório no Congresso.

Então, se houver algum tipo de erro — porque a gente detectou alguns erros de GND, de modalidade de aplicação —, eles serão ajustados, assim como a destinação também de bancadas. Esse recurso que eu registrei aqui, dos 2 milhões e 400, mais as outras emendas que nós estamos acatando no Relatório, melhorando

a condição dos Estados, poderão ser, de certa forma, discutidos quando da votação do PLOA no Congresso Nacional.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Faltou registrar só a letra N, os 28 (*ininteligível*).

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A letra N, do art. 18, é a questão do pagamento de precatórios de causas trabalhistas de militares, nós estamos fazendo uma emenda de Relator de 20 milhões para abrir a programação exatamente para dar margem à instituição dos precatórios e, a partir daí, se discutir a questão do pagamento. É um gesto, inclusive negociado com a bancada da Oposição, que eu quero registrar aqui que é importante.

Além disso, nós estamos abrindo alguns programas de faixa de fronteira, como eu falei aqui: a questão do Calha Norte, a questão de turismo em faixa de fronteira, a questão da CONAB e a questão da agricultura familiar em faixa de fronteira.

Estamos apresentando também uma emenda de Relator para fortalecer a questão — também está no art. 18 — dos programas de defesa animal e vegetal do Ministério da Agricultura. Todo ano é colocado recurso a menos, e nós estamos, todo ano, fortalecendo no sentido de dar condição de haver uma fiscalização eficiente, porque isso, inclusive, é fundamental para o setor produtivo brasileiro. Então, essa questão também consta da emenda de Relator que nós estamos apresentando no anexo do Relatório final que está sendo votado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Bom, nós temos aqui algumas coisas a tratar antes de ir à votação. Primeiro, há uma fila de pessoas entregando destaques. Como V.Exa. gostaria que procedêssemos? Apresenta agora ou...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não, eu gostaria de combinar o seguinte: como nós vamos ter a discussão no Congresso e estamos aqui com poucos Parlamentares, talvez a gente pudesse fazer com que esses destaques fossem remetidos ao Plenário do Congresso quando a gente votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Aí vai depender se for... Não, alguns destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Tudo bem? Deputado Izalci?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Bem, não há nenhum impedimento legal de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Só temos que votar aqui o interstício.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Para não haver discriminação, então, Sr. Presidente, acho que a gente podia discutir um pouco, encerrar a discussão e a apresentação de destaques. Os destaques virão para mim e eu darei o parecer aqui agora, no momento do destaque. Não há problema nenhum quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado Izalci, é o seguinte, se nas...

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - A assessoria está lembrando que o destaque no Plenário é um destaque que requer mais assinaturas, e é verdade. Então, para evitar que haja algum tipo de problema, a gente recebe os destaques até o fim da discussão agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Infelizmente, nós estamos aqui há muitas horas. Agora, se nós ficarmos esperando que a pessoa chegue aqui às 24h01, não pode apresentar. Nós ficamos à disposição, e os nossos colegas que deveriam estar aqui, até para estar discutindo com o Relator, que foi o proposto, não estão. Nós ficamos 2 horas lá dentro para discutir e não apresentaram. Agora vem surgindo, vem pingando. Esse pinga, pinga não para nunca.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Então nós vamos ter que encerrar a discussão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, encerra-se a discussão...

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY - Vamos remeter a discussão para o Plenário do Congresso.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Deixe-me só fazer uma consulta ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - O Relator não citou aqui, parece que há uma emenda para a cidade de Salvador, na modalidade 30 para 40.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Essa mudança já estou fazendo. Há uma emenda da bancada para educação na cidade de Salvador. O Deputado

Claudio Cajado havia levantado essa questão. A modalidade de aplicação foi feita de 30...

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Errada, era para ser 40.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É para ser 40 porque é para o Município. Eu já mandei fazer no relatório, mas estou constando aqui em ata, para que fique patenteada a mudança para atender ao Município de Salvador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Então, agora, nós temos que aprovar aqui a mudança do interstício.

Conforme o disposto no art. 128 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, proponho a dispensa do prazo regimental para apreciação do relatório final apresentado, PLOA 2015.

A dispensa do prazo regimental está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como encontram. (Pausa.)

Aprovada por unanimidade.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, com relação aos destaques, tenho só uma dúvida: para fazer o destaque, tem que haver o texto já elaborado. Já há o texto do Relator?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O destaque é feito em cima de emendas que não foram atendidas.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Aqueles destaques dos setoriais, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Setoriais e individuais também.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Nos setoriais, eu já dei parecer. Só V.Exa., que já foi atendido, e o Deputado Jovair Arantes tinham feito destaques. Foram indeferidos. Aqueles já morreram.

Pode haver algum outro destaque. Eu tenho aqui em minhas mãos dois destaques do Deputado Geraldo.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Mas e as emendas de texto, por exemplo? A gente só pode fazer emenda de texto se tiver o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Deputado Izalci, se nós ficarmos esperando os destaques aqui, vamos ficar até meia-noite e os destaques vão pingando. Como foi dito aqui, vai ser votado no Congresso, e o Relator-Geral, que está aqui, se dispõe a acatar tanto os destaques quanto as emendas. Nós aprovamos isso aqui. Se aprovarmos, o acordo estará cumprido. Não tem problema, pois ninguém vai perder destaque nenhum. Pode até ser que não seja contemplado, mas vai ser atendido.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu quero só fazer um registro aqui, a pedido do Senador Francisco Dornelles. A Emenda nº 23.750.019, do Rio de Janeiro, é para mudar de GND 4 para GND 3, porque saiu errado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - V.Exa. já falou sobre isso. Já está anotado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É um recurso para Rio das Flores, na área da saúde. Deve ser custeio da saúde e, portanto, tem que ser GND 3, mas saiu GND 4, como investimento. Fica feita, então, a correção.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, eu só queria constar algo importante: o PRONATEC e os institutos federais de todo o País. É importante o Relator reforçar.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Os PRONATECs estão sendo atendidos, estão sendo reforçados, pela importância que tem o programa do Instituto de Tecnologia do País. Emendas de Comissão e emendas de bancada estão sendo aportadas.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Isso é importantíssimo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sr. Presidente, para concluir, mesmo em um voo cego, pois não estou com o relatório em mão, quero dizer de uma preocupação que eu tenho. Eu apresentei à Ministra Miriam Belchior a minha preocupação de que o Tesouro possui uma dívida em torno de 20 bilhões de reais com os bancos públicos. O art. 4º, inciso XXVIII, autoriza o Executivo a suplementar, por decreto, subvenções econômicas. Pelo que me consta, isso não constava no ano passado e foi incluído no relatório.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Qual é o artigo?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Art. 4º, inciso XXVIII.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Do relatório preliminar ou do relatório setorial?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Do relatório preliminar.

Eu tenho aqui o texto: *"Projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015"*. Esse é o texto da lei.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - É o projeto da Receita? É o texto da lei?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - É o texto da lei do projeto apresentado.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Que foi remetido pelo Executivo?

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Sim. Eu lembro que me preocupou, porque o art. 4º é a autorização para abertura de crédito suplementar. Pode, por decreto, fazer a suplementação econômica.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu não mexi nesse texto. Então, eu estou checando se, no ano passado, já havia esse dispositivo.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Eu deixo a minha preocupação porque o Tesouro já deve 20 bilhões de reais aos bancos públicos.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O próprio futuro Ministro registrou que a política do Governo não seria inflar o capital dos bancos públicos no sentido de ampliar créditos via bancos públicos.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Eu questionei a Ministra Miriam Belchior se existia, no Orçamento alguma previsão para o pagamento aos bancos públicos desse valor da dívida, mas não foi respondido. Novamente, eu vi aqui no texto essa possibilidade e deixo, desde já, a minha preocupação.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Deputado Felipe Maia, eu solicitei para a Assessoria que verificasse se havia esse dispositivo no ano passado. Quero aqui me comprometer da seguinte forma: se não havia esse dispositivo no ano passado, eu retirarei no Plenário, por acordo, esse dispositivo que for acertado, exatamente para evitar que se tenha algum tipo de interpretação de oneração de banco público na questão da transferência de capital. Se o Governo quiser fazer, vai ter que fazer por suplementação.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro ao Relator. Na média dos últimos 3 anos, a bancada de Mato Grosso ficaria com 368 milhões de reais. Na somatória do que os relatores setoriais destinaram para Mato Grosso, somada com o acréscimo de 66 milhões, só deu 261

milhões para Mato Grosso. Estão faltando, para dar a média dos últimos 3 anos, 107 milhões.

Então, quero fazer esse registro aqui e peço ao Relator que possa dar uma olhada especial para o nosso querido Estado do Mato Grosso, que tem contribuído muito com o PIB e com a balança comercial, que precisa de investimentos e tem muitas fragilidades para serem corrigidas.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - O Mato Grosso é um dos Estados em que o atendimento está sendo maior do que a média da equalização, exatamente porque, no ano anterior, foi menos. Na verdade, esse cálculo leva em conta o ano anterior, mas, historicamente, o Mato Grosso tem tido um atendimento melhor. Então, o atendimento está sendo maior do que o valor mínimo que foi estipulado, de 66 milhões, no caso de vocês.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Mas o somatório geral deve chegar a 368 milhões?

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Não vai chegar a 368 milhões porque nós não vamos ter esse recurso, mas vai ser maior do que o valor mínimo estipulado da equalização.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Entendido?

Requerimento para inclusão na pauta do relatório final apresentado no Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Projeto de Lei Orçamentária de 2015.
Autor: Senador Romero Jucá.

O autor está com a palavra para a apresentação do voto de inclusão.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu peço a votação, Sr. Presidente.

Depois de todo o trabalho, é a coroação do trabalho e do esforço de todos aqui, em homenagem à Comissão de Orçamento, que cumpre a sua tarefa até o último dia de trabalho, às 21 horas.

Eu gostaria que fosse votado o relatório, ressalvados os destaques, para, então, darmos os pareceres sobre os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade.

Apreciação do relatório final apresentado no Projeto de Lei nº 13, de 2014, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015. Projeto de Lei Orçamentária de 2015. Relator-Geral: Senador Romero Jucá. Foram apresentadas 9.664 emendas.

Voto: pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo apresentado.

Relatório Geral: o Relator-Geral apresentou o seu relatório finalizado no término da discussão, conforme estabelecido no inciso I do art. 60 do Regimento Interno da CMO.

A discussão e o prazo para apresentação de destaques estão encerrados.

Foram apresentados 54 destaques, que estão aqui com o Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero registrar aqui que o dispositivo levantado pelo Deputado Felipe Maia é um dispositivo novo, que não estava no ano passado. Então, eu o retiro já do meu relatório, em cumprimento da palavra que nós demos. Não vamos precisar ir ao plenário, nós vamos cumprir o acordado e vamos retirar esse dispositivo da questão dos bancos públicos do relatório presente.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Obrigado, Sr. Relator. É por esse gesto e outros que V.Exa. teve ao longo desse tempo que nós estamos aqui, até este momento, sem obstruir, sem questionar, tendo a maior boa vontade para aprovar o Orçamento. São gestos como esse de V.Exa., de cumprimento da palavra, que nos faz ficar tranquilos para deixar que, no plenário, nós possamos fazer os últimos ajustes finos à matéria.

Temos certeza de que nosso trabalho foi feito à exaustão e de que nós estamos aqui cumprindo o nosso dever como Parlamentares e responsáveis pelo futuro do nosso País, aprovando o Orçamento para o ano de 2015.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Eu quero aproveitar este momento que nós estamos para votar o relatório final e somar às palavras do Deputado Felipe Maia. Quero cumprimentar o trabalho de V.Exa.; quero cumprimentar todos os Relatores setoriais, que também num prazo exíguo fizeram o seu trabalho, fizeram o dever de casa, apresentaram o seu relatório; quero cumprimentar esta Comissão e todos os partidos políticos que têm assento nesta Comissão, os partidos do Governo, os partidos de Oposição, que acordaram para que nesta Comissão, neste último dia de exercício deste ano legislativo, nós pudéssemos votar pelo menos o relatório final.

Não será possível, infelizmente, votar no plenário do Congresso Nacional, mas ele estará pronto para ser votado já em fevereiro, quando nós vamos reiniciar os nossos trabalhos e reiniciar novo mandato.

Quero também aqui registrar e cumprimentar o nosso Relator, Senador Romero Jucá. Não há nenhuma dúvida que se deveu a todos os membros desta Comissão, aos funcionários técnicos desta Comissão, que estão se esforçando diuturnamente para preparar todos os relatórios, preparar tudo aquilo que precisa ser observado por esta Comissão, especialmente pelo trabalho do Senador Romero Jucá.

Não há nenhuma dúvida que tudo isso está acontecendo por conta da credibilidade do Senador Romero Jucá nesta Casa. Não há nenhuma dúvida que tudo está sendo feito rapidamente, às vezes, sem que nós tenhamos a possibilidade de olhar o relatório, porque há um grau de confiabilidade, há um histórico de confiabilidade nesta Casa feito pelo Senador Romero Jucá, que faz com que todos os partidos com assento nesta Comissão e com assento no Congresso Nacional, seja de Governo, seja de Oposição, acabem aceitando esta possibilidade, inclusive a possibilidade de realizar alguns ajustes que possam ser necessários no plenário do Congresso Nacional.

Então, eu quero aqui cumprimentar todos, evidentemente — foi um esforço de várias mãos, de boa vontade de todos os partidos, dos partidos de Oposição —, mas, de uma forma muito especial, cumprimentar o Senador Romero Jucá, porque, não fosse sua credibilidade construída ao longo de vários anos de mandato aqui nesta Casa, nós não conseguiríamos chegar ao fim desta votação, aprovando, pelo menos, o Relatório Geral para o Orçamento de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Vamos então encaminhar.

Sem manifestação do CAE.

Nos termos do parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, solicito autorização do Plenário para dispensar a manifestação do Comitê de Admissibilidade de Emendas com relação às emendas coletivas e de relator setorial.

A autorização está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que a aprovam, permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

O Relatório final está em votação na representação da Câmara dos Deputados, ressalvados os destaques.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Vamos aos destaques. Deputado Izalci, V.Exa. quer falar agora ou quer ouvir os destaques primeiro?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Não, pode prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Destaques. Então, com a palavra V.Exa. Relator.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, eu vou ser rápido aqui. Os Destaques de nº 1 a nº 15 são apresentados pelo Deputado Geraldo Resende e dizem respeito a emendas da bancada do Mato Grosso do Sul. Como a bancada do Mato Grosso do Sul foi uma das bancadas que mandou uma proposição de equalização, e está sendo atendido mais do que o mínimo, eu rejeito os quinze destaques, tendo em vista que eles foram atendidos dentro da programação de estruturação da bancada. O parecer é contrário.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, eu solicito a votação em globo dos quinze destaques.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Eu vou dar parecer a mais outros.

Os Destaques de nº 16 a 29 são do Senador Antônio Carlos Valadares, coordenador da bancada de Sergipe. Provavelmente esses destaques foram feitos antes do envio pela bancada de Sergipe de uma programação para ser atendimento de acordo com as prioridades. Portanto eu recebi também prioridades da bancada e dou parecer contrário aos Destaques de nº 16 a 29, por já terem sido atendidos dentro da prioridade da bancada.

Os Destaques de nº 30 a nº 47 são do Deputado Hugo Leal, do Rio de Janeiro, exatamente por conta de atendimento a emendas na programação do Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro não encaminhou programação de equalização por conta dos Parlamentares. Então, como não foi encaminhada, eu estou dando parecer contrário aos destaques, estou distribuindo igualitariamente o recurso da equalização. Outras emendas estão sendo atendidas melhor, mas o recurso está sendo igualitariamente distribuído e, posteriormente, para o Congresso, se houver um plano de redistribuição disso, dentro do valor igualitário da equalização, nós iremos acatar essa distribuição. Portanto, o parecer é contrário também aos Destaques de nº 30 a 47.

Por fim, os Destaques de nº 48 a 54, do Deputado Fábio Ramalho e do Deputado Jaime Martins, dizem respeito a emendas de bancada de Minas Gerais. Minas Gerais mandou agora também uma programação, que foi atendida, de

priorização de determinadas emendas. Portanto, esses destaques são negados, tendo em vista a priorização feita pela bancada.

Então, o parecer é contrário a todos os destaques, e eu peço votação em globo dos destaques com parecer contrário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Srs. Parlamentares, o art. 139, § 2º, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, estabelece:

“Art. 139.....

.....§ 2º “Não será aceita solicitação para votação em separado de destaque após a aprovação de requerimento para a votação em globo dos destaques”.

Sendo assim, solicito autorização do Plenário para proceder à votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator.

A proposta para votação em globo dos destaques, por tipo de voto do Relator, está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

É a votação é em bloco, primeiro.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada.

Destaques com voto do Relator pela rejeição.

Em votação em globo os destaques com voto do Relator pela rejeição na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que acompanham o voto do Relator permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitados.

Não vão ao Senado.

Os destaques que foram rejeitados, contra os votos dos Deputados, não serão apreciados na representação do Senado Federal, conforme estabelecimento regimental.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, antes de concluir, eu queria, rapidamente, agradecer a todos os Parlamentares a confiança, aos Relatores setoriais, às Lideranças, às Lideranças do Governo, o Senador Pimentel e o Deputado Cláudio Puty; agradecer aos Líderes da Oposição e aos membros da Oposição presentes neste Congresso e nesta Comissão, que sempre lutaram, fizeram o bom combate e atuaram no sentido de melhorar os procedimentos do Orçamento. Portanto, a gente entende toda a disputa, todas as colocações. Eu agradeço a confiança.

Por fim, quero agradecer e louvar o trabalho de V.Exa. que, como Presidente, conduziu a Comissão de Orçamento. Parecia que não iria dar tempo, pois nós tivemos vários problemas aqui, mas V.Exa., com competência, com paciência, com equilíbrio, conduz esta Comissão e, às 21 horas e 28 minutos, aprova o que tinha que ser feito: o Orçamento da República.

A Comissão de Orçamento cumpriu o seu dever e vai, em fevereiro, ao plenário do Senado consciente de que nós fizemos uma grande peça.

Portanto meus parabéns a V.Exa. e a todos os companheiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu também quero, Senador, agradecer a V.Exa., que foi o nosso Relator, um batalhador, também com muita paciência; a todos os coordenadores de bancada; a todos os Relatores setoriais; a todos da Oposição e da Situação. Foi devido à nossa paciência e ao nosso empenho que chegamos a isso.

Eu volto a repetir o que nós falamos hoje pela manhã: quem ganha com isso é o Brasil, não somos nós aqui no Parlamento.

Mas eu fico contente de nós agora, quase 21h30min, aqui sentados, discutindo os interesses, conseguirmos aprovar a matéria na nossa Comissão.

Agora eu passo a palavra ao Deputado Izalci para suas conclusões. Agora vai ser difícil, não é?

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, era só para também fazer um registro. Nós recebemos aqui o Secretário do Tesouro, recebemos aqui o futuro Ministro, e eu espero que na próxima gestão nós possamos discutir com profundidade a questão do Orçamento.

Quero aproveitar e desejar a todos um feliz Natal e um próspero 2015, com muita saúde e paz!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Devanir Ribeiro) - Eu até descobri que em Mato Grosso há uma cidade cujo nome é Natal Feliz. Aqui, feliz Natal para todos!

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DA MESA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55^a LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para instalação da Comissão para o ano de 2015. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares:** Caio Narciso, Carlos Henrique Gaguim, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Genecias Noronha, Giuseppe Vecci, Gonzaga Patriota, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira e Zeca Dirceu; - **Senadores Titulares:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Raimundo Lira, Roberto Rocha e Wilder Moraes; - **Deputados Suplentes:** Cacá Leão, César Messias, Danilo Forte, Expedito Netto, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Leopoldo Meyer, Rômulo Gouveia, Vitor Valim, Weliton Prado e William Woo; e - **Senadores Suplentes:** Angela Portela, Gleisi Hoffmann, Hélio José e Lídice da Mata. Tiveram a ausência justificada os membros titulares: - **Deputados:** César Halum, Edmar Arruda, Flávia Moraes, Jaime Martins, José Rocha, Nilto Tatto, Nilton Capixaba, Valtenir Pereira, Wadson Ribeiro, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e - **Senadores:** Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Rose de Freitas, Valdir Raupp e Walter Pinheiro. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputados Evair de Melo e Mauro Pereira e os Senadores José Pimentel, Marta Suplicy e Ricardo Ferraço. **ABERTURA:** às dezenove horas e cinco minutos, havendo número regimental, o Deputado Ricardo Barros, Presidente em exercício de acordo com o art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN, declarou instalada a Comissão para o ano de 2015. A seguir, informou que não havia quórum para deliberação e que suspenderia a reunião por quinze minutos. O Deputado Danilo Forte levantou questão de ordem sobre a realização da eleição da Mesa, tendo em vista encontrar-se em andamento a Ordem do Dia no Plenário da Câmara dos Deputados. O Presidente em exercício informou que seria necessário um acordo com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Cunha, para suspender a sessão plenária para proceder à eleição. Informou ainda que aguardaria a chegada da Senadora Rose de Freitas, candidata única ao cargo de Presidente da Mesa, e a confirmação do acordo com o Presidente da Câmara para prosseguir com os trabalhos. Em seguida, o Senador José Pimentel informou que a Ordem do Dia do Senado Federal tinha sido encerrada. Fizeram uso da palavra os parlamentares: Senador Ricardo Ferraço, Senadora Marta Suplicy, Deputado Evair de Melo, Deputado Lelo Coimbra, Senador Roberto Rocha, Deputado Caio Narciso e Deputado Edmilson Rodrigues, tecendo elogios à candidata a Presidente, Senadora Rose de Freitas. **ENCERRAMENTO:** Não havendo suspensão da Ordem do Dia na Câmara dos Deputados, o Presidente em exercício, Deputado Ricardo Barros, encerrou os trabalhos às dezenove horas e vinte e cinco minutos. Antes, convocou reunião de Eleição da Mesa, para o dia 31 de março, terça-feira, às 14 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maedes Jordão Santana Saldanha, Secretária, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado Ricardo Barros. Presidente em exercício.**

XX

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Há número regimental para abertura dos trabalhos.

Assumo a condução dos trabalhos, conforme estabelecido no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Daremos início à reunião de instalação e eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Declaro instalada a Comissão para o ano de 2015.

Aguardaremos o quórum de deliberação.

Suspendo a reunião por 15 minutos até atingirmos quórum para deliberação.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Pois não.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Está tendo votação no plenário da Câmara. Essa votação vai ser prolongada. Não pode ter Comissão concorrente. Como vamos ficar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Nós teríamos que ter um acordo com o Presidente Eduardo Cunha para suspender a Ordem do Dia por 5 minutos, para fazermos a aclamação da eleição da Mesa, que tem indicações únicas para os cargos.

Estou aguardando a Senadora Rose de Freitas, nossa colega, Deputada por muitos anos nesta Comissão, e a confirmação do acordo com o Deputado Eduardo Cunha, para que possamos, num breve período de suspensão da Ordem do Dia, fazer a deliberação. Acho que seria perfeitamente possível. Estamos só aguardando a formação do quórum de deliberação para patrocinarmos o acordo.

O SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL - Sr. Presidente, o Senado Federal já encerrou a sua Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Senador Pimentel.

O Senado já está sem Ordem do Dia. A Câmara certamente vai se prolongar por algum tempo. Nós poderemos manter os nossos debates. E, se desejarem os senhores, posso deixar a palavra aberta em vez de suspender a sessão.

Pois não, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. SENADOR RICARDO FERRAÇO - Sr. Presidente, eu estou passando aqui apenas para deixar registrado e consignado a enorme satisfação com o

indicativo de que a Senadora Rose de Freitas será conduzida à condição de Presidente da Comissão Mista de Orçamento, após uma longa, exitosa e efetiva militância não apenas na Câmara dos Deputados, mas especificamente na Comissão Mista de Orçamento, tendo atuado querer crer em todos os cargos, que qualquer um de nós pode ter oportunidade de militar, como Relatora Setorial ao longo de muitos anos.

Sou testemunha do esforço da hoje Senadora Rose de Freitas, sobretudo com relação à sua dedicação naquelas discussões que se prolongam às vezes até muito próximo do Natal. A Senadora Rose de Freitas, sacrificando seu convívio familiar, seu convívio com amigos, ficava aqui até o encerramento de debates na Comissão Mista de Orçamento.

Esta é a modesta e humilde homenagem que faço à minha querida companheira, minha conterrânea, Senadora da República, Rose de Freitas, na antessala de ela ter o coroamento de uma carreira política exitosa, assumindo a Presidência da Comissão Mista de Orçamento, representando não apenas os Deputados e as Deputadas, mas também os Senadores e as Senadoras, na certeza e na convicção de que ela estará conduzindo esta Comissão neste ano, um ano com características muito próprias, em que nosso País está enfrentando desafios no campo fiscal, no campo político, no campo econômico e, evidentemente, no campo orçamentário.

Portanto, são com estas modestas palavras que quero agradecer a S.Exa. a generosidade pelo uso da palavra, para deixar consignado a minha modesta, porém, sincera homenagem à Senadora Rose de Freitas, que será eleita Presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional brasileiro.

Muito obrigado a S.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Está aberta a inscrição aos Srs. Parlamentares para fazerem uso da palavra.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy.

A SRA. SENADORA MARTA SUPILCY - Sr. Presidente, quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas por essa indicação. S.Exa. galgou todos os postos sempre com uma dedicação exemplar.

Quero dizer que fomos protagonistas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal das Vice-Presidências, o que já foi uma quebra de uma tradição masculina. E agora quebramos no Orçamento.

Então, quero dizer que é uma alegria imensa nós termos uma pessoa do peso da Senadora, e que vai poder fazer um belíssimo trabalho, que nos deixará a todas muito orgulhosas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado, Senadora Marta Suplicy.

Com a palavra o Deputado Evair de Melo.

O SR. DEPUTADO EVAIR DE MELO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, colegas Deputados, também quero registrar a oportunidade que esta Comissão vai ter com a Liderança da Senadora Rose de Freitas presidindo, como tudo indica, esta Comissão.

A Rose é uma dessas pessoas que faz opção pela vida pública, que se dedica integralmente à vida pública, coloca sentimento, coloca conhecimento, coloca razão e coloca paixão em suas ações. Lembro que a então Deputada Rose foi a primeira mulher a ter assento na Mesa da Presidência da Câmara Federal e a presidir aquela Casa, o que deu às mulheres um novo oxigênio.

Então, tenho certeza de que esta Comissão, a partir do momento em que for liderada pela Senadora Rose, trará, aí sim, um debate qualificado e oportuno para este ano, pois é preciso gente que tenha Política com “P” maiúsculo no sentimento e no coração para conduzir programas tão importantes para o Brasil. E claro, com toda certeza, é um orgulho para o meu pequeno Estado do Espírito Santo poder oferecer ao País a competência e o currículo da Senadora Rose de Freitas para conduzir esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sr. Presidente Ricardo, da mesma forma como o Deputado pelo Espírito Santo e membro titular da Comissão de Orçamento, fico muito feliz de poder estar sob a presidência da Deputada, agora Senadora Rose de Freitas. Nós nos acostumamos tanto a falar de Rose como

Deputada, pelos mandatos exercidos, que temos de nos habituar com sua condição de Senadora.

A Senadora Rose de Freitas demonstrou, ao longo de seus mandatos de Deputada e nos espaços que ocupou na Câmara e na Comissão de Orçamento como membro titular, que sempre esteve em busca de soluções para o Estado e para o fortalecimento do Parlamento, e tê-la à frente da Comissão de Orçamento, em seu primeiro mandato no Senado, é motivo de muito orgulho para todos nós, até por sua capacidade e pelo espaço que passa a ocupar. E principalmente porque o nosso Espírito Santo tem tido muitas lutas, ao longo desses últimos mandatos com os Governadores, com as nossas bancadas, com a Rose sempre presente, buscando suprir necessidades pactuadas entre União e Estado, mas que, em geral, não têm sido cumpridas, não têm sido levadas a termo.

E essa posição do Estado na Comissão, em especial a posição da Senadora Rose à frente da Comissão como Presidente, com certeza nos fortalecerá muito ainda nas condições que haveremos de buscar para fortalecer não só a Comissão de Orçamento e o conceito de Orçamento da União, mas também o nosso Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Com a palavra o Senador Roberto Rocha.

Queria chamar a Deputada Ana de Castro, por favor.

Poderia fazer a gentileza, queria falar com V.Exa.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - É Forte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Deputado Danilo Forte, desculpe-me.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - De Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Senador Roberto Rocha.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, Deputado Caio Narcio.

O SR. SENADOR ROBERTO ROCHA - Sr. Presidente, também quero aproveitar a oportunidade para registrar o meu contentamento, a minha satisfação de, nesta Comissão de Orçamento do Congresso Nacional — que está retornando com o convívio dos Deputados —, e agora como Senador da República, ter o privilégio de ter a nossa Senadora como Presidente desta Comissão.

A Senadora Rose de Freitas, que, por tantos anos, foi Deputada Federal aqui na Câmara e membro atuante da Comissão de Orçamento, juntamente com V.Exa., vai presidir, num ano muito difícil, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Mas eu confio muito na capacidade da Senadora Rose e da Mesa desta Comissão, que vai ser aclamada no dia de hoje. Confio também na capacidade que tem a Câmara de escolher um Deputado Federal com o perfil de V.Exa. para ser o Relator-Geral do Orçamento da União este ano.

O País vive uma grande crise econômica, que tem muito arroxo fiscal. Naturalmente, temos que estar muito atentos a isso. Neste ano, temos uma previsão de crescimento negativo e uma inflação que beira os dois dígitos, então, é claro que temos um trabalho muito grande para programar o nosso Orçamento de 2016 e para fiscalizar a execução do Orçamento que acabamos de aprovar. Aprovamos muito tarde, é verdade, esse Orçamento de 2015 e, até o QDD — Quadro de Detalhamento da Despesa ser feito, estamos chegando ao meio do ano.

Concluo, assim como comecei, cumprimentando a Senadora Rose. Vejo ali o Senador José Pimentel, que também foi membro desta Comissão como Deputado Federal, assim como eu. Nós queremos aqui continuar ombreados no sentido de produzir a principal peça orçamentária, o principal documento legal do Brasil, que é o Orçamento, da melhor maneira possível e que seja exequível.

Deixo aqui os meus cumprimentos à Senadora Rose e também a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sr. Presidente, eu queria falar da importância desta Comissão para o destino do Brasil e da expectativa que nós temos no sentido de que esta Comissão volte a ter a importância que já teve em outros momentos na discussão orçamentária do Brasil.

É importante ressaltar o que aconteceu, no ano passado, com a LDO, e com a votação do Orçamento neste ano. A preocupação que nós temos é que o resultado do nosso trabalho não se torne uma peça figurativa, mas que ele represente a execução, de fato, do Orçamento que aqui for votado, e que a discussão que acontece aqui seja levada a sério pelo Governo.

A gente tem uma expectativa muito grande a respeito do encaminhamento da Presidente Rose e de V.Exa. como Relator. Há também a expectativa de que, em

suas mãos, a gente possa ter uma Comissão que realmente volte a ter o protagonismo que lhe cabe. E que a partir das atitudes aqui dentro tomadas, o Orçamento seja, na verdade, a realização do que esta Comissão vai poder escolher, e que, por fim, seja votado no plenário o resultado de muito trabalho e muita discussão.

Deixo aqui a nossa expectativa de que a Comissão de Orçamento possa voltar a ter o seu protagonismo e ocupar, de fato, o espaço que lhe cabe. Deixo também a confiança na Senadora e em V.Exa., que, a partir de hoje, possam ser eleitos aqui e tenham, em suas mãos, a condução dos caminhos desta Comissão. Contem conosco, com a nossa presença permanente dentro desta Comissão.

Da parte de V.Exa. e da nossa futura Presidente, contamos com a isenção de quem quer discutir o Brasil acima de partidos e, que, acima de tudo, respeite a vontade soberana desta Comissão, e que ela seja tratada como merece. Essa é a nossa expectativa. Tenho certeza de que, nas mãos de V.Exas., vamos ter um grande trabalho a fazer durante o ano. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Com a palavra o Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da minha alegria em voltar a esta Comissão. Tive a oportunidade, quando exercei outro mandato, de, por duas vezes, participar desta Comissão. Com certeza, a Senadora Rose, que já tem conhecimento, já presidiu esta Casa, a Câmara, sabe do trabalho do Congresso, terá uma tarefa difícil, mas tenho certeza de que contará com todos. Quero, também, cumprimentar V.Exa., que também volta a esta Casa e que já atuou nesta Comissão.

Então, eu quero aqui, em nome do meu partido, agradecer à Liderança a indicação, e farei de tudo para trabalhar em conjunto. Principalmente em função da conjuntura atual do Brasil, esta Comissão tem um papel importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES - Sr. Presidente, espero que nós possamos consolidar logo a Presidência da Comissão, e que a Comissão tenha êxito. Mas quando eu falo em êxito, pode ser que o que signifique êxito para mim seja diferente para outros Deputados e Senadores.

No debate sobre o Orçamento de 2015, eu encaminhei, pelo PSOL, Presidente, e uma das observações que eu fazia era a de que, para um Orçamento de quase 2,9 trilhões, estavam comprometidos 47% com o pagamento ou amortização da dívida pública.

Fora do plenário, fora da tribuna, eu, o Deputado Chico, Deputado Ivan e outros companheiros, conversávamos com alguns Senadores, inclusive com o Senador Jucá, e eu posso dizer o que se conversou informalmente. Questionando esse pagamento de 47%, quase a metade do Orçamento, ele dizia: “*Nós não temos como interferir nisso*”. Então, é como se nós fôssemos um Poder autônomo, mas nem tanto, que a harmonia não é bem assim, porque há imposições que estão para além do nosso poder de decidir.

Então, esta nossa Comissão tem que questionar esses termos. Há de se fazer um debate profundo sobre o comprometimento do Orçamento Público e dos Planos que deverão ser sustentados por ele, mas que se tornam inviáveis, em grande medida, por conta do estrangulamento financeiro que tem como base o pagamento de uma dívida, em grande medida — se fizermos uma auditoria, vamos comprovar —, em grande medida, ilegal e uma dívida impagável.

Então, é uma opinião que eu queria expressar, e eu espero que nós inauguremos um novo momento, uma nova fase, sob o comando de uma mulher — no mês de março —, para que não fiquemos debatendo neste Poder se tiramos mais ou menos direitos dos pobres, como tem ocorrido.

Agora mesmo, eu vim de um debate que tratou de uma portaria que tentava jogar para entre 50 e 59 anos a obrigação do SUS com exames preventivos do câncer de mama. Ora, como então admitir uma ideia dessas, uma portaria mudando uma lei que garante esse exame para, exatamente, diminuir os custos do tratamento de câncer, mas também para salvar vidas de mulheres! São 75 mil casos de câncer de mama detectados anualmente neste País!

Então, economiza-se, comprometendo a vida, a qualidade de vida, porque o País está argolado com o pagamento de uma dívida totalmente espúria. Então, é minha opinião, que nós tenhamos sorte e que esta Comissão caminhe por outros rumos, afirmando a autonomia do Poder e questionando esses programas que nos impõem 1,4 bilhão sem que nós possamos discuti-los, porque já estará comprometido antecipadamente com o pagamento de juros e amortizações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Barros) - Não haverá suspensão da Ordem do Dia da Câmara dos Deputados.

Então, vou encerrar a sessão, antes, convocando, para o dia 31 de março, às 14 horas, esta Comissão para a eleição da Mesa Diretora.

ATA DA REUNIÃO DE ELEIÇÃO DA MESA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55^a LEGISLATURA, DA COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2015.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, para Eleição da Mesa da Comissão para o ano de 2015. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados Titulares:** Caio Narciso, Carlos Henrique Gaguim, César Halum, Edmilson Rodrigues, Elmar Nascimento, Giuseppe Vecchi, Hildo Rocha, Hissa Abrahão, Hugo Leal, João Arruda, João Fernando Coutinho, Lázaro Botelho, Lelo Coimbra, Marcelo Aro, Nilto Tatto, Paulo Pimenta, Ricardo Barros, Ricardo Teobaldo, Samuel Moreira, Wadson Ribeiro e Zeca Dirceu; - **Senadores Titulares:** Rose de Freitas e Valdir Raupp; - **Deputados Suplentes:** Cacá Leão, Danilo Forte, Domingos Sávio, Expedito Netto, Gorete Pereira, Izalci, João Carlos Bacelar, Jorge Solla, José Airton Cirilo, Kaio Maniçoba, Leo de Brito, Luiz Carlos Busato, Rômulo Gouveia, Valtenir Pereira, Vitor Valim, Weliton Prado e William Woo; e - **Senadores Suplentes:** Angéla Portela, Davi Alcolumbre, Hélio José, Ivo Cassol e Lídice da Mata. Foi registrada a ausência dos membros titulares: - **Deputados:** Edmar Arruda, Flávia Morais, Genecias Noronha, Gonzaga Patriota, Jaime Martins, José Rocha, Nilton Capixaba, Walter Ihoshi, Wellington Roberto e Zé Geraldo; e - **Senadores:** Acir Gurgacz, Benedito de Lira, Eduardo Amorim, Paulo Bauer, Raimundo Lira, Roberto Rocha, Walter Pinheiro e Wilder Morais. Foi registrado o comparecimento dos parlamentares não integrantes da Comissão: Deputadas Benedita da Silva, Jô Moraes e Maria do Rosário; e do Senador Eunício Oliveira. **ABERTURA:** às quatorze horas e trinta e nove minutos, havendo número regimental, a Senadora Rose de Freitas, Presidente em exercício de acordo com o art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN, iniciou os trabalhos e convidou, para compor a Mesa, a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a senhora Cida Borghetti, Vice – Governadora do Estado do Paraná e a Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG) . A seguir, convocou o Deputado Lázaro Botelho (PP/TO), de acordo com o art. 14 da Resolução nº 1/2006-CN, para proceder à eleição da Mesa. **EXPEDIENTE:** o Presidente em exercício realizou a leitura do seguinte ofício de indicação de parlamentar para o cargo de Presidente da Mesa da CMO: 1) OF. GLPMDB nº 039/2015, de 03 de março, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, indicando a **Senadora Rose de Freitas** (PMDB/ES) para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional. Em seguida, após consultar o Plenário, informou que não havia ainda indicação para os demais membros da Mesa e procedeu à eleição por aclamação para o cargo de Presidente da Mesa da Comissão. Em votação, a proposta foi **aprovada** por unanimidade. O Presidente em exercício declarou eleita e empossada a Presidente da Mesa da Comissão para 2015, Senadora Rose de Freitas. Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, a Presidente fez o pronunciamento de posse, ressaltando a importância de ser a primeira mulher a presidir a CMO. Logo após, os Deputados Valtenir Pereira e Izalci fizeram uso da palavra para parabenizar a Presidente. A Ministra Eleonora Menicucci e a Deputada Maria do Rosário teceram elogios e colocaram-se à disposição da Presidente eleita, que, na ocasião, convidou para compor a Mesa o Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB no Senado Federal. O Senador Eunício Oliveira discursou destacando a vida parlamentar pregressa da Presidente. Em seguida, os parlamentares, Deputados Domingos Sávio, Wadson Ribeiro, Lelo Coimbra, José Airton Cirilo, Caio Narciso e Senador Eunício Oliveira fizeram uso da palavra para comentar sobre suas expectativas de trabalho para o ano de 2015. Em prosseguimento, a Presidente informou as seguintes diretrizes gerais: 1) Conforme disposto no art. 17 e no § 1º do art. 19 da Resolução nº 1/2006-CN, o dia **05 de abril** será o prazo final para a indicação das seguintes relatorias: Relator-Geral, Relator da Receita, Relatores Setoriais do projeto de lei orçamentária para 2016, Relatores dos projetos de lei do plano plurianual e

da lei de diretrizes orçamentárias, e o Relator das contas de que trata o art. 56, *caput da Lei Complementar nº 101 de 2000*. Para fazer as indicações, as Lideranças Partidárias deverão observar o disposto no art. 16 da Resolução nº 1/2006-CN. Tendo em vista que o dia 05 seria domingo, estabeleceu como prazo final o dia **07 de abril**, terça-feira. **2) O dia 07 de abril** também será o prazo final para indicação dos membros e coordenadores dos **comitês**, conforme estabelece art. 18 da Resolução nº 1/2006-CN: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com indícios de irregularidades graves; e Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas. **3) Solicitou** a indicação por parte dos Líderes Partidários dos parlamentares que integrarão o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão. O Deputado Danilo Forte solicitou à Presidente que o prazo para as indicações fosse prorrogado até o dia 10 de abril. No entanto, a Presidente reiterou, como prazo final, o dia 07 de abril. A Deputada Gorete Pereira teceu elogios e parabenizou a Presidente. Em seguida, fizeram uso da palavra os Deputados Hildo Rocha, Danilo Forte, João Fernando Coutinho, Ricardo Teobaldo, Hugo Leal e Carlos Henrique Gaguim, sobre suas expectativas para os trabalhos da Comissão em 2015. Finalizando, a Presidente informou que na próxima reunião receberia requerimentos e sugestões e agradeceu a presença de todos. **ENCERRAMENTO:** a Presidente, Senadora Rose de Freitas, encerrou os trabalhos às quinze horas e cinquenta e seis minutos. Antes, convocou reunião ordinária para o dia 07 de abril, terça-feira, às 18 horas, no plenário 2 da Câmara dos Deputados. Para constar, eu, Maedes Jordão Santana Saldanha, Secretária Executiva, lavrei a presente Ata que, após a sua aprovação, será assinada pela Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Senado Federal. Os trabalhos foram gravados e, depois de traduzidos, integrarão esta Ata. **Senadora ROSE DE FREITAS. Presidente.**
xx

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Declaro que há número regimental para a abertura dos trabalhos e assumo a Presidência da reunião, conforme o estabelecido no art. 14 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Declaro iniciada, portanto, a reunião para eleição da Mesa da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para o ano de 2015. Há quórum, inclusive, para deliberação na representação das duas Casas.

Convido para fazer parte da Mesa a Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. (*Palmas.*) Podem bater palmas. Ela merece.

Convido também a Vice-Governadora Cida Borghetti, que hoje está aqui para participar desta reunião. (*Palmas.*)

E gostaria de convidar, representando a Câmara dos Deputados, a Deputada Jô Moraes. (*Palmas.*)

Não se assustem com o fato de termos uma Mesa feminina. Hoje nós merecemos, porque estamos quebrando, aqui, um tabu de muitos anos. É a primeira vez que uma mulher assume a Presidência desta Comissão.

Quero convidar o Senador Lázaro Botelho, para conduzir o processo de eleição da Mesa.

O SR. DEPUTADO CÉSAR HALUM - É Deputado, mas vai ser Senador um dia.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu falei Senador?

(Não identificado) - Falou.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Custou-me aprender a falar esse nome.

A explicação para o convite ao Deputado Lázaro Botelho para assumir a Presidência da reunião é que se trata de uma eleição da qual faço parte. Nesse caso, a Presidência tem de ser assumida pelo Parlamentar mais idoso e com o maior número de mandatos.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Acabamos de receber o Ofício nº 39, de 3 de março de 2015, do Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB e do Bloco Maioria, indicando a Senadora Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, para o cargo de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Ainda não há indicação para os demais membros da Mesa, o que será feito na próxima semana.

(Não identificado) - Sr. Presidente, podemos fazer eleição por aclamação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lázaro Botelho) - Essa é uma pergunta que eu já iria fazer.

Pergunto ao Plenário se a eleição pode ser feita por aclamação. *(Pausa.)*

Os membros desta Comissão que aprovam o nome da Senadora Rose de Freitas para a Presidência da Comissão permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Palmas.)*

Senadora Rose de Freitas, seu nome foi aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal para Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização neste ano de 2015.

Eu declaro eleita e empossada a Presidente Rose de Freitas. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu quero agradecer a todos o gesto de confiança. Aliás, quero registrar que foi a eleição mais fácil da minha vida (*risos*); as outras foram muito penosas.

Queria deixar registrado para todos que nós temos um trabalho e um desafio. É evidente que todos têm na mente o quanto é importante para uma mulher ocupar a Presidência de uma Comissão que, cultural e disciplinarmente, sempre foi ocupada pelos homens. E já tivemos mulheres aqui que trataram de economia, estiveram em Comissões de Fiscalização, no entanto, foi um pouco difícil que essas coisas pudessem ser entendidas, porque somos muito poucas nesta Casa.

Chego aqui com o mesmo empenho, com a mesma determinação e, sobretudo, com a vontade de que o trabalho realizado aqui seja a soma dos esforços de todos aqueles que, vivendo um momento difícil ou não, têm a consciência do que importa ao País o Orçamento da União.

Nós começaremos o trabalho com as diversas matérias que são importantes e das quais trata esta Comissão e que todos sabem: Plano Plurianual — PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO; créditos adicionais; avisos de tribunais; relatórios das comissões de receita, de admissibilidade, de obras irregulares e de todas as sub-relatorias que fazem parte do processo de discussão em andamento nesta Comissão.

É importante que nós trabalhemos com a visão de que temos que oferecer ao cidadão brasileiro, ao povo brasileiro, a total transparência desta Comissão. E, sobretudo, que tenhamos a responsabilidade de oferecer, a tempo e a hora, o Orçamento votado.

O Orçamento não pode ser uma peça de negociação, de chantagem, de qualquer outro tipo de procedimento que não seja o de responsabilidade com o País. Nós vamos divergir muitas vezes, vamos ter conflitos com os Relatores Setoriais, vamos ter debates importantes nesta Comissão, mas ela será imprescindível para aprovarmos uma peça que tem que ter coerência, responsabilidade, transparência. E, sobretudo, temos de estar muito atentos ao que está acontecendo no Brasil hoje.

Nós tivemos um Orçamento votado só recentemente. Quanto isso custou ao País? Pode ter sido confortável para alguns setores do Governo trabalhar com duodécimos. Mas deixar sacrificadas a educação e a saúde foi bom? Quem teve essa mentalidade e advogou isso até no plenário da Casa o fez equivocadamente.

Não é assim que o País vai a lugar nenhum, nem nós. E não há crise que não esteja do outro lado da rua que não esteja dentro do Parlamento.

Portanto, quando sairmos às ruas, temos que dizer que nós viemos para cá para promover uma discussão e um debate sobre o Orçamento, cujos investimentos têm que estar voltados aos interesses da população. Não podemos fazer de conta que nós estamos trabalhando.

Nós vimos hoje o debate. Quem teve oportunidade de assistir ao debate com o Ministro Levy ouviu as suas declarações, as suas afirmações. Não vejo que ali esteja um elemento colocado pelo Governo, um Ministro divorciado da realidade do Brasil, muito menos, de costas para o Congresso Nacional.

Nós defendemos a posição de que tudo que seja feito aqui, desde a receita até a admissibilidade, seja feito com base na coerência e na transparência, sobretudo.

Acaba de chegar o Senador Edison Lobão. Dizem que Senador não frequenta esta Comissão, mas vai passar a frequentar.

Temos tido um ciclo recorrente de contingenciamento da peça orçamentaria. Nós avançamos no orçamento impositivo, mas como ficam as demais áreas, a saúde, a educação, a agricultura? Como essas coisas serão tratadas? Que olhar esta Comissão terá para diligenciar as prioridades que o povo espera e precisa?

Nós não vamos tratar aqui de uma peça de ficção. Tenho certeza de que nada ficará escondido. Todos os números terão que ser realisticamente colocados para a imprensa que aqui está, para aqueles que vêm aqui: assessores, representantes da sociedade produtiva e organizada, todos terão que saber que este Orçamento será votado no prazo certo.

Nós teremos eleição terça-feira para todos os demais membros da Mesa. Ainda faltam algumas indicações de partidos. Eu entendo a luta interna; os interesses são vários. E há Parlamentares que insistem em fazer parte desta Comissão, porque sabem da importância do Orçamento.

Nós trabalharemos aqui para termos o Orçamento votado no dia em que ele tem que ser votado, entregue no dia em que tem que ser entregue e levado ao conhecimento deste País. Nós trabalhamos para isso. Não usaremos isto aqui para deliberar ou para conseguir concessões pequenas — ou grandes até — do Governo aqui e ali. Estamos aqui dispostos à luta e ao trabalho.

Sabemos que não votar a Lei Orçamentária compromete o Orçamento da União e compromete as políticas implantadas, os interesses que têm os Municípios e a economia fundamental nos Estados, para que possam promover e adaptar programas e, inclusive, estar diante da sua população, explicando por que tais peças foram ou não foram realizadas, cumpridas, por que as obras foram paralisadas. Temos que estar com olhar atento, fazer que nem o índio — já que sou descente de índio — e estar com o ouvido no chão, sobretudo, e dispostos à luta.

As obras estruturantes do País serão discutidas aqui. Todas aquelas que foram paralisadas, por que foram paralisadas? Vamos buscar respostas e vamos trazer para cá todas as informações necessárias, porque o Governo Federal depende dos recursos, a população precisa dos recursos, mas nós precisamos dar transparência a esse Orçamento que, infelizmente, acabou sendo votado em março.

Eu confesso a minha expectativa de que nós todos, juntos, possamos mudar esse quadro. Infelizmente, ficou aqui um certo vício de comportamento. Estou apelando a todos os Senadores e a todos os Deputados que, juntos, possamos evitar esse atraso, essa demora, essa delonga. Ainda que nós tenhamos qualquer tipo de conflito, que esboçemos um entendimento para que esta Comissão funcione.

Não se trata de ter um lado a favor do Governo e outro contra o Governo. Aqui se faz a peça orçamentária do Brasil. E ela não pode ser tratada em partes, dividida em compartimentos, com brigas de partidos e querelas que nós não conseguiremos suplantar se não for com o diálogo aberto e com a responsabilidade pública que cada um tem.

E eu quero falar, sobretudo, sobre o compromisso que nós teremos que ter em relação a esse projeto de lei orçamentária. Após ser recebido na Comissão de Orçamento, vai haver o prazo de apresentação de emendas. O Relator preliminar não pode prender nas suas mãos o seu relatório e dizer que vai apresentar quando quiser. Não será assim. Aqui o processo é democrático, mas é de total responsabilidade. Será no prazo definido. Aquele que não puder cumprir por doença, por qualquer outro impedimento, nós compreenderemos, mas não compreenderemos isso como forma de negociação de interesses pessoais ou do seu Estado ou do seu Município. Aqui é para se debater o Orçamento da União.

Queria também dizer que os Relatores Setoriais deverão — se tiverem dificuldade — se assessorar dos melhores quadros que tiverem para que possam, a

tempo e a hora, deixar o Orçamento democraticamente aberto e debatê-lo com todos os segmentos que acompanham a peça orçamentária com atenção.

Com confiança, com trabalho, com determinação, nós vamos exercer essa função. Estarei com aquilo que não me larga, que não me deixa e do que não me afasto, que é a dignidade da vida pública. Não ficarei em nenhuma sala para esconder qualquer coisa, venha de onde vier o apelo, seja do Congresso Nacional, seja do Poder Executivo. Aqui teremos um trabalho aberto, de frente, e nós vamos votá-lo no tempo regimental, cumprindo com a nossa obrigação. E peço que não viajem na época e que todos estejamos juntos, unidos.

Quero dizer que não há ainda Relator para várias áreas e não temos indicação ainda de vários partidos. Parece que o PT se reuniu hoje.

Acho que o Presidente Renan Calheiros acaba de chegar.

Portanto, eu considero um esforço indispensável a nossa união nesta Casa.

Infelizmente, não vão poder aguardar. O Sr. Presidente Eduardo Cunha também ligou falando que viria. Nós mulheres nos sentimos honradas com a manifestação de carinho.

Quero dizer que aqui não há divisão. Temos homens e mulheres na mesma luta, olhando de frente para este Brasil, que precisa de todos nós.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, posso falar?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Com certeza.

O SR. DEPUTADO VALTENIR PEREIRA - Sra. Presidente, para mim, é uma satisfação imensa ter V.Exa. como Presidente desta Comissão Mista de Orçamento. Lembro que, quando a senhora esteve na Vice-Presidência da Câmara dos Deputados, conduziu muito bem os trabalhos, nas oportunidades que teve de assumir a Presidência da Casa. Então, estou absolutamente tranquilo de que esta Comissão, nas mãos de V.Exa., vai poder produzir um Orçamento participativo, um Orçamento democrático, um Orçamento que vai atender aos interesses do povo brasileiro. Fico muito feliz.

A senhora pode contar com o Deputado Valtenir Pereira, que está nesta Comissão por indicação do nosso partido, o PROS — Partido Republicano da Ordem Social.

Parabéns e conte conosco!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Senadora, primeiro, quero cumprimentá-la e parabenizá-la pela eleição por aclamação, que já é um sinal de que V.Exa. conduzirá muito bem este trabalho, pela sensibilidade que tem como mulher, como Deputada que foi e, agora, como Senadora.

Quero dizer que a Oposição — acho que falo aqui em nome dos colegas — tem todo o interesse em ajudar, em contribuir para fazermos uma votação das leis que interessam às ruas, ao País, à sociedade. Basta ver dois episódios que ocorreram aqui e que hoje fazem parte da pauta nacional. Nós estamos hoje com a CPI da PETROBRAS. Mas a CMO alertou sobre os problemas e votou, nesta Casa, a suspensão das obras da Refinaria Abreu e Lima e de outras, e o Governo não ouviu aquilo que a Comissão deliberou. E está aí o resultado. Poderíamos não estar passando por este momento. A PETROBRAS poderia não ter passado por isso se, realmente, o Presidente não vetasse a LDO da época, em 2010.

Da mesma forma, o que também iniciou esse processo nas ruas foi a anistia à Presidenta Dilma também votada por esta Comissão. Eu acho que a votação da mudança dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, no final do ano passado, abrindo-se mão dos princípios da Lei, foi uma atitude que refletiu na sociedade. Basta ver os protestos do dia 15 de março e, com certeza, os virão no dia 12 de abril.

Então, esta Comissão tem uma responsabilidade imensa, principalmente com relação às demandas sociais do País. Mas eu tenho certeza de que a Senadora Rose de Freitas, por ser mulher, terá a sensibilidade de olhar para os mais humildes, numa perspectiva de fazer não apenas o que disse o Ministro agora, numa reunião do LIDE — Grupo de Líderes Empresariais, em que só se falou em aumento de receita. Não se fala em cortar custos, não se fala em diminuir despesas e cortar na própria carne os supérfluos.

Eu tenho certeza de que, com o apoio de todos os Parlamentares, a Senadora saberá, sim, conduzir esta Comissão, para que possamos dar uma resposta à sociedade, pois o Orçamento não pode ser uma peça fictícia, tem que ser compatível com a realidade brasileira e de acordo, realmente, com a expectativa do povo brasileiro. Tenho certeza de que o povo espera de nós, aqui, e de V.Exa., na

Presidência, a votação de um Orçamento decente, de um Orçamento que realmente possa dar a resposta para esse movimento que está nas ruas.

Parabéns a V.Exa.!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Agradeço a V.Exa. e ao Deputado Valtenir Pereira, que são dois Deputados combativos desta Casa e estão sempre presentes.

Eu gostei muito da lista que vi desta Comissão. São as pessoas mais presentes. Não quero me referir aos novatos, porque ainda não tenho esse conhecimento, mas os demais que aqui estão são Deputados presentes, Senadores presentes, que estão sempre dispostos ao trabalho. Isso é fundamental nesta Comissão.

Se me permitem a quebra de um protocolo que não tem muita importância, vou conceder a palavra à Ministra, que gostaria de fazer uma saudação.

Eu agradeço muito a V.Exa. a presença.

A SRA. MINISTRA ELEONORA MENICUCCI - Boa tarde a todas e a todos.

Desde que a Senadora Rose me convidou para participar deste momento, eu não tive dúvida da importância de vir. Por alguns motivos, mas dois são fundamentais. O primeiro é por ser a primeira vez que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização é presidida por uma mulher. Isso é um sinal dos tempos, um sinal de que nós, mulheres, 51,8% da população e mães da outra metade, estamos efetivamente assumindo o protagonismo na política brasileira.

E é extremamente importante e pedagógico para a sociedade brasileira ver esta Comissão, especificamente, ser presidida por uma Senadora do porte da Senadora Rose, com a história que ela tem na política, no Parlamento brasileiro.

A segunda questão, Senadora, é que eu trago aqui também os cumprimentos da Presidenta Dilma, na certeza de que nós, do Governo Federal, na condução que será dada a esta Comissão, não só pela sua lisura na vida pública, mas também pela composição de toda a Comissão, e, como V.Exa. mesmo disse na sua fala, pela importância da transparência na discussão do Orçamento e de não se deixar que outras questões que não sejam pertinentes à vida da população brasileira estejam em jogo, por causa de questões menores...

Eu agradeço muito o convite e digo que não só a minha Pasta, a Pasta que eu dirijo hoje, mas todos os Ministérios do Governo Federal estão à sua disposição,

de portas abertas, bem como a própria Presidenta, que lhe disse isso pessoalmente, no encontro que nós tivemos na semana passada.

Então, para nós mulheres brasileiras é um enorme prazer e um enorme salto na nossa participação política a sua presença aqui e a sua eleição hoje. E não acho que tenha sido uma eleição fácil, ao contrário do que V.Exa. acredita. Acho que essa eleição foi construída e merecida. É por mérito. E eu também cumprimento todos e todas que compõem esta Comissão.

Encerro, dizendo: não se esqueçam de que não há democracia que funcione sem a harmonia entre os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

A minha presença aqui, para além de termos uma mulher pela primeira vez na Presidência de uma Comissão desta magnitude, representa a disposição do Governo de diálogo em todas as frentes e em todas as horas que nós formos convidados ou convocados. Estaremos sempre aqui, mesmo quando não formos convocados.

Parabéns! Sucesso! E conte comigo, com os meus colegas e com as minhas colegas do Executivo. Tenho certeza de que a Comissão está em excelentes mãos e fará um trabalho exemplar e pedagógico para a sociedade brasileira.

Muito obrigada a todos e a todas. (*Pausa.*)

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Pedi um minuto à Presidenta para dizer algo muito simples e cumprimentar a Presidenta.

Peço licença aos colegas para dizer que a então Deputada Rose de Freitas, hoje Senadora, Presidente desta Comissão — e pela primeira vez uma mulher preside esta Comissão —, também foi a primeira mulher Vice-Presidente da Câmara dos Deputados e a primeira mulher a assumir efetivamente a Presidência daquela Casa. E ela, hoje Senadora, orgulha-nos imensamente, porque foi também Deputada Constituinte. Nós que juramos cumprir a Constituição temos a honra de conviver com alguém que ajudou a escrevê-la, como pioneira entre todas nós, mulheres.

É de imenso valor essa sua posse hoje, Presidenta. Eu a cumprimento — não poderia deixar de fazê-lo — e agradeço a V.Exa. o exemplo de serviço ao público e às mulheres brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Senadora Rose de Freitas) - Desculpem-me a falha.

Convidado para fazer parte da Mesa o Senador Eunício Oliveira, Líder do meu partido.

Gostaria que V.Exa. estivesse à mesa conosco, por favor.

Concedo a palavra ao Domingos Sávio. Em seguida, falarão os Deputados Wadson Ribeiro, Lelo Coimbra, José Airton Cirilo e Zeca Dirceu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sra. Presidente, nossa amiga, pessoa a quem tanto admiro, querida Senadora Rose de Freitas, quero cumprimentá-la, assim como as Deputadas Gorete Pereira, Maria do Rosário, Jô Moraes, a Ministra, que já se ausentou, e os colegas Parlamentares desta Comissão, Senadores e Deputados.

Quero dizer, Senadora Rose, que de fato recebemos com muita alegria a sua eleição. O PSDB não apenas votou em V.Exa., mas recebeu com muita alegria a sua indicação para a Presidência desta Comissão.

Foi extremamente feliz o seu partido. V.Exa. tem uma história que fala por si, e a sua presença no dia a dia, o privilégio que tivemos de conviver com V.Exa., na Câmara, deu-nos a oportunidade de conhecer mais de perto a grande figura humana, a grande figura pública, que consegue reunir sensibilidade, firmeza de propósito, clareza nas ideias, independência para seguir o seu sentimento de dever público. E já inicia os trabalhos nesta Comissão dando como diretrizes princípios com os quais comungamos perfeitamente.

Aqui estamos a serviço do Brasil. Aqui não podemos e não devemos nos ater a questiúnculas, mas devemos ter a plena liberdade de fazer o exercício correto da democracia plena, em benefício do Brasil.

Esta é a Comissão que não apenas aprova, mas que questiona, que fiscaliza, que analisa, que busca definir o que é melhor para o nosso País. Embora nós tenhamos uma tradição no modelo presidencialista um tanto quanto centralizadora na gestão dos recursos públicos, nós não podemos abrir mão do papel do Parlamento de analisar, sugerir, alterar — naquilo que for adequado ou apropriado alterar —, aprovar e fiscalizar não apenas o Orçamento, mas também o plano de metas. Este ano teremos, além da LDO, o Plano Plurianual,.

Vivemos momentos não muito agradáveis na gestão passada, em que deixamos de aprovar a LDO no seu tempo apropriado e deixamos de aprovar o Orçamento. Embora tenha saído, eu iria fazer, na presença dele, uma referência ao

Deputado Devanir, Deputado que presidiu com muita sabedoria, com muita serenidade esta Comissão no ano passado. E falo isso inicialmente para dizer que não atribuo a S.Exa. a responsabilidade de não termos aprovado o Orçamento no ano passado.

Mas não podemos nos omitir de que há uma responsabilidade conjunta do Congresso Nacional e, por que não dizer, do próprio Executivo, que, obviamente, exercendo o seu papel político, que é legítimo, mas não deixa de ser questionável, não demonstrou desejo de aprovar o Orçamento.

Digo isso porque sou da Oposição, e coordenei, naquela ocasião, como Líder da Minoria da Câmara, os trabalhos da Oposição, e em momento algum nós obstruímos votações com o propósito de impedir a aprovação do Orçamento. Quando muito, em algumas reuniões, requeremos a suspensão dos trabalhos para debater, dialogar, construir entendimentos.

Faço esse breve resumo para reiterar a V.Exa., Senadora Rose, que nós agiremos com espírito público e, acima de tudo, com um respeito enorme a V.Exa.

O PSDB, ao indicar uma mulher, a nossa querida Deputada Mara Gabrilli, para ocupar a 3ª Secretaria na Mesa da Câmara dos Deputados, fazendo-o de forma pioneira, mostra que não apenas discursa em respeito às mulheres. Nós temos procurado incluir na nossa prática partidária o respeito necessário, o apoio necessário para que as mulheres façam aquilo que já fazem, pela sua natureza, pela sua grandeza, pelo seu valor, na vida de todos nós: trazer a sua sensibilidade, a sua competência, a sua dedicação para nos ajudar, a fim de que, de uma maneira absolutamente isonômica, equilibrada, juntos, façamos o melhor para o Brasil.

Então, agiremos com respeito a V.Exa., agiremos com respeito ao País. Não abriremos mão do nosso papel de questionar, de cobrar, de fiscalizar, mas estamos dispostos a construir juntos soluções para os problemas que apontarmos ou que identificarmos.

Conte conosco. Esta bancada já teve a manifestação do Deputado Izalci, estão aqui ao meu lado o jovem Deputado Caio Narcio, que chega cheio de energia, e os Deputados Emanuel, Giuseppe, um grupo de Parlamentares que, com certeza, trabalharão em harmonia com V.Exa., em benefício do Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu recolho as palavras de V.Exa. com muita alegria, porque V.Exa. viveu comigo muitas dificuldades, quando eventualmente exercei a Presidência do Congresso ou a Presidência da Câmara, e sei que não são palavras só de oportunidade, são palavras que decorrem de todos os seus atos a favor das mulheres nesta Casa.

Muito obrigada.

Com a palavra o Deputado Wadson Ribeiro. Depois, falará o Deputado Lelo Coimbra.

O SR. DEPUTADO WADSON RIBEIRO - Senadora Rose de Freitas, agora Presidente desta Comissão, Senador Eunício, Deputada Gorete Pereira, quero na verdade trazer uma mensagem de saudação do meu partido, para parabenizar a Senadora Rose por essa nova empreitada, por esse novo desafio.

Como bem disse a Deputada Maria do Rosário, V.Exa., ao assumir a Vice-Presidência da Câmara, já rompeu com uma tradição que fazia valer nesta Casa e faz valer ainda hoje a predominância de homens. E aqui hoje, mais uma vez, V.Exa. escreve um capítulo importante, ao assumir também a Presidência desta importante Comissão, a Comissão de Orçamento.

A Comissão de Orçamento é uma Comissão em que, em certa medida, se expressam de forma democrática visões sobre o País, visões sobre o desenvolvimento, visões sobre modelos. E eu acho que o grande anseio da população brasileira é o anseio de fazer com que o nosso País possa reencontrar de forma mais definitiva, de forma mais firme o seu desenvolvimento. O Brasil precisa crescer a taxas maiores; o Brasil precisa ter níveis de investimentos maiores do que tem tido no último período. E em certa medida isso depende de um conjunto de políticas do Governo, políticas que possam estimular a nossa indústria, mas também políticas que passam por esta Comissão de Orçamento.

De modo que nós temos muita convicção e certeza de que o trabalho desta Comissão, tendo V.Exa. na Presidência, irá contribuir para que criemos, ou estimulemos, melhor dizendo, uma cultura pouco afeita a todos nós, latino-americanos — e não seria diferente em relação ao Brasil —, que é a cultura do planejamento, a cultura da organização, de se planejar também os orçamentos. A falta desse planejamento não é algo específico do Brasil, mas algo que se percebe

num conjunto de países da América Latina, talvez, como eu disse, pela nossa própria cultura, pelos traços da nossa história.

Mas tenho certeza de que, a partir desta Comissão e dos trabalhos que se iniciarão, nós daremos uma grande contribuição para que o Brasil possa, como eu disse, retomar o seu crescimento, assegurar políticas de investimento e infraestrutura, modernizar ainda mais a nossa estrutura viária, os nossos portos, de modo a estimular também mais o escoamento da nossa produção, ter uma política mais expansiva, em que pese o período de crise econômica internacional que tenha os seus efeitos no Brasil, e garantir aqueles recursos que são essenciais para o nosso desenvolvimento.

De modo, Senadora, que eu trago aqui um grande abraço, além de meu, pessoalmente, de toda a bancada do PCdoB na Câmara Federal e também no Senado. E estaremos juntos aqui num trabalho árduo, para que possa ser exitoso o trabalho desta Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada.

Eu queria sugerir, ao término desta reunião, para apresentar as diretrizes gerais. Eu preciso colocá-las para V.Exas., para que conheçam os prazos que nós vamos abitar nas próximas decisões.

Com a palavra o Deputado Lelo Coimbra. Em seguida, falarão os Deputados José Airton Cirilo, Caio Nuncio e Gorete Pereira.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Sra. Presidente, Senadora Rose de Freitas; querida amiga Gorete Pereira; Eunício Oliveira, que é o único homem que, além do nosso Presidente que abriu os trabalhos, teve a honra de compor esta Mesa repleta de mulheres, todas de luta; amigos e companheiros do plenário, eu queria dizer, primeiro, da alegria de estar aqui junto com todos, em especial com a Senadora Rose de Freitas, compondo esta Comissão de Orçamento.

Entendo que o Orçamento é uma peça que define os rumos e o destino da Nação. Portanto, para nós a relevância desse trabalho é muito grande. Nós precisamos lutar para que o Orçamento seja uma peça real, uma peça capaz de dar conta, de fato, das coisas que precisam acontecer. O Orçamento não pode virar ficção — e como ficção, nós termos nele a visão de que ficção por ficção vira ficção.

Eu estou lendo agora um livro lançado recentemente no Brasil, *O Mito do Governo Grátis*. É muito importante que possamos saber, possamos compreender e possamos, na nossa função aqui na Comissão, trabalhar os valores reais do orçamento de uma nação e os valores reais do Orçamento no Brasil.

Em especial, eu queria registrar a alegria de estar aqui junto com a Senadora Rose de Freitas por uma questão bem especialíssima: o nosso Estado é um dos que mais recursos produzem para a Nação, pelas suas atividades econômicas. E nós temos acompanhado a ausência de retorno à altura dos valores que são dedicados à Nação, fruto do trabalho, da produção, da energia, do suor e do esforço do nosso Estado. E espero que aqui, além de cuidar do Brasil e de um conceito de Orçamento capaz de dar realidade às questões necessárias para que o Brasil aconteça, nós também possamos, com a Presidência da Senadora Rose de Freitas, oferecer ao Espírito Santo oportunidades que não lhe têm sido oferecidas e que não têm sido possíveis.

Nesse sentido, eu estar aqui já é um fato positivo; estar junto com a Senadora Rose de Freitas é um fato muito positivo; e estar sob a Presidência da Senadora Rose de Freitas é algo absolutamente positivíssimo. E eu estou muito feliz por estar cumprindo aqui um papel para o Brasil, um papel para os nossos companheiros e companheiras, um papel junto à nossa Presidente, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - O Líder Eunício Oliveira usará da palavra.

E eu quero até dizer de público que as nossas conquistas são todas democráticas, trazendo o esforço que cada mulher tem ao chegar ao Congresso Nacional e participar de Câmaras, de governos e tudo mais. Mas sem todos os senhores nos apoiarem, é muito difícil chegar a qualquer lugar, portanto, eu tenho que agradecer de público.

A indicação partiu, em primeiro lugar, do meu partido, do Líder Eunício Oliveira, e foi acompanhada pelos demais Líderes desta Casa. E eu quero dizer a V.Exa., Líder Eunício Oliveira, muito obrigada.

O SR. SENADOR EUNÍCIO OLIVEIRA - Eu quero, primeiro, cumprimentar a Deputada Gorete Pereira, cumprimentar a nossa Presidente Rose de Freitas e cumprimentar todos os Parlamentares que compõem esta Comissão.

Quero dizer rapidamente da minha alegria de poder estar aqui hoje, para assistir, por aclamação, à eleição e posse da minha querida companheira e amiga Rose de Freitas.

Eu tive o privilégio de ser, durante 12 anos, Deputado nesta Casa, Líder do PMDB nesta Casa, na Câmara dos Deputados — embora esta Comissão seja mista, nós estamos no espaço físico da Câmara dos Deputados. E durante esses 12 anos, eu tive o privilégio de conviver com a Deputada Rose de Freitas. A Rose é uma das poucas pessoas que se dedicam, durante 24 horas, não apenas ao mandato parlamentar, não apenas a representar o Estado do Espírito Santo, mas a cuidar do Brasil.

E eu estou muito feliz porque, como Líder do PMDB, estou tendo a oportunidade de estar aqui numa Comissão de que tive o privilégio de ser Relator, ao lado da Rose e de tantos outros, vendo a eleição, por uma indicação nossa, como Líder do PMDB, da primeira mulher brasileira a presidir a Comissão de Orçamento do País. Eu me sinto um privilegiado por ter tido a oportunidade de indicar alguém que, não tenho a menor dúvida, vai presidir esta Comissão olhando para o Brasil e defendendo todos os interesses, que são legítimos, dos Srs. Parlamentares com um sentimento feminino, mas com um olhar diferenciado, sem distinguir partido, se é da Oposição ou da Situação. A Rose é esse tipo de gente em que podemos confiar.

Portanto, repito: eu estou muito feliz, Rose, de estar aqui hoje participando da sua posse e de ter tido o privilégio de indicá-la. Pelos seus predicados, pela forma como você tem exercido o mandato parlamentar, você chegou à posição de Presidenta — ou Presidente, como eu prefiro chamá-la — desta Comissão tão importante do Congresso Nacional. Portanto, meus abraços e meus parabéns!

Parabenizo esta Comissão, que vai ter, com certeza, uma Presidente, que, substituindo o nosso querido Devanir Ribeiro, vai dar muito de si para que as regras sejam cumpridas, o Regimento seja cumprido e que terá muito sucesso nesta Comissão.

Rose, receba o meu querido abraço fraterno. Eu tenho certeza de que você fará um grande trabalho nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Muito obrigada, Líder. Pode ter certeza de que os nossos olhares estão todos na mesma direção, que é

realmente a do Brasil e de um trabalho transparente e coerente com o momento por que passa o País e o povo brasileiro. Muito obrigada pela presença, sobretudo. Eu sei dos seus afazeres, sei que, nesse momento, nós temos que construir uma votação difícil. E o senhor faz parte desse processo. Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Deputado José Airton Cirilo. Em seguida falarão os Deputados Caio Narcio, Gorete Pereira, Hildo Rocha, Danilo Forte, João Fernando Coutinho, Ricardo Teobaldo e Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AIRTON CIRILO - Sra. Presidente, eu queria, primeiro, cumprimentá-la e parabenizá-la por essa importante eleição. Digo isso aqui também em nome do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, que tem feito história com a participação das mulheres na direção do partido. O PT inovou inclusive nessa constituição, ao obrigar, naquela época, que 30% das direções partidárias fossem compostas por mulheres. Hoje são 50%. Então, todas as direções nossas têm obrigatoriamente 50% de participação das mulheres.

Portanto, essa é uma conquista em que precisamos avançar ainda mais no Parlamento e nos espaços da sociedade brasileira. Mesmo V.Exa. tendo galgado a Vice-Presidência da Câmara dos Deputados e hoje a Presidência da Comissão Mista de Orçamento, nós precisamos avançar e, quem sabe, conquistar o direito de alternância em todos os espaços da institucionalidade, seja no Poder Executivo, seja no Poder Legislativo, seja no Poder Judiciário. Só dessa forma é que nós poderemos efetivamente garantir a igualdade de gênero na participação dos Poderes constituídos, como representação maior das conquistas das mulheres e da sociedade brasileira. Por isso, penso que a eleição de V.Exa. representa essa conquista tão simbólica, tão histórica e tão importante, mas, sobretudo, esse desafio novo de que possamos avançar também nessas novas conquistas.

E aqui eu fico igualmente muito feliz com a participação de minha colega, grande mulher, guerreira e cearense, Gorete Pereira, que, como ninguém, também representa a luta das mulheres do nosso Estado.

Nós esperamos que, com esse trabalho agora nesta Comissão, possamos avançar em algumas conquistas que efetivamente não foram ainda concretizadas. Embora a nossa Constituição estabeleça o Orçamento regionalizado, isso ainda não foi implementado efetivamente. Acho que essa é uma ideia que nós precisamos viabilizar, porque não é possível, por exemplo, o Nordeste brasileiro, que tem 30%

da população brasileira, só ter em torno de 14% do valor do Orçamento Geral da União.

Há uma distorção muito grande, por isso nós precisamos avançar. Acredito que V.Exa. e esta Comissão podem contribuir para que possamos elaborar esse Orçamento mais equânime regionalmente e, sobretudo, que conte com as reais aspirações do nosso povo. Assim poderemos construir um País muito mais justo, mais fraterno e igualitário para todos.

Portanto, deixo aqui o nosso abraço. Não tenho dúvida de que V.Exa., assim como procedeu à época em que era Vice-Presidente da Câmara, quando fez um excelente trabalho e conquistou todas as nossas simpatias e o nosso apoio, também pela sua sensibilidade, pelo compromisso e pelo trabalho, fará um grande trabalho à frente desta Comissão.

Parabéns e conte conosco! E vamos trabalhar pelo Brasil!

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Caio Narcio.

O SR. DEPUTADO CAIO NARCIO - Sra. Presidente, queria parabenizar V.Exa. pela eleição nesta importante Comissão para o Brasil.

Com relação à nossa participação aqui na Comissão de Orçamento, queria dizer que o meu pai, o Deputado Narcio Rodrigues, tem uma história dentro da Comissão e também conviveu muito tempo aqui com V.Exa.

Quero parabenizá-la e dizer da nossa preocupação com relação à importância desta Comissão. Nós temos assistido, ao longo da sua história, a importância que ela tem na organização do País. Mas temos tido tristeza ao perceber que, ao longo dos últimos anos, a Comissão tem perdido importância ao fazer um belo trabalho na distribuição orçamentária que depois não é cumprido pelo Governo.

Esperamos que a condução de V.Exa. possa trazer de volta a importância que esta Comissão deve e precisa ter. As discussões que acontecem aqui representam o Brasil como um todo. Daqui sai a priorização do dinheiro, onde ele é mais importante e para onde ele deve ir. E a distribuição orçamentária vai poder definir os rumos que o Brasil irá tomar.

Nós já sabemos que há um grande espaço entre o Orçamento que foi votado e o que será executado este ano, que precisará ser readequado. Esperamos que

V.Exa., ao longo da condução dos trabalhos, possa devolver a esta Comissão a importância que ela sempre teve.

Mais do que isso, para encerrar aqui o meu pronunciamento, quero dizer que estaremos à disposição para juntos efetuarmos o trabalho desta Comissão, para que ela possa buscar os melhores destinos.

Volto, assim, a fazer o chamamento inclusive da questão do PAC, que não passa por aqui e, por muitas vezes, tem cumprido a função de tirar os recursos que aqui foram decididos e fazer por si só uma formação orçamentária em que não se tem direito ao diálogo.

Então, deixo aqui as nossas recomendações para que possamos, ao longo do ano e desse trabalho, fazer uma peça orçamentária que seja cumprida e que atenda à vontade de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Antes de passar a palavra para o próximo orador, eu queria colocar aqui a questão das diretrizes gerais, para que os Srs. Parlamentares cobrem dos seus partidos que sigam fidedignamente o prazo e não tenhamos de fazer substituições. Há a prerrogativa da indicação da Presidente, mas eu gostaria que isso fosse da forma mais democrática e legítima possível e que os partidos obedecessem aos critérios.

Está disposto no art. 17 e no §1 do art. 19 da Resolução nº 1, de 2006, que o dia 5 de abril é o prazo final para a indicação das relatorias e comitês. Tendo em vista que o dia 5 será um domingo, estabeleço, então, como prazo o dia 7, impreterivelmente.

Hoje eu não fiz outra coisa hoje a não ser procurar os Líderes para que fizessem as indicações finais. Mas ainda em vários blocos, faltam três ou duas indicações. Nós não vamos ultrapassar esse prazo. Vou usar a prerrogativa de Presidente e farei as indicações necessárias para cumprimos o calendário.

O SR. DEPUTADO LELO COIMBRA - Quais partidos ou blocos não indicaram ainda?

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Eu poderia fazer uma questão de ordem?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Lelo Coimbra, já que eu demandei esse assunto com os partidos, gostaria de não colocar isso

publicamente, para que eles se sintam constrangidos. Muitas vezes, não é uma questão de estar relegando a indicação a segundo plano, apenas é uma questão de conflitos que a Casa tem hoje. Há muitos processos em discussão e projetos que vão para a pauta hoje. Perdoe-me. Eu passarei isso a V.Exa. pessoalmente.

Com a palavra o Deputado Danilo Forte, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, primeiro, quero parabenizá-la. Eu acho que não há ninguém mais experiente e com mais vivência do que V.Exa. para conduzir esta Comissão, pelo próprio histórico que V.Exa. tem com a Comissão e conosco e pelo espírito democrático que sempre palmilhou sua caminhada por esta Casa.

Quanto às conformidades que sempre foram construídas aqui nas Lideranças, as relatorias e os comitês, nós tínhamos um instrumento no Colégio de Líderes: nós nos reuníamos dentro de uma cronologia, o que muito ajudava inclusive na tramitação das matérias e servia até com um anteparo. A Deputada Gorete Pereira também participou ativamente desse colegiado, que ajudava muito nos encaminhamentos.

Como hoje, véspera do feriado, nós estamos assumindo a Comissão, eu acho que o prazo fica muito exíguo porque, praticamente a semana termina agora à noite. E nós só vamos retornar na próxima semana, que já começa no dia 6. Então, pediria a V.Exa. e benevolência e a compreensão de nos dar pelo menos mais 1 semana, para que nós pudéssemos harmonizar inclusive nas bancadas.

Eu estou sabendo agora a relação fechada do PMDB, o meu partido, cujo Líder, Deputado Leonardo Picciani, pediu-me para coordenar aqui hoje a bancada. Também soube, no convívio com o PMDB, que ainda há os demais partidos que formam o bloco. Inclusive nós temos que identificar, dentro do bloco, como vai ficar essa harmonização.

Então, se V.Exa. pudesse ter a benevolência de nos dar um prazo até o dia 10 pelo menos, para que nós pudéssemos concluir essas indicações, regimentalmente não haveria nenhuma contradição de maior vulto que pudesse impedir o andamento aqui. Pelo contrário, o que ajuda esta Comissão a andar é exatamente a relação de cumplicidade e interação que sempre permeou todas as demandas aqui.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo Forte, V.Exa. sabe o apreço que lhe tenho. Esse assunto que tratamos aqui não é um assunto novo. Eu estive reunida com a maioria dos Líderes desta Casa, a quem fizemos conhecer previamente os prazos. E o prazo estipulado será, impreterivelmente, o dia 7. Ninguém desconhece os prazos. E nós estamos essa questão discutindo há 2 meses quase.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Será dia 7 ou dia 5?

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Dia 7.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Mas V.Exa. tinha falado inicialmente no dia 5.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - É porque V.Exa. não ouviu até o final. O dia 5 cai num domingo, e o dia 7 é o dia útil subsequente, uma terça-feira. Portanto não há dificuldade. Hoje estive reunida com o Líder da Maioria e com o Líder do PT. Estivemos reunidos com todos os partidos.

Eu gostaria de atendê-lo em qualquer outra reivindicação. Quanto a essa, infelizmente, se eu não traçar o andar da carruagem agora, depois não vou conseguir fazê-lo sem sombra de dúvida. Então, o dia 7 será o prazo final também para indicação dos membros e coordenadores. V.Exa. já está indicado como coordenador de sua bancada.

Os comitês também serão indicados no dia 7, conforme o art. 18 da Resolução nº 1: Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária; Comitê de Avaliação da Receita; Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves; e Comitê de Exame de Admissibilidade de Emendas.

Eu até faço uma reivindicação a V.Exa. O Líder do Bloco já está a par e, inclusive, hoje acabou de fazer suas indicações. Portanto, como eu solicitei dos Líderes, solicito a todos que estão neste colegiado que façam chegar a seus Líderes que o prazo será esse e se encerrará às 18 horas, quando, então, a Comissão se reunirá.

V.Exa. perdoe-me, portanto.

Com a palavra a Deputada Gorete Pereira.

A SRA. DEPUTADA GORETE PEREIRA - Sras. e Srs. Parlamentares, eu gostaria só de me associar a todos os que já falaram da Deputada e hoje Senadora

Rose de Freitas, em relação a tudo o que ela já construiu nesta Casa, por onde ela passou e por todas as Comissões. Quero dizer, só como exemplo, que, quando cheguei a esta Casa, há 8 anos, só existíamos eu e ela como mulheres aqui na Comissão de Orçamento. E naquela época, ela já dava um *show* na Comissão, nos relatórios e principalmente ajudando e orientando os colegas sobre como deveriam fazer. Eu fiquei impressionada com a maneira cortês da Senadora Rose de Freitas.

Portanto, a Rose é uma pessoa que hoje está de parabéns E eu parabenizo não só a Rose por assumir a Comissão, mas a Comissão por ter na Rose uma Presidente participativa e colaboradora, aquela que pega o colega e realmente lhe ensina um pouco de Orçamento e que faz um trabalho muito importante nesta Casa.

Eu estou muito satisfeita em estar aqui nesta Comissão e, mais ainda, em estar sendo presidida por essa grande Senadora que é a nossa amiga Rose de Freitas.

A SR. PRESIDENTA (Deputada Rose de Freitas) - Agradeço à Deputada Gorete Pereira, que inclusive tem um papel importante nesta Comissão. Tenho certeza de que S.Exa. vai ajudar e muito nos trabalhos que vamos iniciar no dia 7.

Concedo a palavra ao Deputado Hildo Rocha. Em seguida, falarão os Deputados Danilo Forte — a quem eu consulto se gostaria de fazer uso da palavra — , João Fernando Coutinho e Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO HILDO ROCHA - Senadora Rose de Freitas, Presidente da Comissão de Orçamento, Deputada Gorete Pereira, Deputado Lelo Coimbra, eu quero apenas falar da minha dupla alegria de estar aqui neste momento, o momento do dia de hoje e o momento em que vamos conviver até o final do ano.

Hoje é um daqueles dias que ficam na história do Brasil. São 126 anos de República e mais de 80 anos que as mulheres têm o direito de votar e ser votadas. Mas, pela primeira vez, uma mulher assume a Presidência da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Então, é um dia histórico. E poder estar participando deste momento é motivo de muita alegria para mim.

A outra alegria é poder participar como membro titular desta Comissão, tendo em vista que sou Deputado Federal de primeiro mandato, eleito pelo PMDB do Maranhão. Eu sou da área de Ciências Contábeis.

Sra. Presidente, eu tenho certeza de que, sob a sua Presidência, esta Comissão vai obter resultados bastante eficazes. Nós vamos ter o compromisso de

votar, além da LOA e da LDO, também o PPA. Eu quero crer e creio, pois sei que nós vamos construir um planejamento de médio prazo muito importante para o nosso País, que vive uma crise econômica grande.

É lógico que o Executivo irá encaminhar a peça orçamentária, mas nós temos que aperfeiçoá-la para que possamos desenvolver o Brasil como um todo e não um pedaço apenas. Boa parte do nosso território nacional fica aí como se fosse um pedaço de quinta categoria ou um território maltratado, como são o Norte e o Nordeste do nosso País.

Portanto, V.Exa. pode ter a certeza de que estarei aqui integralmente, assim como faço em todas as missões de que sou incumbido. Eu fui, pelo Líder do meu partido, incumbido de participar desta Comissão, onde estarei ajudando V.Exa. naquilo que for preciso. Pode contar com a minha colaboração.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Hildo Rocha, V.Exa. chegou tão recentemente à Casa, e todos já conhecem a sua disposição ao trabalho. O seu conhecimento será imprescindível nesta Comissão. Eu agradeço as palavras.

Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte. Em seguida, falarão os Deputados João Fernandes e Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO DANILO FORTE - Sra. Presidente, eu gostaria de ressaltar, como já tinha falado anteriormente, a alegria do PMDB em ter uma das suas maiores e mais atuantes militantes, uma pessoa que tem um histórico como o da Senadora Rose de Freitas, dirigindo esta importante Comissão num momento como este, em que o País busca construir o seu equilíbrio fiscal.

E cabe a nós aqui nesta Comissão a tarefa de buscar encontrar a equação perfeita para a remontagem financeira, que é de fundamental importância para a recuperação da credibilidade da Nação, para que ela retome o seu crescimento e possa, a partir do seu desenvolvimento econômico, garantir as conquistas sociais que foram acumuladas na sua história recente.

Eu acho que o PMDB está de parabéns. E desejamos à Senadora Rose de Freitas toda a sorte do mundo.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado Danilo Forte, V.Exa. sabe que nós não vamos abrir mão da sua experiência acumulada no trabalho junto a esta Comissão e como peão também. Não se esqueça de que eu

frequento a senzala. (*Risos.*) Eu sou da ala da Escrava Isaura, que trabalha todo dia.

Com a palavra o Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. DEPUTADO JOÃO FERNANDO COUTINHO - Boa tarde, nobre Senadora Rose de Freitas! Queria também cumprimentar aqui a Deputada Gorete Pereira e o Deputado Lelo Coimbra, que compõem a Mesa neste momento de eleição da nossa Presidente. Com certeza, não teríamos Parlamentar mais talhada e com mais credenciais para ocupar a Presidência desta importante Comissão. É um fato histórico, como já foi mencionado por diversos outros Deputados que me antecederam.

Para mim, que estou em meu primeiro mandato, é motivo de muita alegria e satisfação poder conviver, ao longo de todo este 2015, numa Comissão presidida por V.Exa., uma Comissão tão importante, que vai tratar de um tema fundamental para o nosso País, o Orçamento.

Os investimentos e a nova forma de financiamento da saúde são necessários para diminuirmos o sofrimento por que passa o povo brasileiro nas filas dos hospitais. Há os investimentos na área de educação. No Brasil, como foi preconizado pela Presidente da República, Dilma Rousseff, esse seria o mandato da educação. E nós esperamos que esta Comissão possa sinalizar concretamente com maiores investimentos para essa área na nossa peça orçamentária.

Também na área de infraestrutura, nós vivemos uma crise hídrica muito forte no nosso País. O setor elétrico tem grande carência de mais investimentos e, sobretudo, de planejamento a médio e longo prazos. Acredito que esta Comissão pode especialmente incentivar o Governo para que busque financiar as energias renováveis, como a energia solar. Isso é objeto inclusive do Projeto de Lei nº 127, de 2015, de minha autoria, que trata exatamente desse tema.

Mas, na verdade, na eleição e instalação da Mesa da Comissão, em nome do meu partido, o PSB, eu gostaria de parabenizar V.Exa., e todos os demais membros desta importante Comissão. Quero cumprimentar também o Deputado do meu Estado do Pernambuco, Ricardo Teobaldo.

E quero dizer que a nossa bancada, não só aqui na Câmara Federal, como também no Senado da República, já fez as devidas indicações para a composição da Comissão. E contaremos com a colaboração minha, do Deputado Gonzaga Patriota, que é um Deputado também decano desta Casa; do Deputado Leopoldo

Meyer, do Deputado César Messias, que foi Vice-Governador do Estado do Acre; do Senador Roberto Rocha; e, ajudando no fortalecimento da representação feminina, da nossa Senadora Lídice da Mata, que também comporá esta Comissão.

Portanto, nós, do PSB, nos sentimos muito satisfeitos com a condução inicial de V.Exa. Não tenho dúvida de que assim será o trabalho ao longo de todo este ano de 2015 e, ao término, em dezembro, certamente, apresentaremos à sociedade brasileira e ao Plenário do Congresso Nacional uma peça orçamentária que possa estar sintonizada com os anseios de toda a sociedade brasileira.

Parabéns e conte com o apoio do PSB!

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada pelas palavras e conte também com o nosso trabalho conjunto. V.Exa., que chega a esta Casa com tanta disposição, pode ter certeza de que esses dois braços vão somar muito ao nosso esforço.

Deputado Ricardo Teobaldo.

O SR. DEPUTADO RICARDO TEOBALDO - Quero cumprimentar a Senadora, Presidente Rose de Freitas; a Deputada Gorete Pereira e os companheiros Deputados membros da Comissão.

Deputada, ouvindo os companheiros Senadores e Deputados, nós — eu, pelo menos, que estou no meu primeiro mandato — estamos tranquilos, pois teremos na presidência da Comissão alguém que tem capacidade, que tem competência, que conhece o Orçamento. Como disse a Deputada Gorete Pereira há pouco, V.Exa. tem inclusive a paciência de saber ensinar e saber orientar.

Eu me sinto muito satisfeito, muito feliz em estar aqui compondo esta Comissão, indicado pelo meu partido, o PTB, vindo de Pernambuco, do Estado do nosso companheiro o Deputado João Fernando Coutinho.

Eu ouvi V.Exa. há pouco dizer que conhece a determinação e a vontade de trabalho dos Deputados antigos que compõem esta Comissão. Eu queria dizer pode confiar nos novatos que estão chegando. Nós vamos também nos dedicar, vamos trabalhar no limite do que pudermos para contribuir para que o seu trabalho, o nosso trabalho, enfim, para que esta Comissão consiga o êxito que o Brasil todo espera e precisa que se obtenha.

Talvez tenha sido mais fácil, eu não sei, ou menos complicado, comandar esta Comissão nos anos anteriores, anos de crescimentos que nós tivemos, anos

mais favoráveis do que este em que estamos. O País vive momentos de dificuldades, todos nós sabemos disso. Então, nos momentos de dificuldades, as dificuldades são vencidas com talento. E eu sei que V.Exa. tem o talento, pelo que ouvi aqui, de comandar esta Comissão e que tudo dará certo ao final desse trabalho.

Então, parabéns. Estamos à sua disposição, com muita vontade e muita determinação.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Muito obrigada e sei que V.Exa. vai exercer um papel importante. Espero que semana que vem seja colocado na função para a qual foi inicialmente indicado.

Tenho certeza de que me referi aos mais antigos porque já tinha um conhecimento prévio, mas quero dizer que não é surpresa nenhuma, ainda mais vindo de Pernambuco. Perdemos um grande líder que se esforçava cotidianamente por um país mais justo, mais igual. E quando ouvi V.Exa. falar eu me lembrei muito dele, do Governador Eduardo Campos, da forma como ele era diligente nas questões nacionais.

Desculpe-me se, por acaso, na hora de me expressar eu não tenha me expressado adequadamente. Mas seja bem-vindo.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Senadora Rose de Freitas, é uma satisfação poder reencontrá-la aqui na Comissão Mista de Orçamento, eu que fui um dos entusiastas da participação de V.Exa. como Vice-Presidente desta Casa e tive muita atenção nos desdobramentos do seu trabalho e também no enfrentamento de muitas e muitas sessões do Congresso Nacional em que, pela postura, V.Exa. demonstrou o seu caráter, a sua experiência, mas também a sua delicadeza na oitiva dos nossos colegas Congressistas.

Fico feliz de estar aqui hoje, indicado pelo meu partido, o PROS, para participar da Comissão Mista de Orçamento — como já foi dito anteriormente — no momento em que o País passa por algumas dificuldades.

Provavelmente, era muito melhor ser Presidente da CMO antes, em vista do quadro que se apresentava para o País. Mas eu entendo que este é um momento de desafio. Eu não tenho nenhuma dúvida de que V.Exa., com seu conhecimento — como disse nossa colega Deputada Gorete Pereira —, sua capacidade de ensino, sua didática pedagógica, vai ser muito útil nesta Comissão.

Nós vamos ter um ano de muitas dificuldades no País. Nós estamos assistindo a números que nos preocupam, e esses números vão se refletir aqui na Comissão Mista de Orçamento. Esses números vão ser objeto de debate nesta Comissão Mista de Orçamento. E eu estou muito empenhado, empolgado. Coloco-me à disposição de V.Exa., pelo contato e pela experiência que V.Exa. tem, pela relação que já tivemos aqui no Parlamento, na Câmara dos Deputados, na intenção de contribuir.

Eu entendo que este é o momento mais delicado e é o momento também em que nós temos que unir as nossas forças, não só a base do Governo, mas — e principalmente — também os partidos que não compõem essa base, porque aqui, afinal de contas, nós estamos tratando de Brasil, e o mais relevante é que nós vejamos as alternativas para o nosso País.

Então, quero me colocar, desde já, à disposição de V.Exa., retornando à Comissão Mista de Orçamento. Meu olhar estará atento ao País e obviamente ao meu Estado, o Rio de Janeiro, como coordenador da bancada. Tenho visto com preocupação o que acontece no meu Estado, o Rio de Janeiro, o que acontece no Estado de V.Exa., o Espírito Santo. São Estados que vêm sofrendo com essa crise, com tudo o que se passa também com a indústria do petróleo.

Então, Senadora Rose de Freitas, quero apenas registrar aqui, em meu nome, em nome do meu partido, a satisfação de ter V.Exa. à frente desta Comissão neste momento difícil. É sempre assim: toda vez que nós encontramos dificuldade, nós vamos buscar um ombro amigo, mas capacitado para atender, para, com equilíbrio, dar as alternativas de que o País precisa. Eu não tenho nenhuma dúvida em afirmar que, à frente desta Comissão, com certeza, V.Exa. vai dar a oportunidade para o País discutir os seus problemas, mas, com certeza também, encontrar essas alternativas.

Portanto, confiando na sua experiência, no seu trabalho, na sua dedicação e obviamente no amor que V.Exa. nutre por seu Estado, pelo Espírito Santo, nós aqui da Comissão — eu particularmente — estaremos bem empenhados e empolgados para começar esse trabalho na Comissão Mista de Orçamento. Depois de 2 anos afastado, estou renovado, agora com muita animação, apesar de todas as dificuldades, que vamos discutir no futuro. Entendo que a palavra dificuldade antecede a palavra oportunidade. Nós teremos muitas oportunidades de traçar

ações, alternativas para a construção de um País melhor. Seja do ponto de vista da receita, seja do ponto de vista da despesa, nós aqui na CMO, recuperando o *status quo* desta Comissão, precisamos demonstrar ao País que temos alternativas, não apenas do Governo, mas do Parlamento. Essa é a peça mais importante que nós temos aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Parabéns! Que Deus abençoe os seus trabalhos.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Deputado, V.Exa. sabe da importância que tem para o Parlamento. O povo do Rio de Janeiro também sabe — sempre o traz de volta, em todas as eleições, credenciando V.Exa. a fazer o seu papel nesta Casa.

Eu, particularmente, quero expressar minha felicidade de tê-lo aqui como companheiro nessa batalha.

Recentemente, o Ministro Levy, falando do programa de ajuste fiscal, fez uma observação que me chamou muito a atenção. Ele disse que esse ajuste tem como objetivo reverter a deterioração das contas públicas, externas também. Para reconquistar a confiança do mercado, é preciso fazer esse ajuste e permitir que a economia volte a crescer.

Então, é este momento e são estes os desafios que nós estamos enfrentando hoje, na Comissão de Orçamento. É um verdadeiro confronto. Não será uma Comissão de omissão, nem será uma Comissão que desconhece dados concretos do País.

Portanto, o cenário pode ser muito negativo para alguns, mas é neste cenário e neste momento difícil que nós temos que labutar, trabalhar e oferecer ao País uma peça orçamentária ajustada à sua realidade, mas com indícios de uma saída junto com o Governo, para que possamos superar nossas dificuldades. V.Exa. tem um papel importante nessa hora.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Permite-me, Sr. Presidente, só para deixar...

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Por favor, pode encerrar.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Só queria deixar clara uma circunstância. Aproveitando as palavras de V.Exa., eu não poderia evitar esta fala. Nós temos que deixar de ser apenas um mercado para ser uma nação. E essa discussão passa,

efetivamente, pela questão orçamentária. Nós não somos apenas um mercado. O Brasil não é só um mercado. Nós somos uma nação. Nós precisamos fazer essa discussão, e a CMO tem um papel fundamental para isso.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Pois não, Deputado Gaguim.

O SR. DEPUTADO CARLOS HENRIQUE GAGUIM - Gostaria de parabenizar a nossa Presidente e de me colocar à disposição para caminharmos juntos. Sugiro que percorramos o País, as Assembleias, ouvindo os Presidentes das Comissões, os Estados, as Câmaras Municipais, para que possamos fazer um orçamento, um planejamento que atenda desde o Município menor ao Governo Federal. Então, eu gostaria de propor que fizéssemos uma agenda positiva, percorrendo não todos os Estados, mas as regiões do nosso País.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Senadora Rose de Freitas) - Eu queria dizer que, na próxima reunião, convocada para terça-feira, às 18 horas, estaremos prontos para receber os requerimentos, as sugestões de todos.

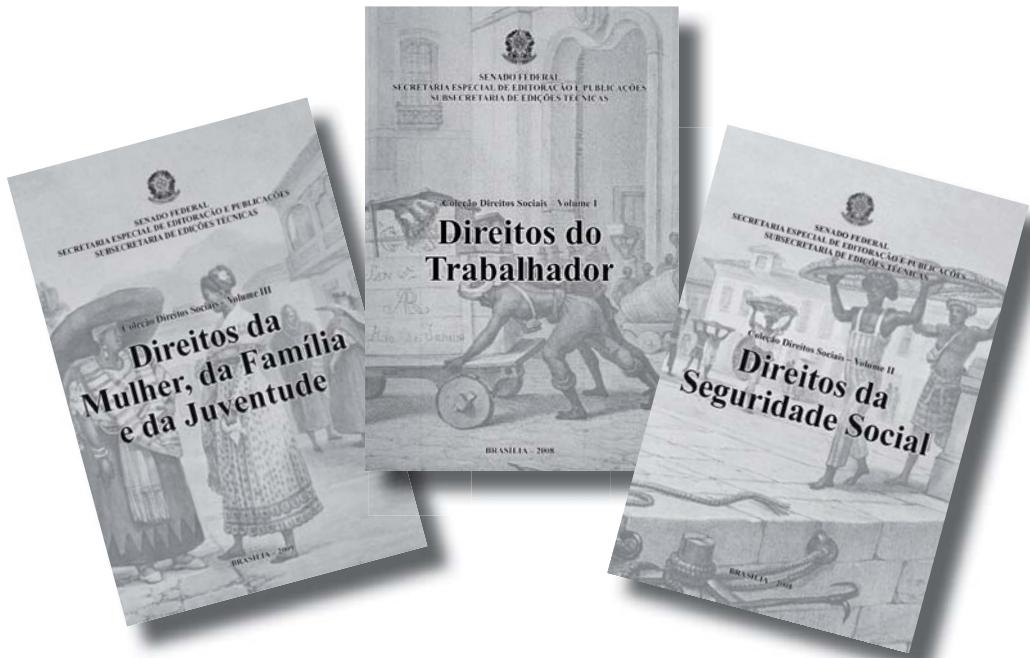
Neste momento, vou encerrar a presente sessão, agradecendo a presença de todos.

Muito obrigada.



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

**Edição de hoje: 140 páginas
(O.S. 12141/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

